

**PROGRAMA ECOFORTE E O FORTALECIMENTO DAS REDES DE
AGROECOLOGIA: DEMANDAS E POSSIBILIDADES**

Brasília – DF

Junho/2018

Programa ECOFORTE e o fortalecimento das Redes de Agroecologia: demandas e possibilidades

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento.

Aluno: Jéssica Maiara Rodrigues Martins

Orientadora: Prof^ª. Dra. Regina Helena Rosa Sambuichi

Programa ECOFORTE e o fortalecimento das Redes de Agroecologia: demandas e possibilidades

Autora: Jéssica Martins

Instituição: Secretaria Especial de
Agricultura Familiar e
Desenvolvimento Agrário –
SEAD/CC/PR

Palavras-chave: redes; agroecologia; programa ECOFORTE; desenvolvimento rural sustentável.

Resumo Analítico:

As redes de agroecologia desempenham importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional ao atuarem na diversificação da produção e construção de sistemas agroalimentares baseados nas potencialidades dos territórios. A principal política pública voltada ao fortalecimento das redes de agroecologia no país é o Programa ECOFORTE. Esta pesquisa buscou compreender como as expectativas e demandas da sociedade civil para apoio e fortalecimento das redes de agroecologia nos territórios foram internalizadas na primeira edição do Programa ECOFORTE-Redes. Para tanto, foi feita uma pesquisa qualitativa, com realização de entrevistas semiestruturadas com atores-chaves e análise documental. Os resultados apontam que, apesar do volume de recursos abaixo do previsto e outros problemas burocráticos, o ECOFORTE conseguiu abranger um amplo conjunto de características apontadas pela sociedade civil como relevantes para o fortalecimento das redes, tendo sido, por esta razão, considerado por eles como bem-sucedido em seus objetivos, devendo ser continuado e ampliado.

1. Introdução

Os estudos que procuram ir além da visão pragmática de desenvolvimento como mero crescimento econômico perpassam a questão da sustentabilidade, acrescentando as variáveis sociais e ambientais à discussão, e lembrando a centralidade do papel do Estado na promoção do desenvolvimento sustentável através de políticas públicas voltadas a esse objetivo. Dentre as políticas públicas brasileiras focadas em ações que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, destaca-se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo Decreto Federal nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, e resultante de longa trajetória de mobilização dos movimentos sociais do campo e das florestas, com destaque para os movimentos de mulheres camponesas, organizados na Marcha das Margaridas.

A PNAPO possui como diretrizes principais a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional; o uso sustentável dos recursos naturais; a conservação dos ecossistemas naturais; a promoção de sistemas justos de produção, comercialização e consumo de alimentos; a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade; a promoção da participação da juventude rural na produção de base agroecológica e a redução das desigualdades de gênero. O principal instrumento para operacionalização da PNAPO trata-se do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, lançado em outubro de 2013, que por sua vez contou com ampla participação de representantes da sociedade civil em seu processo de elaboração. Este plano tem como principal função articular diversos órgãos governamentais em uma estratégia conjunta de promoção do desenvolvimento rural sustentável, reunindo diversas ações já existentes com este objetivo, assim como possibilitando a construção de novas ações conjuntas e transversais (SAMBUICHI et al, 2017, p. 16).

Esta pesquisa tem como objeto de análise um dos principais programas criados no âmbito do PLANAPO: o Programa ECOFORTE, voltado à ampliação e ao fortalecimento das redes de agroecologia e produção orgânica no país. Trata-se de um programa financiado pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e coordenado por estas instituições em parceria com outros órgãos governamentais. Consiste em uma política inédita dentro do PLANAPO, construída conjuntamente pelo governo e representantes da sociedade civil, com foco na demanda dos coletivos sociais por ações específicas para o fortalecimento de redes territoriais

agroecológicas em todo o país. De acordo com a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Familiar (AS-PTA), o caráter inovador do ECOFORTE se deve ao “entendimento de que a Agroecologia é uma construção social movida pelas convergências e disputas entre agentes econômicos e sociopolíticos em espaços territoriais definidos” (PETERSEN, p. 10). Ou seja, a criação do programa ECOFORTE no âmbito das políticas públicas que constituem o PLANAPO consistiu em um importante passo rumo ao reconhecimento da importância das redes de agroecologia para o desenvolvimento nos territórios das políticas públicas voltadas ao fomento à transição agroecológica. A primeira edição do programa ECOFORTE teve início com o lançamento do Edital de Seleção Pública FBB/BNDES nº 2014/005 – Redes ECOFORTE, lançado em 2014, e vigente até o início de 2017. A previsão de contratação de novos projetos para a segunda edição do programa é de meados de 2018, sendo que o segundo edital voltado para o fortalecimento de redes de agroecologia foi lançado em agosto de 2017.

Tendo em vista a importância das redes para o fortalecimento das políticas de fomento às práticas de produção agroecológica nos territórios, além da compreensão do papel central ocupado pelo Estado no fomento ao desenvolvimento sustentável e os limites de sua estrutura burocrática, orçamentária e jurídica, a presente pesquisa busca compreender como as expectativas e demandas da sociedade civil para apoio e fortalecimento das redes de agroecologia nos territórios foram internalizadas na primeira edição do Programa ECOFORTE – através do edital ECOFORTE-Redes nº 2014/005 e respectivos projetos aprovados e recursos disponibilizados.

Para atender a este objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas junto a atores-chave da sociedade civil que acompanharam o processo de elaboração e implementação do programa.

2. Políticas públicas, desenvolvimento rural sustentável e redes de agroecologia

2.1. Elaboração da política pública

No que tange ao ciclo das políticas públicas, Howlett, Ramesh e Perl (2013) ressaltam que os diversos conceitos de políticas públicas procuram trazer a ideia de que a *policy-making* (formulação de políticas públicas) consiste em um processo “técnico-político” que busca identificar e compatibilizar objetivos e instrumentos entre “atores sociais sujeitos a restrições” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 6). Adotamos nesta pesquisa o conceito elaborado por Jenkins (1978), trazido pelos autores supracitados, a partir do qual políticas públicas consistem em:

(...) um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores. (Jekins, 1978, apud HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 8)

Ou seja, a formulação de política pública consiste em um processo dinâmico, que envolve uma série de decisões, inter-relacionadas, que podem ser tomadas por diversos indivíduos, no interior do governo ou articulados com ele, e que depende da capacidade do governo para implementar estas decisões, o que impacta diretamente no tipo de ação que será tomada e que instrumentos serão utilizados para alcançar os objetivos propostos. (HOWLETT, RAMESH; PERL, 2013, p. 8-9).

No caso da PNAPO, o processo de elaboração da política contou com uma variedade de atores governamentais e não governamentais, com participação da sociedade civil, incluindo movimentos sociais – como a Marcha das Margaridas (movimento de trabalhadoras rurais, extrativistas, indígenas e quilombolas), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros –, organizações não governamentais – como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), dentre outros –, além de Conselhos de Políticas Públicas – como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Esses atores, juntamente com outras instâncias governamentais, se articularam para a elaboração da política e posteriormente do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que consistiu no principal instrumento de viabilização da PNAPO, dentro das possibilidades de execução de cada órgão governamental participante.

Pode-se afirmar, ainda, que a PNAPO contou com um contexto favorável para sua elaboração, em que o tema da produção orgânica entrou na agenda, abrindo espaço para a questão agroecológica e conseqüentemente ao debate de um modelo desenvolvimento rural sustentável. A esse momento, John Kingdon (1984 *apud* HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013) chama de “janela de oportunidade”, ou “janela política”, que consiste no momento em que uma série de variáveis interagem entre si, contribuindo para que um determinado problema entre para a agenda governamental e seja alvo de atenção do governo enquanto um problema público. Essas variáveis são tratadas pelo autor como fluxos: (i) o *fluxo de problemas*, referente à percepção de determinado problema enquanto uma questão pública; (ii) o *fluxo da política pública*, referente à existência de analistas e especialistas capazes de examinar o problema e propor soluções; e (iii) o *fluxo político*, referente a fatores como

sentimento nacional, pressão por grupos de interesse, mandatos administrativos específicos, etc. Para Kingdon, esses fluxos possuem dinâmicas e trajetórias independentes entre si, e quando suas trajetórias se cruzam em determinado momento, abre-se uma janela de oportunidade, momento este em que os atores-chave no processo político em questão poderão interagir em prol do acolhimento de suas demandas. (HOWLETT, RAMESH; PERL, 2013, p. 8-9).

No que tange à elaboração da PNAPO, verifica-se a confluência dos referidos fluxos, considerando-se os seguintes fatores:

(i) Desde a década de 1980 diversos setores da sociedade e principalmente da academia chamavam a atenção para os efeitos negativos gerados pela adoção dos pacotes tecnológicos adotados a partir da chamada Revolução Verde¹, gerando impactos nefastos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, principalmente com o aumento expressivo no uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Desde esse período, inicia-se “um movimento de contestação à forma como a modernização da agricultura vinha sendo conduzida no Brasil” e às “interpretações hegemônicas sobre o desenvolvimento rural” (MOURA, 2017, p.27), dando espaço à defesa da chamada agricultura alternativa, que posteriormente, em convergência com os princípios da ecologia, ficou conhecida como agricultura agroecológica. Além disso, a luta pela reforma agrária feita pelos movimentos do campo, iniciada na década de 1970, com apoio das então Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais da Terra, também já traziam a problemática da valorização do pequeno produtor e da agricultura familiar, como problema a ser tratado dentro de um projeto de desenvolvimento rural para o país, diferente do modelo adotado e vigente. Vale também destacar “as fortes mobilizações da década de 1980 contra os agrotóxicos, que envolveram lideranças importantes dos agrônomos e que culminaram na aprovação da lei de agrotóxicos em 1989” (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p.56) Sendo assim, o problema já estava posto por diversos setores da sociedade como um problema ambiental, social e de saúde pública, cuja solução depende da adoção de um conjunto de práticas assim como a adoção de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país – *fluxo de problemas*.

(ii) Os mais diversos atores de amplos setores da sociedade já discutiam as possíveis soluções para a adoção de um modelo de desenvolvimento rural mais sustentável,

¹ “Modelo de produção difundido após o término da Segunda Guerra Mundial com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade da agricultura mediante o uso intensivo do solo via mecanização, irrigação, aplicação de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos) e sementes melhoradas de alto rendimento” (CARDONA et al, 2016, p. 109)

seja em setores acadêmicos (como a Associação Brasileira de Agroecologia, composta por professores e professoras, estudantes, pesquisadores e pesquisadoras e demais profissionais das mais diversas áreas de conhecimentos, dedicados à construção do conhecimento agroecológico), seja nos movimentos sociais (movimentos de trabalhadoras e trabalhadores do campo, movimentos de mulheres, movimentos dos povos e comunidades tradicionais, Redes de Agroecologia, etc.) e no próprio governo (principalmente alguns ministérios como o Ministério do Meio Ambiente responsável pela coordenação do Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA², o MAPA, que coordenava, por meio de alguns atores-chave, a temática da produção orgânica no governo federal, e o MDA, principal responsável pelas políticas de fomento à agricultura familiar) – *fluxo de política pública*.

(iii) Por fim, o contexto político em que a PNAPo e o PLANAPo começaram a ser elaborados – 2011 e 2012, respectivamente – mostrava-se favorável para a construção de uma política pública mais participativa, que atendesse a demandas de setores mais marginalizados da sociedade, por uma série de fatores. Primeiramente, pelo contexto de maior abertura política do governo federal à participação e reivindicações dos movimentos sociais. Contexto iniciado e aprofundado na gestão de Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 2004, e que teve continuidade durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, principalmente através da figura de Gilberto Carvalho, então Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que desempenhou um papel fundamental na articulação dos atores para viabilizar a elaboração da PNAPo e de seus instrumentos e espaços de gestão, assim como a ampla participação social em todo esse processo (como será demonstrado na quarta seção deste artigo) – *fluxo político*.

No que concerne ao processo de elaboração da política pública, portanto, a PNAPo contou com a articulação de diversos atores-chave, governamentais e não governamentais, que se utilizaram das instâncias e instrumentos disponíveis para a elaboração de uma política que fosse capaz de contribuir para o alcance do objetivo de adoção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, com base na produção agroecológica e orgânica.

2.2. Estado como planejador do desenvolvimento

Como dito anteriormente, o principal instrumento de operacionalização da PNAPo trata-se do PLANAPo, um plano cuja função principal consiste em articular os diversos

² “O PDA foi um importante promotor do desenvolvimento de iniciativas orientadas pelos princípios da agroecologia como, por exemplo, os sistemas agroflorestais (SAF), o manejo conservacionista das florestas e a comercialização dos produtos do extrativismo” (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 63)

órgãos governamentais responsáveis por políticas que dialoguem com a agroecologia e produção orgânica – seja através do viés dos insumos, da produção, do bem-estar e saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, da promoção da agricultura familiar, da proteção ambiental articulada à produção, entre outros – em uma estratégia conjunta de promoção do desenvolvimento rural sustentável (SAMBUICHI et al, 2017, p. 16).

No que tange à questão do planejamento, ressaltamos aqui algumas características inerentes a um bom planejamento, levantadas por José Celso Cardoso Jr. (2009), quando trata sobre o papel do Estado na indução do desenvolvimento nacional através do planejamento público governamental. Primeiramente o autor apresenta o binômio “planejamento – engajamento” como característica essencial ao planejamento governamental, ressaltando que “a atividade de planejamento deve prever uma dose não desprezível de horizontalismo em sua concepção”, ou seja, “de participação direta e envolvimento prático de (sempre que possível) todos os atores pertencentes à arena em questão” (CARDOSO JR., 2009, s/n). Em seguida o autor apresenta o binômio, “articulação – coordenação”, chamando a atenção para o fato de que qualquer atividade de planejamento referente a novas funções que devem ser assumidas pelo governo carrega consigo uma dose de esforço considerável na articulação institucional, além de coordenação geral das ações (idem). Quanto a esses dois primeiros binômios, vale ressaltar que o PLANAPO consiste em um plano ousado, que articula programas e políticas de mais de 14 órgãos governamentais, exigindo um esforço considerável de articulação, contando, desta forma, com duas instâncias de gestão, na tentativa de garantir esta articulação e coordenação entre instâncias governamentais (através da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO) e entre governo e sociedade civil (através da CNAPO). Além disso, estas instâncias fazem o controle e acompanhamento do Plano, garantindo que os atores-chaves da política participem ativamente de sua gestão.

O terceiro binômio listado pelo autor consiste no “prospectivo – propositivo”, ressaltando a importância de prever e construir cenários além de propor ações de inovação, para compor as atividades de planejamento público na atualidade. Por fim, o quarto binômio consiste em “estratégias – trajetórias”, trazendo à função do planejamento o sentido de “poder ser”, possibilitando anunciar “potencialidades implícitas e explícitas”, ou seja, “as trajetórias possíveis e/ou desejáveis para a ação ordenada e planejada do Estado, em busca do desenvolvimento” (idem). Neste sentido, vale retomar a questão do papel do Estado como principal ator capaz de lidar com a integralidade do conceito de desenvolvimento.

O debate e o enfrentamento de todas as questões aqui enunciadas seguramente requer a participação e o engajamento dos mais variados segmentos da sociedade brasileira, aí incluídos os setores produtivos e os movimentos organizados da sociedade civil. É essencial, contudo, reconhecer que o Estado brasileiro desempenha um papel essencial e indelegável como forma institucional ativa no processo de desenvolvimento do país (CARDOSO JR., 2009, s/n).

Neste mesmo sentido, no que tange ao papel central desempenhado pelo Estado quando do planejamento de políticas públicas que visem o desenvolvimento nacional, Garcia (2015) chama a atenção para a questão da visão mais ampla do Estado, além de sua capacidade de articulação dos mais diversos atores e interesses.

Fica também sugerido pelas histórias nacionais bem-sucedidas que esse projeto nacional de desenvolvimento somente empolga a nacionalidade quando partindo de uma visão de futuro ofertada pelo **Estado, único ator capaz de uma formulação global, integradora das múltiplas dimensões da vida, que contemple o interesse geral e que pode negociar interesses particulares, articulando-os em um jogo de soma positiva, temporalmente alongado.** Atores singulares conseguem, mesmo quando solidários aos setores subalternos e possuidores de alguma visão nacional, formular projetos de país com viés fortemente interessado e com perspectiva estreita de prazo. (GARCIA, 2015 p.190) (grifo nosso)

Ou seja, frente à capacidade do Estado – enquanto principal arena de disputa e articulação dos mais diversos grupos – setores isolados, por mais solidários e comprometidos que sejam, ainda possuem uma capacidade limitada de integração das múltiplas dimensões da vida, além de uma perspectiva temporal mais restrita que aquele. Essa ênfase sobre o papel do Estado dada pelos autores aqui trabalhados, portanto, faz referência à questão da capacidade deste de possuir uma visão mais ampla quanto ao próprio conceito de desenvolvimento e suas implicações, assumindo papel decisivo na “condução de estratégias virtuosas de desenvolvimento” (CARDOSO JR., 2009, s/n).

Sachs (2009), por exemplo, chama a atenção para o fato de que é o Estado que consegue garantir componentes fundamentais no planejamento do desenvolvimento, que o mercado não é capaz de garantir, como a inclusão social e a proteção ambiental. Sobre este aspecto, Cardoso Jr. (2009) também chama a atenção para o fato de que muito se tratou de desenvolvimento enquanto crescimento econômico, perspectiva que teve seu auge na década de 1970. Esta visão trazia consigo a crença de que o progresso técnico e aumento da produtividade seriam suficientes para gerar o desenvolvimento. Contudo, o autor ressalta que,

com o passar dos anos, ficou evidente que o intenso processo de industrialização por si só não foi capaz de avançar em “processos socialmente includentes, capazes de eliminar a pobreza estrutural e combater as desigualdades” (CARDOSO JR., 2009, s/n). Isso porque as forças do mercado, por si só, não têm capacidade de lidar com toda a multiplicidade de dimensões do desenvolvimento de uma forma justa e equilibrada de tal modo que possa levar “economias capitalistas a situações socialmente ótimas de emprego, geração e distribuição de renda” (Idem). Além disso, num contexto como o brasileiro, que enfrenta problemas sociais e estruturais de diversas formas, além de sérios problemas relacionados à degradação ambiental, somente com um manejo eficiente de políticas públicas que possibilitem o pleno emprego dos fatores produtivos e articule os diversos atores sociais “em torno de projetos de desenvolvimento includentes, sustentáveis e soberanos”, será capaz de gerar respostas a essas demandas, o que só pode ser feito a contento pelo Estado (Idem)

Sendo assim, trabalha-se aqui com a perspectiva de que no processo de planejamento de políticas voltadas ao desenvolvimento do país, o Estado possui a capacidade de desenvolver ações mais abrangentes, que visam tanto à recuperação do crescimento econômico, quanto à sustentabilidade dos sistemas ambientais e à proteção social, mesmo que sob influência de um amplo e complexo conjunto de atores. Essa capacidade estatal está atrelada, portanto, à capacidade de identificar e garantir no processo de planejamento, a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento.

2.3. Desenvolvimento: diversidade de conceitos

Celso Furtado (1968) quando trata sobre a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, ressalta a importância de levar em conta “o horizonte de aspirações da coletividade”, e classifica o desenvolvimento enquanto a “transformação das estruturas de uma sociedade, em função de objetivos que se propõem alcançar essa sociedade” (FURTADO, 1968, p. 17-18, apud GARCIA, 2015, p. 189). Quanto às aspirações da sociedade brasileira no que tange ao desenvolvimento, Garcia (2015) chama atenção ao seguinte fato:

O desenvolvimento, como o que a sociedade brasileira está, difusamente, a reclamar, tem que se manifestar em **todas as dimensões relevantes da vida nacional: social; cultural; política; institucional; econômica; financeira; científico-tecnológica; regional; comunitária; ambiental; administrativa etc. Tem que se espriar por todo o território, rural, urbano, metropolitano.** Tem que articular direcionadamente todos os poderes da República: o Executivo; o Legislativo; o

Judiciário. Tem que envolver virtuosa e integradamente todas as instâncias federativas: a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Isto é o que revela, hoje, os países considerados desenvolvidos. (GARCIA, 2015 p.189) (grifo nosso)

Ou seja, uma perspectiva limitada a uma única dimensão – seja ela econômica, social etc. – não é capaz de traduzir toda a multiplicidade de fatores e atores atrelados ao processo de desenvolvimento de um país. A questão da multiplicidade das dimensões do desenvolvimento foi ganhando destaque nas últimas duas décadas, principalmente com o avanço das discussões sobre a urgência da sustentabilidade ambiental nas conferências internacionais sobre o meio ambiente, o que posteriormente se ampliou para sustentabilidade econômica, social e ambiental. Quanto a esse aspecto, Cardoso Jr (2009) afirma que a sustentabilidade ambiental deve ser encarada como uma dimensão transversal e inseparável das dimensões social e econômica:

As políticas públicas devem dispensar especial atenção na criação de oportunidades para populações tradicionais e grupos socioambientalmente mais vulneráveis. O acesso à água potável e a condições sanitárias adequadas são ativos fundamentais na concepção de desenvolvimento que já se faz imperativa entre os povos do mundo. A conservação das bacias hidrográficas, portanto, deve ser compatibilizada com as atividades econômicas em geral e com os processos em curso de urbanização no mundo. **A gestão dos biomas, da biodiversidade e da biotecnologia brasileira representa aspecto econômico e político essencial ao desenvolvimento do país, motivo pelo qual este deve ser pensado a partir de uma realidade de recursos naturais exauríveis.** As mudanças climáticas e o fenômeno do aquecimento global devem receber atenção especial e tratamento prospectivo para que se conheçam seus efeitos sobre os biomas e sobre a própria humanidade, e para que se formulem políticas preventivas em tempo hábil. (CARDOSO JR., 2009, s/n) (destaque nosso)

Toda essa problemática ligada à questão de segurança hídrica e preservação da biodiversidade paralela à potencialidade de utilização desses recursos para o desenvolvimento do país, principalmente no que tange à biotecnologia e patrimônio genético, exige um novo modelo de desenvolvimento capaz de conduzir o uso estratégico e sustentável desses recursos, tendo em vista sua finitude, atentando para as injustiças sociais, e respeitando os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Com isso, a formulação de políticas que visem o

desenvolvimento, deve enfrentar a questão ambiental, social e econômica como variáveis transversais e interdependentes, no atual contexto histórico.

Ainda sobre a questão da sustentabilidade nas reflexões acerca do desenvolvimento, Garcia (2015) chama a atenção para o perigo da inexistência de um zoneamento agroecológico-econômico que oriente a expansão das atividades agropecuárias no Brasil, o que compromete a sustentabilidade dos biomas nacionais, destruindo uma das principais fontes de riquezas do país: sua biodiversidade. De acordo com o autor, esta deve ser encarada como um grande trunfo na direção de um projeto nacional de desenvolvimento, desde que sustentável tanto ambiental quanto socialmente.

As forças do mercado, no seu imediatismo e voracidade, são incapazes de adotar, de modo próprio, perspectiva multidimensional, ecológica, de longo prazo. Somente entendem os recursos da natureza como fonte de lucros, nunca como um espaço de valorização da vida, do conhecimento, de oportunidades para gerações vindouras. Ao Estado cabe disciplinar o manejo de recursos estratégicos, a ocupação ordenada do território, a incorporação programada da fronteira de recursos. E isso não está sendo feito. A avidez bioenergética do agronegócio e dos grandes grupos econômicos internacionais está sendo avaliada por alguns como sendo uma oportunidade. Não o é. Ao contrário, é uma ameaça que pode por o nosso futuro em causa. (GARCIA, 2015, p.223)

Existe, portanto uma forte disputa de valores e de interesses no campo das discussões sobre o papel da biodiversidade no desenvolvimento do país, principalmente no que tange ao valor e à importância da preservação e uso consciente desses recursos, vistos de um lado como recursos estratégicos cujo uso e aproveitamento devem se dar de forma sustentável e que valorize as populações e conhecimentos locais, e por outro como fonte de lucros e oportunidade de rentabilidade imediata, sem atentar para as amplas consequências da provável escassez desses recursos.

Autores como Sachs (2009) aprofundaram essa discussão e trabalham o conceito de desenvolvimento sustentável, partindo da ideia de que é possível conciliar desenvolvimento e proteção ambiental, numa perspectiva multidimensional. Sachs conjuga o que denomina como cinco dimensões da sustentabilidade: “economia do crescimento, o social distributivo, o cultural como pertença local, o ambiental para preservação e a especialidade do local” (Sachs 2008, apud VARGAS; ARANDA; RADOWSKY, 2016, p. 104). Tratam-se de dimensões que estão interligadas, e cujo impacto em uma gera, conseqüentemente, impacto nas demais. Vale

ressaltar que o autor chama a atenção para a importância da valorização do conhecimento local, pois é no nível local que estão as respostas para os desafios globais impostos para a esfera ambiental e social, e com isso, ressalta, ainda, a importância do principal ator na esfera local: o camponês ou pequeno produtor local. De acordo com o autor, são estes que realizam os serviços ambientais essenciais, além de serem “guardiães das paisagens e gerentes dos recursos de que dependem nossa existência – solos, águas, florestas e, por extensão, climas” (SACHS, 2009, p. 340).

No que tange à realidade brasileira, o autor ainda ressalta, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável onde se articulam a preservação ambiental, o crescimento econômico e do desenvolvimento social através da inserção pelo trabalho, que o Brasil dispõe de tudo que é necessário para um novo ciclo de desenvolvimento rural sustentável:

(...) no caso do Brasil, a maior jazida de empregos e autoempregos se encontra no campo. O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo (...) Acrescente-se a isso uma pesquisa agrônômica e biológica de categoria internacional. Estão reunidas as condições para avançar na direção de uma civilização moderna da biomassa, socialmente incluyente e ecologicamente viável (SACHS, 2009, p. 349)

Ou seja, a grande biodiversidade associada às pesquisas de ponta desenvolvidas principalmente pela Embrapa, dá ao Brasil condições de grandes avanços nesse modelo de desenvolvimento. Mas em que consiste o desenvolvimento rural e qual a importância da agroecologia neste processo?

Cardona (et al, 2016) chama a atenção para duas categorias relacionadas ao conceito de desenvolvimento rural: o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento agrário. O primeiro está vinculado principalmente “à base material de produção agropecuária”, marcado pela “intensificação tecnológica como parte de uma estratégia que visava o aumento da produtividade e a elevação da renda dos produtores” (CARDONA et al, 2016, p. 109). Em suma, trata-se dos preceitos da Revolução Verde, com difusão de um pacote tecnológico baseado no uso intensivo do solo, utilização de agroquímicos e sementes modificadas. As transformações resultantes desse processo trouxeram resultados favoráveis para os grandes produtores das elites agrárias e agroindustriais, e penosos para os trabalhadores rurais (CARDONA et al, 2016, p. 109).

Já o desenvolvimento agrário está vinculado às transformações mais gerais “das relações sociais de trabalho e propriedade no espaço rural”, assentando-se na “análise da vida

social rural e na sua evolução histórica associada às demais mudanças na sociedade envolvente” (CARDONA et al, 2016, p. 110-111). Este último conceito está, portanto, mais associado às lutas do campo e às relações sociais relacionadas tanto à ocupação e propriedade da terra, quanto às relações de trabalho e produção estabelecidas no meio rural.

O conceito de desenvolvimento rural, por sua vez, engloba essas duas questões e vai além, pois “trata de um conjunto de ações sistemáticas e inter-relacionadas, empenhadas em produzir mudanças sociais.” (CARDONA et al, 2016, p. 111). De acordo com os autores, ao final da década de 1970, começou-se a perceber que a política modernizante difundida pela Revolução Verde não foi efetiva no tocante à redução da pobreza no campo, por exemplo, gerando resultados “quase que exclusivamente para as elites agrárias, agrícolas e agroindustriais, em detrimento dos trabalhadores rurais” (DELGADO, 2009 apud CARDONA et al, 2016, p. 112), além de todo o impacto ambiental gerado a partir do uso excessivo de “insumos industriais e, em muitos casos, com técnicas inadequadas para as condições biofísicas dos ecossistemas locais” (LEFF, 2000, apud CARDONA et al, 2016, p. 112). Ademais, na década de 1990 surgem novas abordagens referentes ao desenvolvimento rural, com o desenvolvimento de políticas voltadas à reforma agrária, como a criação de políticas de crédito para a agricultura familiar com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Tais constatações conduziram a que fossem incorporadas ao “desenvolvimento rural” outras dimensões, não propriamente agrícolas – entre as quais questões relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente – dando origem às noções de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento rural sustentável. O componente “sustentável” da expressão refere-se exclusivamente ao plano ambiental, indicando ser necessário que as estratégias de desenvolvimento rural incorporem uma compreensão adequada das chamadas “dimensões ambientais”. Já o desenvolvimento rural sustentável significaria uma integração da nova dimensão ambiental com as outras dimensões – produtivas, sociais, culturais e econômicas – do desenvolvimento rural. (CARDONA et al, 2016, p. 112) (grifo nosso)

Deste modo, o desenvolvimento rural sustentável traz consigo um conjunto complexo de preocupações como: uso e propriedade da terra, relações sociais e trabalhistas mais justas, preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais, respeito às diferentes culturas e etnias, dentre outras. É em busca desta perspectiva ampliada que as redes e os movimentos agroecológicos se organizam em defesa de um novo projeto de desenvolvimento para o país.

2.4. Desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia

De acordo com Assis (2006), a busca por preceitos conhecidos como agroecológicos surgiu da necessidade dos pequenos agricultores em encontrar alternativas mais acessíveis para a melhoria de seus sistemas produtivos, uma vez que o pacote tecnológico da Revolução Verde exigia investimentos relativamente elevados para sua aquisição, o que excluía do ponto de vista prático, esses pequenos produtores.

A agroecologia surge, primeiramente, como uma ciência, na década de 1970, como uma base teórica para os movimentos de agricultura não convencional. Esses movimentos surgiram pelo mundo e também no Brasil em busca de uma agricultura alternativa à convencional, “contrapondo-se ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos” (ASSIS, 2006, p. 77), rompendo assim com a monocultura e buscando o redesenho dos sistemas de produção, prezando pelas interações ecológicas para a produção agrícola (idem). Cabe apresentar aqui, ainda, o conceito de agroecologia trazido por Charão-Marques, Schmitt e Oliveira (2017):

A agroecologia emerge no Brasil enquanto uma disciplina científica, um movimento e uma prática social (Wezel et al, 2009) como expressão de um conjunto heterogêneo de dinâmicas sociais, ambientadas em distintos contextos, cuja emergência só pode ser compreendida em função do entrelaçamento, no tempo e no espaço, de distintas formas de ativismo político e práticas socialmente situadas, articuladas em diferentes escalas. (CHARÃO-MARQUES; SCHMITT; OLIVEIRA, 2017, p. 17)

Portanto, a agroecologia preza pela diversificação na produção agrícola e traz consigo uma perspectiva ampla de sustentabilidade. Sendo assim, conforme ressalta Assis (2006), ao buscar a autorregulação dos agroecossistemas como principal forma de atingir a sustentabilidade, a agroecologia traz ênfase não apenas às questões ecológicas e agrônômicas, como também às questões socioeconômicas referentes à atividade agrária, “resgatando o fato de que a agricultura, além de ser um processo ecológico, é um processo social” (ASSIS, 2006, p. 77), portanto o desenvolvimento de tecnologias para o campo visando o desenvolvimento rural deve ser pautado numa perspectiva onde a tecnologia atenda também às demandas sociais e econômicas deste meio (idem).

Compreendida a questão da importância de uma visão integrada de fatores sociais, culturais, ambientais, tecnológicos, etc., outro fator importante para a perspectiva do

desenvolvimento rural sustentável diz respeito à centralidade ocupada pelas ações locais e regionais. Nesta perspectiva de desenvolvimento rural a base local e regional é de suma importância, uma vez que são nessas instâncias que se pode instituir um controle social legítimo, capaz de fortalecer a autonomia e articular os produtores locais, em resistência ao grande capital (ASSIS, 2006). O autor também chama atenção para o fato de que cabe ao Estado desenvolver políticas públicas que fomentem a produção e promovam mercados à pequena produção, apoiando a organização autônoma de agricultores familiares, “público este que apresenta maior potencial de inserção em um processo de desenvolvimento rural sustentável que tenha como mote tecnológico práticas agroecológicas” (ASSIS, 2006, p. 78).

Identificando a importância do papel do Estado, mas compreendendo este como um espaço de disputas, a sociedade civil, através de suas representações, conseguiu aproveitar o momento oportuno para estreitar sua relação com o Estado e participar dos espaços de diálogo possíveis:

A partir de 2003, foram fortalecidos ou criados importantes espaços de diálogo entre governo federal e as organizações da sociedade civil, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), bem como se ampliaram as possibilidades de diálogo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que executava a maior parte das políticas voltadas para o público da agricultura familiar, e com o ministério criado para coordenar as ações do programa Fome Zero. As organizações da ANA passaram a priorizar em sua ação a participação ativa nesses espaços de diálogo, propondo aprimoramentos nas políticas e nos programas já existentes e a criação de novos instrumentos de políticas públicas para o campo (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p.67)

É a partir desta perspectiva que se ressalta a importância do Programa ECOFORTE, enquanto uma política pública que apoia a organização autônoma de agricultores familiares, através de apoio financeiro a projetos que visem ao fortalecimento de Redes Agroecológicas. No entanto, nos cabe, ainda, compreender o papel destas redes na articulação dos agricultores familiares e conseqüentemente no desenvolvimento rural sustentável.

2.5. Redes sociotécnicas – Redes agroecológicas

As autoras Charão-Marques, Schmitt e Oliveira (2017), em artigo onde descrevem a pesquisa realizada com redes agroecológicas na Zona da Mata Mineira e na Serra Gaúcha, trazem o conceito de redes desenvolvido por Emirbayer e Mische (1998) segundo os quais,

redes “são concebidas como campos relacionais que se constituem através de conjuntos múltiplos e entrelaçados de associações, que se desdobram no tempo” (CHARÃO-MARQUES; SCHMITT; OLIVEIRA, 2017, p. 21). Ou seja, as redes dizem respeito a inter-relações estabelecidas entre um conjunto de atores, que compartilham características ou interesses em comum, num determinado território e espaço temporal, podendo resultar dessa interação processos coletivos de aprendizado, fortalecimento, articulação, entre outros.

No ramo da agroecologia, existe uma busca por compartilhamento de informações e conhecimentos a respeito de formas e soluções de manejo agroecológico dos sistemas de produção (MENDONÇA; DAL SOGLIO, 2011, p.3) o que torna a abordagem de redes sociotécnicas mais adequadas quando se tratam de redes agroecológicas.

As redes sociotécnicas são descritas por Hubert (1997 apud SABOURAIN, 2002), como “estruturas desenhadas pelas relações interpessoais múltiplas, que reúnem atores individuais e institucionais em âmbito regional ou local, em torno de objetos técnicos e objetivos comuns”, representando “poderosos exemplos de práticas institucionais catalisadoras” (SABOURIN, 2002, p. 29). Sendo assim, elas podem assumir diversas formas, como redes de comercialização, redes de proximidade “como as de prestações de trabalho (mutirão, ajuda mútua, troca de diárias, etc.)” (idem, p. 28). Em suma, consistem em um “sistema de relações e de diálogo técnico no seio” de determinado grupo. (Idem).

No que concerne às Redes de Agroecologia, Charão-Marques, Schmitt e Oliveira (2017) afirmam que os processos ecológicos espacialmente articulados juntamente com as relações sociais estabelecidas são elementos cruciais na formação dessas redes. Portanto, não apenas as relações estabelecidas entre os atores nos territórios são importantes para o surgimento das redes, como a própria existência da rede contribui para a articulação dos territórios, valorização dos recursos ali existentes e para a construção de um modelo agroecológico de desenvolvimento local. Neste mesmo sentido, ao destacar as experiências de expansão de Redes Agroecológicas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, as autoras chamam a atenção para o fundamental papel desempenhado pelas Redes Agroecológicas na reconfiguração de práticas produtivas no meio rural, trazendo a:

(...) possibilidade de repensar o desenvolvimento rural, levando em consideração as multiplicidades expressas na diversidade de atores, práticas e configurações materiais que moldam e transforma arenas sociais e instituições. As redes envolvem indivíduos e organizações (e.g. agricultores, técnicos, cooperativas, sindicatos, unidades agroindustriais, órgãos de certificação, etc.), e estamos considerando que,

com o passar do tempo, cada vez mais entidades a têm composto. Em particular, as redes agroecológicas abrangem práticas interligadas de agricultura, comércio, processamento alimentar, organização, assistência técnica, experimentação e outras. Essas diferentes entidades e práticas não são organizadas de maneira hierárquica; ao invés, o entrelaçamento entre elas pode ser visto como plano. Assim, a expansão esperada da agroecologia está provavelmente muito mais relacionada à densificação de arranjos de práticas e a processos situados de criação de redes (CHARÃO-MARQUES; SCHMITT; OLIVEIRA, 2017, p. 37)

Com a análise e os conceitos aqui trazidos, foi possível verificar que as redes agroecológicas desempenham um importante papel no fomento às práticas agroecológicas nos territórios, uma vez que aproximam os principais atores e instituições (sejam elas formais ou informais) interessados na absorção e disseminação das práticas e conhecimentos relacionados aos manejos agroecológicos, fortalecendo as práticas e os atores locais. Frente à multiplicidade dos atores, técnicas e conhecimentos envolvidos na organização das redes, abre-se espaço para repensar o desenvolvimento rural, como afirmam as autoras supracitadas, trazendo uma perspectiva mais sustentável para o desenvolvimento rural.

Uma vez compreendida a importância das redes agroecológicas, cabe então verificar que fatores possibilitam o fortalecimento dessas redes e como o planejamento governamental de políticas públicas, especificamente do Programa ECOFORTE-Redes, foi capaz de dar respostas às demandas sociais em vista do fortalecimento e apoio a Redes de Agroecologia.

3. Metodologia

A investigação que deu forma a este trabalho consistiu em uma pesquisa qualitativa, exploratória, baseada na análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas. Quanto aos seus procedimentos, a pesquisa se classifica tanto como um estudo documental – com a análise de documentos referentes ao programa ECOFORTE, como o Acordo de Cooperação nº 13.2.1089.1, de 17 de outubro de 2013, que institucionalizou o programa; o Edital de seleção pública nº 2014/005-ECOFORTE Redes; os projetos aprovados nesta primeira seleção e as atas da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)³ – quanto um estudo de caso⁴, uma vez que procura aprofundar a análise referente a um programa específico dentre de um conjunto de políticas que integram o PLANAPO.

³ A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO consiste em uma das instâncias de gestão da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, juntamente com o Comitê

Foram realizadas oito⁵ entrevistas semiestruturadas com alguns atores-chave da sociedade civil, representantes de instituições históricas no campo da defesa das políticas de agroecologia no Brasil, e que participaram do processo de construção da PNAPO, do Planapo, e em alguns casos, dos debates que ajudaram a construir o próprio ECOFORTE, quais sejam: a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) – principal representante da sociedade civil na pauta da agroecologia e identificada como uma “rede de redes”; a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) – organização que agrega principalmente pesquisadores/as, professores/as e estudantes dedicados/as ao tema da agroecologia – sendo que a mesma pessoa entrevistada faz parte também de outra importante organização no desenvolvimento de projetos voltados à agroecologia, a Assessoria e Serviços aos Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); a ABA Centro-Oeste (ABA-CO) cujo entrevistado é integrante da diretoria da ABA, representando a Região Centro-Oeste e que também integrou o governo até final de 2016, na Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (doravante MAPA); a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), especificamente com uma representante de Mato Grosso; a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA); a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária (Rede Xique-Xique); e simultaneamente a Cooperativa de Produção de Orgânicos (CPOrg) e a Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg) da região sul, através de seu representante na CNAPO, cuja cooperativa em que atua também integra a Rede Ecovida.

Todas as entidades entrevistadas possuem representação na CNAPO e algumas delas foram contempladas na primeira edição do programa ECOFORTE (FASE; Rede Ecovida; e ASA – esta última através de Centro Sabiá, integrante da rede). Cinco entrevistas foram

Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO; sendo a CNAPO o espaço de participação da sociedade civil em conjunto com o governo no processo de acompanhamento e gestão da política.

⁴ “De acordo com Yin (2005, p.32), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. O estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir a pesquisas com diferentes propósitos, tais como: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos” (GIL, 2008, p. 58)

⁵ Foram entrevistadas, ao todo, 10 pessoas. Porém, algumas entrevistas precisaram ser refeitas por questões de ordem técnica de qualidade de áudio das gravações, porém nem todos os entrevistados puderam conceder novas entrevistas.

realizadas em novembro de 2017, durante a realização da 19ª reunião plenária da CNAPO, e três foram realizadas no período de fevereiro a abril de 2018⁶.

No processo de análise das entrevistas buscou-se identificar a compreensão da sociedade civil sobre o que se entende por fortalecimento de Redes de Agroecologia e como foi possível se aproximar desse objetivo através do Edital 2014/005 – Redes ECOFORTE. Para identificar os principais fatores relacionados ao fortalecimento das Redes de Agroecologia nas entrevistas, foi utilizado o método de análise de conteúdo, seguindo as três fases abordadas por Bardin (2011 *apud* CAMPOS, 2014; SILVA e FOSSÁ, 2015), quais sejam: **pré-análise** (sistematização de ideias iniciais com base no referencial teórico); **exploração do material** (construção de operações de codificação, considerando recortes do texto em unidades de registro, definição de regras de contagem e classificação/agregação de informações em categorias) e **interpretação** (identificação dos conteúdos latentes em todo o material) (SILVA e FOSSÁ, 2015). A escolha pelo método de análise de conteúdo para interpretação dos dados se deu por este ser apontado como “a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos” (SILVA e FOSSÁ, 2015, p. 8)

A partir do processo de **pré-análise** das oito entrevistas, chegou-se a um total de 12 grandes categorias e 186 subcategorias, originadas das ideias centrais contidas em trechos selecionados das falas dos entrevistados. Em sequência, na fase de **exploração do material**, estas subcategorias foram reagrupadas reduzindo o total de subcategorias em 66 incidências, subdivididas de acordo com a categoria vinculada. Por fim, na fase de **interpretação**, o grupo de categorias e subcategorias foi dividido em seis “ideias-base”. A divisão em “ideias-base” deu-se a partir do conteúdo principal contido em cada categoria, chegando à seguinte divisão:

Tabela 1 Metodologia: Ideias-base - divisão e conteúdo

IDEIA-BASE	CONTEÚDO
Importância	Ideias referentes à importância das redes, seja para o desenvolvimento rural sustentável, seja para a PNAPO, para o PLANAPO ou para os empreendimentos de agroecologia de uma forma geral
Fortalecimento	Ideias que remetem às características associadas a redes fortalecidas, assim como instrumentos e ações identificados como importantes para o fortalecimento de redes.
Territórios	Considerações sobre territórios que deveriam ser priorizados por políticas públicas voltadas ao fortalecimento de redes de agroecologia
Histórico 1	Ideias que remetem ao processo de construção do Programa ECOFORTE, inclusive considerando o contexto de construção da PNAPO e do PLANAPO

⁶ Duas dessas três últimas entrevistas foram feitas inicialmente em 2017, mas por problemas de áudio, precisaram ser refeitas em 2018.

Histórico 2	Considerações sobre o que de fato ocorreu ao longo da execução dos projetos, ressaltando pontos positivos, negativos e os principais desafios a serem enfrentados no tocante ao programa
Sugestões	Propostas de melhoria para próximas edições do programa

A análise documental foi realizada com base nas categorias estabelecidas na análise de conteúdo. Foram analisadas as atas das 15 primeiras reuniões da CNAPO, cobrindo o período de 20 de novembro de 2012, portanto anterior ao lançamento do 1º edital do ECOFORTE, até 21 de setembro de 2016, já próximo ao término da execução dos projetos da primeira edição do Programa. Paralelamente, foram analisados o Edital 2014/005 – ECOFORTE Redes e o Acordo de Cooperação Técnica nº 13.2.1089.1, de 17 de outubro de 2013, que institucionalizou o programa.

Quanto à análise dos projetos, vale ressaltar que foram habilitadas 33 redes, porém apenas 28 foram efetivamente contratadas. Destas, foi possível acessar 25 projetos, os quais foram analisados a partir da seleção das seis principais categorias que surgiram nas entrevistas como fundamentais para o fortalecimento de redes de agroecologia, quais sejam: (i) atividades de mobilização; (ii) atividades de formação; (iii) diversidade na rede; (iv) atividades de assistência técnica; (v) equipamentos e (vi) insumos. Os resultados desta análise serão apresentados nas próximas seções.

4. Programa ECOFORTE e as Redes de Agroecologia: histórico e novas perspectivas.

4.1. Surgimento do Programa ECOFORTE e elaboração do Edital 2014/005.

Conforme tratado na primeira seção deste artigo, o Programa ECOFORTE está inserido num contexto mais amplo, de elaboração da PNAPO, que contou com a participação de uma ampla gama de atores, onde o Estado procurou dar respostas às demandas de setores específicos da sociedade em defesa do fomento à agroecologia e produção orgânica enquanto principais meios de promoção do desenvolvimento rural sustentável para o país. Neste sentido, vale destacar uma das falas da sociedade civil sobre o que se entende por desenvolvimento rural sustentável e qual a importância da agroecologia neste processo:

Eu acho que a ideia de desenvolvimento rural vai além da produção de alimentos, e também incorpora ações sociais, culturais e ambientais. E a agroecologia fornece aí princípios e técnicas que vão permitir se buscar esse desenvolvimento rural sustentável. Então valorizar a base de recursos naturais, valorizar os conhecimentos locais, promover o diálogo entre esses conhecimentos locais e os conhecimentos

acadêmicos. (...) Então, sem agroecologia não é possível ter um desenvolvimento rural sustentável, não é possível recuperar essa base de recursos que o modelo da Revolução Verde degradou durante todas essas décadas (Entrevista ANA)

Já no que tange ao papel das redes dentro desta perspectiva de desenvolvimento, ressalta-se a importância da ação agroecológica nos territórios, com destaque para o papel de articulação desempenhado pelas redes:

É a ideia de que a agroecologia é uma construção que depende muito da participação dos atores dos territórios (...) Quer dizer, a sociedade civil, em suas mais diversas manifestações, são elas as protagonistas da construção da agroecologia (...) Na verdade, o princípio da agroecologia é **reconhecer os recursos, os potenciais que existem no território, valorizar esse recurso, conectar esse recursos e construir sistemas agroalimentares baseados nas potencialidades ecológicas, econômicas, socioculturais dos territórios. Quem tem capacidade pra fazer isso são os atores dos territórios articulados em Redes** (Entrevista ABA/AS-PTA)

O processo de articulação que culminou na construção da PNAPO e do próprio ECOFORTE parte, portanto, de uma nova perspectiva de desenvolvimento: o desenvolvimento rural sustentável, que, conforme ressalta Cardona et al (2006), traz consigo um leque mais amplo de preocupações, que se estende desde o uso e propriedade da terra, até relações sociais e trabalhistas mais justas, com importante foco para a questão da preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, o papel das redes na articulação das políticas públicas dentro do território ganha grande destaque neste momento. Porém, conforme mencionado nas primeiras seções, foi um processo relativamente longo.

Na arena institucional, um dos primeiros passos dados em reconhecimento de demandas defendidas durante décadas pelos movimentos de agricultura alternativa, deu-se primeiramente com a aprovação da Lei nº 7.802/1989, que regulamentou o uso de agrotóxicos no Brasil (MONTEIRO; LONDRES, 2017). Após esse marco, as próximas conquistas no campo legislativo foram voltadas para a produção de alimentos orgânicos. A primeira legislação neste campo específico foi a Instrução Normativa nº 07, de 17 de maio de 1999, do MAPA, que estipulou normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Posteriormente, após muitas articulações da sociedade civil e alguns servidores do MAPA, foi sancionada a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, também conhecida como Lei dos Orgânicos. Em 2004 foi criado o Programa Pró-Orgânico e em 2005 foi criada a Coordenação

de Agroecologia, no MAPA (COAGRE/MAPA) para tocar essa agenda. Neste meio tempo, foram instituídas a Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPOrg), as Comissões de Produção Orgânica (CPOrgs) nos estados, para assessorar na gestão e execução do Pró-Orgânico, além da instalação da Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO), também sob coordenação da Coagre/MAPA. De acordo com o entrevistado da ABA-CO e coordenador à frente da Coagre/MAPA à época, foram nesses espaços que surgiu a ideia de criação de uma política nacional de agricultura orgânica para o país, no intuito de articular, de forma mais institucionalizada, outros ministérios nas ações e políticas voltadas à agroecologia e produção orgânica.

De acordo com este entrevistado, foi realizado um café da manhã orgânico com o então presidente Lula, já em seu segundo mandato, com apoio de Gilberto Carvalho. Durante este evento, o presidente deu carta branca aos envolvidos para a proposição de um programa nacional voltado à produção orgânica. As articulações foram iniciadas e a criação de um programa nacional de agricultura orgânica entrou no PPA 2008/2011 como uma das metas do MAPA. Paralelamente às ações para a criação deste programa, aumentavam os movimentos na sociedade civil em defesa de uma política nacional voltada à produção agroecológica, culminando em 2011 com a demanda reforçada pela 4ª Marcha das Margaridas, já no primeiro mandato de Dilma Rousseff. A presidenta assumiu o compromisso de criação dessa política junto à Marcha e passou a coordenação desse processo para a então ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Quando essa demanda chegou ao Palácio do Planalto, que o Ministro Gilberto Carvalho me chamou e falou: “(...) Tem uma proposta de criar uma política nacional de agricultura orgânica ou vai ter uma política nacional de agroecologia. Não tem espaço pra criar duas políticas nacionais, de algo parecido. O que existe de possibilidade de fazermos uma coisa só?” Eu falei “olha, do meu ponto de vista é totalmente possível porque os princípios são os mesmos, o que se quer, no final é a mesma coisa, mas tem que se conversar com os movimentos” (Entrevista ABA-CO)

Iniciou-se, assim, um processo de articulação junto à sociedade civil, em busca do consenso para a criação de uma única política, que unisse a agroecologia e a produção orgânica em um único instrumento. Chegando-se à decisão de construção conjunta da política, foi instituído um grupo de trabalho no âmbito do governo que dialogava diretamente com representantes da sociedade civil, para construção da PNAPO. Paralelamente, a ANA realizou uma série de oficinas nos estados para discussão e deliberação junto aos diversos atores do

movimento agroecológico, e apresentou ao governo uma proposta concreta, com objetivos e diretrizes para construção da PNAPO. Após um longo processo de negociações, onde nem todas as exigências da sociedade civil foram atendidas (como a questão da reforma agrária, principalmente), buscou-se contemplar o maior número de demandas colocadas pela sociedade civil para a Política Nacional e em 20 de agosto de 2012 foi publicado o Decreto nº 7.794, instituindo a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), criando suas instâncias de gestão – CIAPO, para articulação governamental e CNAPO para articulação entre governo e sociedade civil – e estipulando o PLANAPO como principal instrumento da política. A construção da PNAPO, do PLANAPO e de suas instâncias de gestão, portanto, atendem a um dos binômios característicos de um bom processo de planejamento: “articulação-coordenação”, que atenta para o fato de que qualquer planejamento que se refira a novas funções que devem ser assumidas pelo governo carrega consigo um esforço considerável de articulação além de coordenação geral das ações (CARDOSO JR., 2009, s/n).

Após a publicação do Decreto 7.794/12, a CNAPO foi instalada em 20 de novembro de 2012, com a realização de sua 1ª reunião plenária. A partir da 2ª reunião plenária da CNAPO, realizada entre 28 de fevereiro a 1º de março de 2013, são criados grupos de trabalho compostos por membros do governo e da sociedade civil para análise e construção conjunta da versão preliminar do Planapo. Nas falas dos entrevistados, esse momento foi destacado como sendo muito participativo. No que tange à construção do plano em si, o Planapo na realidade agrupou em um único plano diversas iniciativas e programas já existentes nos vários órgãos governamentais parceiros, sendo o ECOFORTE e o Pronara (Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos) as únicas novidades dentro do Plano, e destes, somente o ECOFORTE foi instituído. A construção do ECOFORTE surge, portanto, da demanda direta da sociedade civil de apoio às redes de agroecologia:

O recurso novo, original, uma coisa nova foi a criação do ECOFORTE (...). Com uma metodologia um pouco mais leve, uma métrica mais simples de execução e principalmente com o objetivo de alimentar as redes, estimular as redes. (...) o debate pra construir o ECOFORTE envolveu bastante gente e várias ideias.
(Entrevista STPOrg/Rede ECOVIDA)

A construção do Programa, no entanto, passou por dois momentos distintos, de acordo com o representante da ABA-CO, sendo o primeiro momento de convencimento ainda no

âmbito do governo, onde se destacou a atuação do então Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho:

O ECOFORTE foram dois momentos: um momento foi o de construção política, de viabilizar isso. Porque aí tinha que se convencer o BNDES e a Fundação BB de entrar nesse jogo. Então aí foi muito mais um papel... Que aí eu digo claramente que o Gilberto Carvalho foi chave nessa história, o Gilberto e a equipe dele, foram fundamentais nesse processo. E aí a gente teve uma discussão inicial falando um pouco de como seria, eu participei dessas reuniões lá no Palácio quando se estava construindo essa primeira ideia, esse primeiro, vamos dizer assim, arcabouço do que deveria ser (Entrevista ABA-CO)

Vale destacar que um programa usado como inspiração, que contava com apoio do BNDES e da Fundação Banco do Brasil para fortalecimento de redes, foi o programa CATAFORTE, voltado para organização, estruturação e fortalecimento de redes de catadores de materiais recicláveis, integrando a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que visava o fechamento dos lixões paralelamente à inclusão socioprodutiva de catadoras e catadores:

Pela experiência do CATAFORTE a gente, conversando com a Fundação Banco do Brasil e com o BNDES, surgiu a ideia de fazer então um ECOFORTE, que seria uma maneira de ter recursos pra apoiar essas redes locais, com um recurso que seria não reembolsável, uma doação. (Entrevista ABA-CO)

Definido que se teria de fato o ECOFORTE, iniciou-se um segundo momento, de diálogo com a sociedade civil para a construção do edital, visto como chave para definição de quem teria acesso ou não aos recursos.

Quanto a este ponto, verificamos que não houve muito consenso dentro da sociedade civil sobre a real sensação de abertura à sua participação no processo de construção do programa, e especialmente do edital. Nas entrevistas com representantes da ANA, ABA, STPOrg/Rede Ecovida, ASA e UNICAFES, existe uma percepção de que se tratou de um processo realmente participativo, inclusive mencionam a realização de diversos encontros, especialmente com a FBB. Na entrevista da UNICAFES, foi destacado o papel da CNAPO como o principal espaço de diálogo e de cobrança de um programa que de fato apoiasse as redes. E na entrevista da ASA, esta destaca que houve vários momentos de diálogo com a FBB e que tais diálogos se deram principalmente “no âmbito da ANA, onde congregam as várias redes e organizações do campo” (Entrevista ASA). Já em entrevista com a FASE e

Rede Xique-Xique, houve a sensação de baixa participação da sociedade civil nesse processo, inclusive de surpresa quando da apresentação do edital pronto.

No início foi um pouco conturbado (...) Tava se trabalhando na possibilidade de alocar recursos que viesse da Fundação e do BNDES. Mas, assim, não era uma coisa discutida com participação efetiva nossa, da sociedade civil (...) Quando nós ficamos sabendo, de uma das plenárias, foi de que... o programa tava pronto, que ia ser lançado o edital.(...) Claro que a gente não conseguiu influenciar muita coisa porque o formato é aquele. (Entrevista FASE)

Essa divergência de opiniões também foi observada durante a análise das atas da CNAPO. De acordo com esta análise, o ECOFORTE foi apresentado pela primeira vez na 4ª reunião plenária da CNAPO, no dia 18 de outubro de 2013, portanto um dia após a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 13.2.1089.1, que implementa o ECOFORTE, e data de 17 de outubro de 2013 (doravante ACT/2013). Nesta reunião, a então Secretária Executiva da SG/PR, Fernanda Machiavelli, fez uma apresentação geral da proposta do ECOFORTE, mencionando inclusive o ACT/2013, que instituiu o comitê gestor do projeto e informou que este comitê contaria com a participação de quatro convidados permanentes indicados pela CNAPO. Nenhuma das atas analisadas menciona *se* e *quais* representantes foram indicados como convidados permanentes do comitê gestor do programa. Na reunião seguinte, 5ª reunião plenária da CNAPO, realizada em 06 de dezembro de 2013, o programa volta a ser tema de pauta, e Lucas Ramalho (SG/PR) faz um relato sobre a oficina do ECOFORTE realizada durante o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) realizado em novembro de 2013. Durante alguns trechos do documento, fica claro que foram apresentadas demandas à FBB durante esta oficina, as quais foram consideradas, conforme trecho em destaque:

Denis (ANA) questionou sobre a participação social na nova modelagem do edital, já que houve participação no primeiro momento, na oficina, e com contribuições à modelagem inicial. Lucas (SG/PR) disse que os critérios para a seleção das redes foram construídos com participação e mantidos. Disse ainda que no momento da construção fizeram o esforço de fortalecer as zonas quentes, para aportar recursos nesses territórios (CNAPO, Relatório da 5ª reunião plenária, 06/12/2013, p. 12)

Na reunião subsequente, a 6ª reunião plenária da CNAPO, em 14 de março de 2014, foi lançado o Programa ECOFORTE, onde Conceição Gurgel (FBB) fez a apresentação do edital, destacando que:

As diferentes instituições parceiras do ECOFORTE, sob coordenação da SG/PR e do MDA, realizaram uma série de debates em diálogo com a sociedade civil, no sentido de identificar demandas e possibilidades de atuação conjunta que pudessem contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos que as redes já vêm desenvolvendo nos territórios e para a ampliação da escala de produção de base agroecológica, extrativista e orgânica. (CNAPO, Relatório da 6ª reunião plenária, 14/03/2014, p. 3)

Nesta ocasião, anunciou-se que o valor do edital seria na ordem de R\$ 25 milhões, valor muito abaixo do que era esperado – uma vez que a estimativa no Planapo I era na ordem de R\$ 175 milhões para as ações do ECOFORTE, sendo R\$60 milhões para apoio a 30 redes, R\$ 90 milhões para apoio a 100 cooperativas e R\$ 25 milhões para o apoio a 350 projetos de agroindústria em parceria com a Conab. Essa informação gerou um grande desapontamento na sociedade civil, o que ficou evidente em algumas falas, tanto da própria ANA, como de outros membros da CNAPO, com destaque para a fala de Frei Sérgio (Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA), que afirmou se tratar de um edital fraco, com poucos recursos, e que os movimentos sociais foram excluídos do processo. Essa fala aparece novamente no relato da Subcomissão Temática de Produção, Crédito, Fomento e Agroindustrialização, onde se afirma que “o processo participativo não foi satisfatório no processo de construção do edital; o edital exige documentação muito ampla, o que dificulta o acesso; o edital atende um público muito reduzido, apenas 2 redes por região” (idem, p. 22)

No entanto, pelas falas dos representantes mencionados anteriormente, acredita-se que o maior desapontamento da sociedade civil foi com o volume de recursos destinado ao Programa, o que acabou reforçando a sensação de que não estavam representados naquele edital. Por outro lado, pela análise das entrevistas é possível afirmar que de fato alguns membros participaram de discussões referentes ao edital, levando demandas da sociedade civil para a FBB e o BNDES, porém nem todas foram contempladas, o que fez com que nem todos não se sentissem representados. Essa questão da participação na construção do ECOFORTE e dos limites possíveis para atendimentos das demandas da sociedade civil fica claro na fala do representante da ABA:

Do ponto de vista da modulagem (...) evidente que a gente ia ter que se ajustar às normas, aos funcionamentos do próprio BNDES, da Fundação. É que têm uma série de normativas, né. E a gente conseguiu chegar a um modelo, porque tanto o pessoal do BNDES quanto da Fundação eles foram extremamente abertos a ajustar, a encaixar a nossa lógica na lógica deles. Isso, é, foi assim uma coisa que foi um exercício extremamente fecundo. Se as normas não fossem como são, talvez o

ECOFORTE tivesse outro tipo de desenho. A gente acha que tem coisas que poderiam ser aprimoradas. Mas eu acho talvez que a gente tenha chegado ao limite das normativas (Entrevista ABA)

Sendo assim, constata-se que a construção do programa ECOFORTE surgiu de uma demanda da sociedade civil quando da construção do Planapo e contou com a participação desta na construção do primeiro edital através de alguns representantes, no entanto, nem todas as demandas foram contempladas, e com o aporte de recursos tão abaixo do esperado gerou-se uma sensação dúbia na sociedade civil, sobre o quanto de fato suas demandas foram ouvidas.

Na próxima seção, serão detalhados alguns pontos que de fato foram contemplados através do edital e dos projetos na primeira edição do Programa ECOFORTE.

4.2. Fortalecimento de Redes de Agroecologia: o que se esperava

Conforme ressaltado na seção anterior, o Programa ECOFORTE surge enquanto resposta a uma demanda da sociedade civil em relação à necessidade de uma política voltada ao fortalecimento das redes de agroecologia. Sendo assim, existem expectativas concretas a respeito do que se entende por fortalecimento de redes, que características redes fortalecidas apresentam e que tipo de ações devem ser financiadas em prol deste objetivo.

A presente pesquisa teve o intuito de conseguir identificar essas expectativas e verificar o quanto foi possível atendê-las dentro do desenho que o Programa ECOFORTE tomou. A partir das entrevistas realizadas, chegou-se às seguintes características principais, no tocante à ideia-base “fortalecimento” de redes:

Tabela 2 - Fortalecimento de Redes de Agroecologia: subcategorias vinculadas e frequência

Ideia base	CATEGORIA	Subcategorias	Frequência (categorias similares)
FORTALECIMENTO	(E) Fortalecimento das redes de agroecologia - ações necessárias	Intercâmbio/ Mobilização/ Formação	3
		Apoio a projetos elaborados pela própria rede	2
		Estrutura adequada	1
		Assistência técnica	1
		Manutenção de políticas públicas que interagem no território	1
	(F) Redes fortalecidas – características	Capacidade política de mobilização, expressão de demandas e disputa de projeto de desenvolvimento	6
		Participação/ Decisão coletiva	5
		Unidade na diversidade/ Respeito à diversidade	5
		Representar sem substituir/ Horizontalidade	3
		Controle Social	2
		Atenção à dinâmica da rede	2

		Conformidade/ Prática agroecológica/ Produção e comércio justo	4
		Outros (Evitar comparações injustas/ Questão do fortalecimento posta pelos financiadores)	2
	(G) Redes fortalecidas - instrumentos/ações financiáveis	Dinâmica da rede (recursos de custeio)	3
		Equipamentos (transporte/ beneficiamento de produção, etc)	3
		Assistência técnica/ Formação	2
		Financiamento público às redes (Editais)	2
		Insumos/cadeias	2

Observa-se, a partir da tabela acima, que os itens mais frequentes que aparecem nas falas dos entrevistados como importantes para o fortalecimento das redes de agroecologia são: mobilização; decisão coletiva; diversidade; conformidade/prática agroecológica; dinâmica de rede; equipamentos e assistência técnica/formação (que aparece mais de uma vez, em categorias diferentes).

Para compreender melhor a importância dessas categorias e subcategorias na visão das redes, apresentamos abaixo algumas falas representativas referente a parte dos itens listados:

Tabela 3 - Fortalecimento de Redes de Agroecologia: falas representativas

CATEGORIA	Subcategorias	Falas representativas
(E) Fortalecimento das redes de agroecologia - ações necessárias	Apoio a projetos elaborados pela própria rede	Inclusive eu acho assim: quem tem que pensar quais são os projetos pras Redes são as próprias Redes (...) a gente tem um cardápio de políticas públicas que são elaborados nacionalmente. Agora esse cardápio ele é acionado lá no território a partir dos projetos dos atores do território... a partir das suas prioridades e da sua realidade. Então você não tem uma realidade igual pra todos os territórios, cada um tem uma trajetória, tem especificidades, prioridades até culturais. O que a gente tem discutido muito é que as políticas públicas elas tem que ser elaboradas de forma a abrir espaço pra que nas Redes elas mobilizem de acordo com suas peculiaridades, façam sua combinação (ABA)
	Assistência técnica	(...) começando pelas equipes de ATER, uma assistência técnica permanente, que isso falta campo. Não aquela assistência técnica que vai lá uma vez, fala com agricultor e vai se embora, mas sim uma permanente (Rede Xique-Xique)
(F) Redes fortalecidas – características	Unidade na diversidade/ Respeito à diversidade	(...) eu acho que é a construção da unidade numa diversidade de atores sociais . Uma rede não é composta por uma só organização, são várias organizações e essas organizações têm formas de se organizar distintas, têm prioridades distintas e a relação com o Estado é distinta. Então o respeito à diversidade é um pré-requisito para que uma rede possa funcionar. A compreensão da diversidade (de um lado), por outro lado a busca de uma unidade, pois apesar da diversidade dos atores, há objetivos comuns, há propostas comuns que mobilizam esses atores sociais. (ANA)
	Representar sem substituir/	Outra coisa que é muito importante é que a rede precisa ter clareza de que ela não substitui os outros atores (...) cada movimento tem a sua importância e a sua forma de atuação política, e todas essas formas são importantes. Então a rede, ela não pode cair no erro de querer substituir o trabalho que os movimentos sociais fazem, e as suas formas de luta e as suas formas de organização. (ANA)

(G) Redes fortalecidas - instrumentos/ações financiáveis	Dinâmica da rede (recursos de custeio)	(...) principalmente a dinâmica da rede, o seu funcionamento . Uma rede precisa, pra existir, ter controle social. Controle social começa por agendas locais. No micro, a família agroecologista, depois amplia-se pro grupo que ela pertence, pro núcleo que ela pertence, pro território que ela pertence e pra rede em si. Toda essa dinâmica, ela tem custos - custos de deslocamento, de reunião, de hora pessoas, processos, sistemas, insumos, enfim. A existência dessa rede não deve estar focada apenas no produto que ela coloca no mercado, mas nos processos que ela organiza pra garantir a qualidade desse produto, processos que garantem os equilíbrios que eu já citei: sociocultural, ambiental e econômico (Rede ECOVIDA)
	Controle social	
	Insumos	

Muito se falou, portanto, sobre a importância de as redes terem a liberdade de apresentarem seus próprios projetos e não seguir pacotes tecnológicos dados, tão comuns em perspectivas de política pública mais difusionistas praticadas no meio rural, principalmente com o avanço da Revolução Verde.

Essa característica contribuiu, inclusive, para outro fator considerado de extrema relevância, como a possibilidade de realizar, dentro dos projetos, ações voltadas à dinâmica das redes, como reuniões, encontros, intercâmbios, etc. Essa possibilidade impacta diretamente em outras questões consideradas de grande relevância, como a capacidade de mobilização, de força política da rede, que depende do fortalecimento desta enquanto coletivo. Tais fatores apontados nas entrevistas reforçam o conceito de redes desenvolvido por Emirbayer e Mische (1998) e trabalhado por Charão-Marques; Schmitt e Oliveira (2017), enquanto “campos relacionais” no qual um conjunto de atores compartilham características e interesses em comum e cuja interação pode resultar em processos coletivos de aprendizado, fortalecimento e articulação. A partir dessa perspectiva, e conforme verificado nas entrevistas, as atividades de mobilização são consideradas fundamentais para alinhamento entre os membros, fortalecimento do coletivo e conseqüentemente fortalecimento da(s) rede(s).

Outro fator bastante mencionado foi a questão da diversidade da rede, assim como o reconhecimento e a valorização dessa diversidade, como características importantes para redes consideradas fortalecidas. Essa diversidade se refere à composição da rede por diferentes grupos étnicos, faixas etárias e gêneros. Fatores mais estruturantes mencionados com mais frequência foi o financiamento de equipamentos, insumos e atividades de assistência técnica e formação.

Por fim, um importante fator demandado pela sociedade civil à FBB e BNDES quando da elaboração do edital diz respeito a quais deveriam ser os critérios de priorização das redes. Esta questão surgiu nas entrevistas quando perguntados sobre territórios que deveriam ser

priorizados para o fortalecimento de redes. Seguem algumas das repostas que explicitam a preferência por territórios onde já existissem redes estruturadas:

(...) como o ECOFORTE é um programa que tem pouquíssimos recursos - então seria importante que num primeiro momento fossem apoiadas redes atuantes em territórios onde já há um histórico e uma trajetória da construção redes, que essas redes poderiam dar maior resposta a esse estilo da política pública. (...) Então onde existe organização, onde existe uma rede, onde já há uma discussão sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no território, onde já há um conjunto de propostas, esse recurso é um “recurso semente”, que já vai sendo potencializado. (...) Por isso que a gente defendeu que em um primeiro momento fosse destinado o recurso para onde as redes tivessem a capacidade de resposta. Mas numa perspectiva de que o programa se ampliaria (...). E não é o que tá acontecendo, pelo contrário, o montante de recursos destinados para o segundo edital de apoio às redes é menor do que o primeiro (Entrevista ANA)

Então quando a gente fala em prioridade, não tanto porque é um território seja mais importante que o outro, mas é que tem determinados territórios que você já tem a condição, e por isso que o projeto do ECOFORTE ele termina sendo pra Redes que já existiam, pra fortalece as Redes, não pra criar Redes. (...) Porque eu acho que a gente precisava ter políticas que incentivassem a emergência de Redes. E aí a política do desenvolvimento territorial ela é fundamental. (...) Então a gente defendeu muito a ideia de que sim, existem, há que priorizar alguns territórios (...) no sentido de aumentar a densidade dessas Redes, é, isso depende não só de investimentos físicos de materiais, mas também de fortalecimento das capacidades institucionais.(Entrevista ABA)

A partir das falas, observa-se que a preferência pelas redes já estruturadas deu-se por preocupação sobre a capacidade de respostas das redes beneficiadas pelo projeto, pois essa capacidade foi vista como significativa inclusive para a continuidade do programa, uma vez que se tratava de uma ação nova, que demandou convencimento dos órgãos financiadores para de fato acontecer. Um possível fracasso do programa poderia comprometer a política de fortalecimento de redes de agroecologia como um todo. Por isso apostar nos chamados “territórios quentes”. Nesses territórios os recursos investidos funcionariam como “recursos sementes”, ou seja, seriam potencializados, contribuindo para o beneficiamento de um maior número de redes, inclusive daquelas ainda pouco estruturadas. Porém, como ressalta o representante da ANA, toda essa lógica foi pensada numa perspectiva de aporte de recursos

muito maior e beneficiamento de um maior número de redes, o que não ocorreu exatamente como pretendido.

4.3. Fortalecimento de Redes de Agroecologia: o que foi alcançado

Em relação a quanto o edital 2014/005 – ECOFORTE Redes foi capaz de atender às demandas tratadas anteriormente, a primeira característica importante de destacar é que o edital abriu a possibilidade para que as redes apresentassem seus próprios projetos, conforme demandado pela sociedade civil. Este fator foi ressaltado por Conceição Gurgel (FBB) durante o lançamento do edital ECOFORTE na 6ª reunião da CNAPO:

Vale ressaltar que não existe uma definição prévia quanto à quantidade de unidades de referência nem quanto ao tipo. Pretende-se que as entidades proponentes e suas redes aproveitem o momento de elaboração dos projetos para discutir quais são os melhores instrumentos e práticas que valorizem as dinâmicas locais e que possam contribuir para a construção desse conhecimento coletivo (CNAPO, relatório da 6ª reunião CNAPO, 14/03/2014, p. 4).

Quando verificados os critérios de pontuação, observa-se que outros fatores também foram internalizados pelo edital, como a questão de beneficiamento de redes fortalecidas, uma vez que receberam maior pontuação aquelas redes com mais tempo de experiência, maior número de parcerias firmadas com governo, que tinham experiência em acesso a mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade – PGPMBio) e quantidade maior de participantes, para citar apenas alguns exemplos.

Um importante critério abarcado pelo edital diz respeito à valorização da diversidade, uma vez que entidades representativas de povos e comunidades tradicionais, e redes com maior número de grupos formados majoritariamente por mulheres e jovens, também pontuavam mais.

Outro relevante fator contemplado pelo edital foi a valorização de redes que apresentassem atividades de formação, tendo em vista que as redes que possuíam escolas “família agrícola” e/ou centros de formação por alternância dentre suas entidades participantes também recebiam maior pontuação. Para além da participação destas entidades, as atividades de formação e assessoria técnica a serem desenvolvidas no âmbito da rede, assim como compra de equipamentos e insumos, dependeram muito mais dos projetos

elaborados pelas próprias entidades do que por características próprias do edital. Vale ainda ressaltar que consistia em fator eliminatório a apresentação de propostas que não tivessem 50% do recurso voltado para investimento (aquisição de equipamentos e afins) e 50% voltado para custeio. Esse fator será ponto de discussão a ser tratado em sequência.

De modo geral, o que se observa, portanto, é que o desenho do edital 2014/005 procurou atender àquelas características identificadas como fundamentais para promoção do fortalecimento de redes e para atender a demanda específica de priorizar os “territórios quentes” nesta primeira edição do programa, confluindo com parte das expectativas da sociedade civil. No entanto, alguns fatores ligados a exigências trazidas pelo edital e que impactaram na gestão dos projetos foram bastante criticados pelos entrevistados. Segue abaixo um quadro síntese das principais categorias apontadas como negativas:

Tabela 4 - Pontos negativos/desafios ECOFORTE: subcategorias e frequência

CATEGORIA	Subcategorias	Frequência (categorias similares)
(K) Pontos negativos/desafios ECOFORTE	Recursos insuficientes, comprometendo o sucesso do programa	6
	Dificuldades administrativas: pouca flexibilidade, excesso de burocracia, aumento das exigências burocráticas ao longo do projeto, distanciamento	11
	Engessamento na aplicação dos recursos	4
	Problemas de ordem política: modelo de "programa"/pouco apoio de outros órgãos/ marco legal restritivo (esperança de mudança a partir do MROSC)	4
	Dificuldades de mensuração de resultados: resultados imateriais e sistematização de dados	2
	Limitações da unidade de referência	1

Os destaques no quadro acima estão relacionados a questões vinculadas de alguma forma ao edital e às regras por ele impostas, como as exigências burocráticas, a rigidez na gestão do programa, o aumento do número de exigências ao longo da execução do projeto, fatores estes que trouxeram dificuldades para as entidades. É interessante ressaltar que a opção de realizar o programa através da FBB foi justamente pela facilidade de gestão e contratação que esta possui, enquanto pessoa jurídica de direito privado, para contratação de Organizações Não Governamentais (ONGs), ao contrário dos ministérios e demais órgãos públicos que possuem um conjunto de regramentos mais rígidos quando se trata de realização de parcerias com estas entidades, principalmente após a série de escândalos envolvendo desvios de recursos públicos através de convênios com ONGs em três ministérios, no ano de

2011⁷. No entanto, enquanto uma entidade que faz gestão de recursos públicos, ela também está sujeita a auditorias e deve seguir uma série de exigências legais, dentre as quais cumprir as normas estabelecidas na Lei 8.666/93, de contratos e licitações.

Seguem algumas falas que ilustram as principais reclamações no tocante ao programa:

Tabela 5 - Pontos negativos/desafios ECOFORTE: falas representativas

CATEGORIAS	Subcategorias	Organização	FALAS REPRESENTATIVAS
k) Pontos negativos/desafios ECOFORTE	Limitações na alocação do recurso (custeio e capital)	FASE	"Limita, então, essa coisa engessada. Engessa com cinquenta por cento, é complicado isso."
	Modelo da política (programa)	ANA	"Agora, nós tivemos também dificuldades na compreensão do ECOFORTE como um programa. Nós imaginávamos, e dissemos isso, que seria importante que os outros órgãos públicos tivessem também um compromisso com essas redes territoriais que fossem apoiados pelo ECOFORTE e isso nem sempre se concretizou. Muitas vezes, diversos órgãos públicos, MDA e Ministério do Meio Ambiente, não tiveram tanta atenção assim pra esses territórios onde o ECOFORTE foi desenvolvido."
	Pouco apoio de outros órgãos governamentais	ANA	"O que é insuficiente, do nosso ponto de vista, é o volume de recurso que foi destinado. A gente disse isso reiteradas vezes nos espaços de participação social, na CNAPO e outros. Que trinta milhões para o Brasil inteiro, são poucos recursos, são muito aquém da demanda de apoio à Agroecologia"
	Recursos insuficientes	ANA	"o ponto negativo que as organizações têm apontado muitas vezes diz respeito à rigidez dos procedimentos administrativos, que dão pouca flexibilidade pras ações locais; as dificuldades também no campo administrativo que significam atraso no repasse de recursos"
	Dificuldades administrativas Pouca flexibilidade Atraso no repasse de recursos	ANA	"O que eu acho talvez que, a princípio, me vem na mente é que parte dos recursos da Fundação Banco do Brasil são... e do BNDES, são recursos muito engessados, recursos que têm um carimbo, que tem que ser daquele jeito, daquela forma... E que a gente sabe que às vezes a gente elabora um projeto, e que por mais próximo da realidade, no processo de execução desse projeto a gente se depara com conjunturas e contextos que mudam essa realidade. Mudam as necessidades"
	Recursos engessados	ASA	"primeiro lugar recursos, precisava ter mais, né. (...) Na minha visão foi pouco recurso"
	Recursos insuficientes	Rede Xique-xique	"tem um pouco dessa questão das unidades de referência, mas eu acho fechado demais você fechar em uma unidade de referência. (...) Porque tem umas que ainda não são referência e tão começando. Tem aquelas que já estão lá na frente. Aí não, 'essa aqui tá começando e não pode ser unidade'... Pode ser que o empreendimento que tem dez anos não andou tanto como um que começou (...). Então eu acho que as unidades de referência são importantes, mas não dá pra fechar só nas unidades de referência (...) Porque às vezes você vai deixar de beneficiar uma comunidade importante que tem um outro tipo de dinâmica, mas que ainda não tem essa unidade de referência."
	Unidades de referência - traz limitações, não valoriza dinâmicas diferentes	UNICAFES	"Claro que a gente não conseguiu influenciar muita coisa porque o formato é aquele. Nós ficamos super assustados com aquela coisa de ter que apresentar três orçamentos, pra apresentar proposta; de ter que ser documentos todos com fotocópia autenticada, umas coisas assim, que era só quem tinha dinheiro no momento que conseguia participar"
	Pouca flexibilidade administrativa	FASE	"Mas aí a gente começou a perceber também que a Fundação é uma coisa longe de nós, da maioria das organizações."
	Excesso de burocracia	FASE	
	Sensação de distanciamento (sociedade civil da FBB e BNDES)	FASE	

⁷ Para maiores detalhes: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/falta-de-transparencia-dificulta-fiscalizacao-de-ongs-e-motiva-escandalos-nos-ministerios-20111205.html> acesso em 15/05/2018; <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/11/12/apos-escandalos-governo-quer-extinguir-de-vez-convenios-com-ongs.htm>, acesso em 15/05/2018.

As principais reclamações giram em torno da falta de recursos, do excesso de burocracia, e do engessamento dos recursos, que por sua vez deveriam ser utilizados 50% em investimento e 50% em custeio. Quanto a este último ponto, a principal reclamação consiste no fato de que esse percentual é muito rígido para realidades e necessidades tão distintas vivenciadas por cada rede. Em alguns casos, o que a rede mais necessita naquele momento é recurso para realização de cursos, reuniões, intercâmbio e atividades afins, que podem contribuir muito mais para seu fortalecimento frente à compra de um equipamento, por exemplo. Portanto, apesar da liberdade de apresentar as propostas que mais se adequassem à realidade das redes, estas se viram limitadas na possibilidade de alocação de recursos de acordo com as atividades que considerassem realmente necessárias, devido a essa limitação de necessariamente 50% do recurso precisar ser gasto em investimento.

Outro ponto que vale destacar dentre os listados, diz respeito à falta de participação de outros órgãos no fortalecimento das ações do ECOFORTE nos territórios. Apesar do ACT/2013 prever uma série de responsabilidades aos demais órgãos signatários (SG/PR; MDA – atual SEAD; MMA; MDS; MTE; MAPA; CONAB e EMBRAPA), com a série de mudanças na gestão dos órgãos ao longo dos anos de vigência do ACT, as ações do comitê gestor passaram por várias discontinuidades, e não se conseguiu até o momento uma ação integrada efetiva de fortalecimento do ECOFORTE para além dos editais lançados.

Em relação à análise dos projetos aprovados na primeira edição do ECOFORTE, levando em conta os fatores considerados fundamentais para o fortalecimento de redes, (mobilização; decisão coletiva; diversidade; conformidade/prática agroecológica; dinâmica de rede; equipamentos; insumos e assistência técnica/formação), foram selecionadas seis categorias a serem avaliadas: (i) relação de atividades de mobilização (como reuniões, encontros, intercâmbios, etc.); (ii) relação de atividades de formação (cursos, oficinas, visitas técnicas, etc.); (iii) diversidade na rede (composição por diferentes grupos); (iv) atividades de assistência técnica; (v) relação de equipamentos e (vi) relação de insumos⁸. Dos 28 projetos, foi possível acessar 25 deles, e os resultados foram organizados na tabela que segue:

⁸ Estes foram considerados enquanto matéria-prima, não permanentes, necessária para a realização de determinada atividade. Exemplo: sementes, adubos, animais, etc.

Tabela 6 - Análise projetos ECOFORTE: subcategorias avaliadas na categoria Fortalecimento de Redes

UF	REDE	Atividades de mobilização (encontros, reuniões, etc.)	Atividades de formação (cursos, oficinas, visitas técnicas, etc.)	Diversidade na rede (composição por diferentes grupos)	Atividades de assistência técnica	Equipamentos	Insumos
DF	Rede Agroecológica Planalto Central	Encontros gerais semestrais; Oficinas de gestão e articulação em rede; desenvolvimento de uma plataforma tecnológica de apoio à rede.	Formação/capacitação em produção e comercialização agroecológica (cursos, oficinas, caravanas, visitas técnicas, dias de campo)	Jovens, mulheres, extrativistas, agricultores familiares, assentados da reforma agrária	Orientação técnica em temas diversos (agroecologia, produção orgânica, segurança alimentar e nutricional, etc.), fornecida por diversas entidades que compõem a rede: CPAC; CNPAF; CNPH; EMATER-DF	Trator; trituradores de galhos e resíduos grosseiros; caminhonete; EPIs; caminhão; furgão; seladoras; tendas; balanças; etc.	NÃO IDENTIFICADO
SC	Rede AGRECO	Identificam as excursões como atividades de mobilização, assim como as atividades de divulgação das unidades de referência (*)	Excursões para sensibilização de agricultores; cursos de capacitação	Agricultores familiares, e a previsão de organização de seis grupos de mulheres e seis grupos de jovens ao longo do projeto para realização de excursões	Realização de visitas técnicas aos agricultores interessados	Embaladeira; depenadeira; esterilizador de facas; lavador de botas; câmara de congelado; balança; carro plataforma; cadeiras; mesa para reunião; etc.	NÃO IDENTIFICADO
SP	Rede de Agroecologia do Leste Paulista	Realização de dois eventos de fortalecimento e integração da rede; planejamento estratégico participativo das ações da rede; criação de um portal eletrônico e de boletins técnicos informativos, para fortalecimento da comunicação inter e intra Rede; e realização de Diagnóstico participativo; participação em feiras e eventos.	Realização de 06 eventos de capacitação de temas afins à rede, com utilização de metodologia baseada na pedagogia social, trabalhando a capacitação em 3 níveis (compreensão, vivência e prática); 02 eventos de capacitação no aproveitamento e conservação de hortifruti; realização de intercâmbio técnico com grupos do próprio território, ou de regiões diferentes.	Povos e comunidades tradicionais; assentados da reforma agrária; agricultores familiares; apicultores; meliponicultores; e uma Associação de Mulheres Agroecológicas compõe a rede e faz trabalho junto às mulheres assentadas	Capacitação técnica para aprimoramento dos sistemas produtivos implantados e em implantação (parte do módulo de formação); Realização de consultorias para o sistema de participação de garantia (SPG),	Motobomba; anel de concreto para revestimento de poço; mangueiras; tubos galvanizados; válvulas de retenção; roçadeira hidráulica; carrinho de mão; impressora; computador; câmeras; etc.	húmus; Substrato para tubete; semente de adubo verde; minhoca vermelha-califórnia; insumos orgânicos; insumos minerais; mudas; abelhas; etc.
TO	Rede Bico Agroecológico	Encontros das organizações da rede; encontro de planejamento participativo com os agricultores; diagnóstico participativo com os agricultores; encontros regionais para trocas de experiências, planejamento e avaliação do projeto; visitas de intercâmbio entre grupos de produção	Cursos (manejo de apiário e horta agroecológica); 60 dias de campo, em atividades diversas referente às experiências das unidades de referência. (Previsão de custos de passagem terrestre e alimentação para os participantes)	Quilombolas; assentados da reforma agrária; extrativistas (quebradeiras de coco babaçu); agricultores familiares; 03 organizações de mulheres agricultoras; 06 das unidades de referência em núcleos produtivos das organizações das mulheres.	Tem como um de seus objetivos a prestação de serviço de ATER aos agricultores dos grupos produtivos, durante a vigência do projeto, com acompanhamento mensal a cada experiência implantada	Bomba costal; luva; bucha redução; cano; caixa d'água; arame; etc.	Sulfato; enxofre; ácido bórico; esterco de galinha; pintinho; etc.
MS	Rede APOMS	Seminários (um de marketing e planejamento do projeto, e outro de avaliação e apresentação de resultados), com participação de agricultores, jovens, atores governamentais e não governamentais, cooperativas, associações, etc. Reuniões de planejamento e avaliação da equipe técnica; reuniões com a comunidade e visitas de participação a eventos.	50 cursos de capacitação e 10 dias de campo.	Indígenas; assentados da reforma agrária; extrativistas; agricultores familiares; 02 grupos que compõem a rede formados majoritariamente por mulheres.	Contratação de 04 profissionais para prestação de serviços técnicos; realização de 360 visitas técnicas ao longo do projeto, com estimativa de 15 visitas por mês	Veículos de passeio; computador; máquina fotográfica; aparelhos telefônicos; armários; cadeiras; mesas; mangueiras; canos; bomba d'água; caminhão baú; etc.	Sementes de hortaliças; calcário; cama de frango; substrato de hortaliças; etc.
RJ	Rede Agroecologia na Borborema	Reuniões mensais da equipe técnica; reuniões bimestrais da equipe técnica e administrativa; e Seminários (lançamento, avaliação de meio termo e avaliação final)	Seminários territoriais; oficinas municipais; visitas de intercâmbios	21 grupos de mulheres; 05 grupos de jovens; povos e comunidades tradicionais; assentados da reforma agrária; agricultores familiares.	Não foi identificada, na leitura do projeto, atividades de assistência técnica fora das atividades de formação previstas. Porém, existe a indicação de contratação de um técnico para acompanhar a implementação das unidades de referência e assessorar as redes territoriais de agricultores.	Estantes; balanças; peneiras; placas; arame farpado; veículo de passeio; veículo utilitário; máquinas fotográficas; etc.	unidades de matriz ovina

UF	REDE	Atividades de mobilização (encontros, reuniões, etc.)	Atividades de formação (cursos, oficinas, visitas técnicas, etc.)	Diversidade na rede (composição por diferentes grupos)	Atividades de assistência técnica	Equipamentos	Insumos
SP	Rede de Agricultura Biodinâmica	Não identificado.	Oficinas de capacitação para os agricultores, grupos de jovens e mulheres, envolvidos no projeto. Oficinas de capacitação em manejo biodinâmico	Assentados; agricultores familiares (pretendem beneficiar 05 grupos majoritariamente compostos por mulheres e jovens)	Realização de oficinas técnicas; Visitas técnicas individuais em todas as áreas produtivas. Visitas técnicas mensais em cada propriedade para fazer o acompanhamento da execução do cronograma de atividades para execução do plano de manejo orgânico.	Microtratores; caminhão com baú; conjunto de irrigação completo; trator; colhedora de folhagem; carreta; etc.	NÃO IDENTIFICADO
MG	Rede Sociotécnica de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro	Encontros, feiras, seminários e conferências com objetivo de estreitar e fortalecer a relação entre as organizações da rede; eventos de promoção e visibilização dos produtos da diversidade cultural da agricultura familiar (povos e comunidades tradicionais)	realização de oficinas para mapeamento da produção agroecológica, avaliação de boas práticas e análise de agrossistemas. Capacitar 40 jovens e mulheres em oficinas sobre gestão estratégica de iniciativas produtivas; Oficinas de capacitação para acesso a mercados institucionais públicos	Indígenas; povos e comunidades tradicionais; extrativistas; agricultores familiares; assentados; 06 grupos formados majoritariamente por jovens e mulheres compõem a rede.	Assessoria técnica junto à produção agroextrativista de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. Realização de intervenções participativas para estudo de viabilidade econômica das iniciativas produtivas.	Veículos; motocicletas; galões; carretas; máquinas fotográficas; etc.	NÃO IDENTIFICADO
PE	Rede Agroecológica do Araripe	(projeto elaborado em conjunto com as famílias agricultoras, que expressaram suas maiores necessidades) Intercâmbios interestaduais; eventos de intercâmbio entre produtores e consumidores; conversas semanais com consumidores; caravanas de avaliação e estruturação da rede	Acompanhamento técnico e intercâmbio com feiras agroecológicas; eventos de capacitação em comercialização e gestão	Agricultores familiares; 01 grupo formado majoritariamente por jovens e 02 grupos formados majoritariamente por mulheres.	384 acompanhamentos técnicos às famílias beneficiadas. Contratação de 04 técnicos para prestação de assistência técnica aos agricultores da rede	Pick-up; freezer; prateleiras; triciclos motorizados; balança digital; extratora de óleo vegetal; cano; mangueira de irrigação; bomba elétrica; etc.	Matrizes ovinas, caprinas; galos; galinhas; reprodutores ovinos; caprinos; etc.
CE	RIS - Rede de Intercâmbio de Sementes	Encontros microrregionais; encontro estadual; reuniões com o poder público; feira estadual de sementes crioulas.	Realização de oficinas sobre agroecologia, segurança alimentar e nutricional, políticas públicas, legislação, etc. Realização de visitas às casas de semente e roçados comunitários; intercâmbios territoriais; intercâmbio interestadual	Povos e comunidades tradicionais; assentados da reforma agrária; agricultores familiares; 10 grupos majoritariamente de mulheres e 11 grupos majoritariamente de jovens.	Contratação de 03 animadores para acompanhamento técnico produtivo às unidades produtivas e famílias envolvidas.	Comedouro; bebedouro; carros; motos; barracas; mesas; câmeras; etc.	Esterco; mudas; sementes crioulas; aquisição de pintos; ração orgânica;
PR	Rede de Agroecologia do Território da Cantuquiriguaçu	Realização de 2 encontros de produtores agroecológicos	03 cursos de capacitação para produtores; oficinas; dias de campo.	Assentados da reforma agrária; agricultores familiares; 5 grupos formados majoritariamente por mulheres.	Contratação de 03 profissionais para realização de orientação técnica aos produtores/ Equipes técnicas de ATER articuladas e alinhadas ao presente projeto.	Despoldadeiras de frutas; colhedora de folhagem; colhedora de forragem; carreta agrícola; enfardadeiras; automóvel; mesas; câmeras; etc.	Sementes de trevo, alfafa, amendoim; Mudas frutíferas nativas; eucalipto; etc.
GO	Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares	Reuniões para planejamento participativo das ações da rede (1 em cada território); reunião da rede para construção dos indicadores; mutirões para implantação das URs; caravanas agroecológicas nos territórios das redes; encontro de sistematização das unidades de referência.	2 visitas técnicas por Unidade de Referências (com previsão de despesas para alimentação e deslocamento dos participantes)	Assentados; agricultores familiares; extrativistas e 1 grupo formado majoritariamente por mulheres e/ou jovens.	Realização de 02 visitas técnicas a cada UR implementada. Elaboração de um planejamento de visitas para que outros núcleos comunitários possam visitar a UR	centrífuga; mesas; peneira; decantador; reservatório de biogás; roçadeira; tanque de expansão; bomba solar; computador; notebook; câmera; etc.	Sementes diversas (jiló, quiabo, pimenta, etc.)
PI	REPASPI - Rede de Produção Agroecológica do Semiárido Piauiense	Seminário territorial para divulgação de resultados, e 01 seminário territorial para avaliação final.	Realização de práticas de campo, de 01 dia cada.	Povos e comunidades tradicionais; assentados; 01 grupo formado majoritariamente por mulheres.	Acompanhamento técnico da URs	motocicleta; computador; descaroçadeira de algodão; caminhão com baú; roçadeiras mecanizadas	NÃO IDENTIFICADO

UF	REDE	Atividades de mobilização (encontros, reuniões, etc.)	Atividades de formação (cursos, oficinas, visitas técnicas, etc.)	Diversidade na rede (composição por diferentes grupos)	Atividades de assistência técnica	Equipamentos	Insumos
PE	Rede Espaço Agroecológico	Intercâmbios para visita às URs; intercâmbios entre grupos de jovens e mulheres; reuniões de articulação entre grupos de jovens; reuniões de articulação entre grupos de mulheres; reuniões gerais de planejamento, monitoramento e avaliação da Rede; reuniões de monitoramento das feiras agroecológicas; reuniões de coordenação	02 oficinas sobre comercialização e técnicas de venda; 04 oficinas de processos produtivos, voltadas aos grupos de mulheres; 02 oficinas sobre certificação participativa (com previsão de custos para alimentação e deslocamento dos participantes)	70 famílias de agricultores familiares; consumidores das feiras agroecológicas das Graças e de Boa Viagem; 04 grupos compostos majoritariamente por mulheres e jovens que já compõem a rede, e 08 grupos a serem formados.	Assessoria técnicas aos agricultores e agricultoras das URs. Contratação de técnico agrícola, responsável por assessorar as famílias envolvidas com a Rede, apoiar a implantação e assessorar também as unidades de referência. Assessoria técnica em economia popular solidária, cooperativismo e associativismo.	Balança eletrônica; bateira profissional; despoldadeira; fogão industrial; freezer; roçadeira; caixa d'água; mesa; cadeira; móvel para arquivos; veículo; motocultivador;	NÃO IDENTIFICADO
RS	Rede Ecovida de Agroecologia	Encontros estaduais de avaliação e planejamento das ações da rede e socialização dos aprendizados gerados; seminário sobre os resultados da Política Nacional de Agroecologia na região sul; participação em feiras estaduais	Curso sobre potenciais de uso e valorização da sociobiodiversidade; oficinas sobre processamento de produtos da sociobiodiversidade (com previsão de despesas para deslocamento e alimentação dos participantes).	Agricultores familiares (não especificam o número de grupos formados especificamente por jovens e mulheres, mas estimam o número de 2.000 pessoas)	Assessorar as dinâmicas locais de certificação participativa (contratação de 05 profissionais da área técnica); realização de 54 reuniões/visitas de verificação	NÃO IDENTIFICADO (não especificado. Citam apenas de forma geral, gastos com serviços técnicos, transporte, material didático, etc., sem maiores detalhes)	NÃO IDENTIFICADO
MG	Rede Uai Vale do Urucuia	03 encontros da rede para troca de saberes, fazeres, formação, degustação e mostra de produtos agroecológicos e extrativistas	48 oficinas/cursos/palestras	Assentados; extrativistas; agricultores familiares; educandos; educadoras; merendeiras escolares (estima-se que 26% do recurso financeiros serão implementados junto a mulheres e jovens).	Contratação de 1 coordenador, 1 engenheiro agrônomo e 5 técnicos agrícolas para prestar serviços de assessoramento, dependendo das demandas específicas	Caminhonete; trailer equipado; projetor; cadeiras; câmeras fotográficas; impressora; freezer; forno elétrico; motocicleta; etc.	Mudas diversas (goiaba, acerola, abacaxi); fosfato natural; sementes; etc.
MG	Rede de Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais	Realização de 12 seminários; 10 reuniões de coordenação de equipe; visitas de intercâmbio municipais e intermunicipais (com previsão de pagamento de diárias e deslocamento aos participantes)	Oficinas voltadas às temáticas de gestão da UR voltadas às mulheres e aos jovens; oficinas sobre cadeias de produtos da sociobiodiversidade, criação animal de base agroecológica, hortas agroecológicas e comercialização de produtos; outras 60 oficinas voltadas às organizações participantes das URs (com previsão de pagamento de diárias e deslocamento aos participantes)	Agricultores familiares; 10 organizações de mulheres participantes da rede; e 01 organização formada majoritariamente por jovens.	36 visitas técnicas para estruturação das Urs de grupos de mulheres, 35 para grupos de jovens, e 140 para os demais grupos	Peneiras; caixas; escadas; multiprocessador; furadeira; compressor de ar; máquina de costura; fogão semi-industrial; mesas; máquina seladora; desumidificador de ambientes; balança; refrigeradores; motocicleta; cadeiras; veículos; trator; etc.	NÃO IDENTIFICADO
MT	GIAS - Grupo de Intercâmbio em Agroecologia	Encontros estaduais de agroecologia e Feiras de Roças e quintais; oficinas de diagnóstico participativo nas unidades de referência	10 oficinas sobre práticas agroecológicas; 06 seminários regionais sobre certificação e comercialização da agricultura familiar e agroecológica de MT (com previsão de custos para hospedagem, alimentação e material aos participantes)	Indígenas; povos e comunidades tradicionais; extrativistas; agricultores familiares; assentados da reforma agrária (desejam beneficiar 10 grupos compostos majoritariamente por mulheres e/ou jovens, e informam que 50% do público beneficiário do projeto deve ser composto por mulheres)	Contratação de uma agrônoma com experiência em ATER para organizar, planejar e executar as visitas técnicas	câmeras filmadoras; computadores; impressoras; empacotadora automática; liquidificadores industriais; equipamentos de irrigação; barracas; etc.	NÃO IDENTIFICADO
PB	Rede de Cultivos Agroecológicos	Encontro das comunidades para socialização dos resultados do diagnóstico; realização de visitas de intercâmbio estadual; mobilização agricultores para compor a rede; implantar um sistema de monitoramento das ações da rede	Encontros de formação temáticos; oficinas temáticas; visitas de intercâmbio; visitas de acompanhamento; experimentação e inovações	Assentados da reforma agrária (pretende atingir 08 grupos de mulheres e 07 grupos de jovens com as ações do projeto)	Contração de três técnicos para prestar assistência aos produtores que fazem parte da rede	Carrinho de mão; eletrobomba; centrífuga; mesas; veículo; impressora; máquina fotográfica; roçadeira; etc.	Sementes diversas (berinjela, cebolinha, quiabo, alface, etc.); mudas de plantas medicinais;

UF	REDE	Atividades de mobilização (encontros, reuniões, etc.)	Atividades de formação (cursos, oficinas, visitas técnicas, etc.)	Diversidade na rede (composição por diferentes grupos)	Atividades de assistência técnica	Equipamentos	Insumos
RS	Rede Camponesa de Agroecologia	NÃO IDENTIFICADO	Cursos de Formação e Capacitação, com temáticas envolvendo a Sustentabilidade Camponesa; Agroecologia; Plano Camponês, etc. 01 curso profissionalizante em agricultura.	Indígenas; povos e comunidades tradicionais; assentados da reforma agrária; agricultores familiares; "rádio comunitária" (não especifica número de grupos compostos majoritariamente por jovens e/ou mulheres, apenas informando um conjunto de atividades que visam trabalhar a questões de gênero e igualdade onde estes grupos serão os principais beneficiários)	atividades de assessoria e consultoria especializadas diretamente nas entidades da Rede, em suas Comunidades e em locais e ambientes propícios ao aprendizado mútuo. Assessoria e consultoria qualificada em diversas áreas (Direito/Legislação Sanitária/Contabilidade, etc)	NÃO IDENTIFICADO (Cita aquisição de equipamentos na proposta, mas não especifica)	NÃO IDENTIFICADO
MT	Rede Cooperativas sem Fronteiras do Brasil	Encontros da Rede; Realização de reuniões de sensibilização com entidades locais, governamentais e não governamentais	Capacitações em práticas agroecológicas; 20 capacitações nas unidades de referência;	Assentados da reforma agrária; agricultores familiares (informam o beneficiamento de 11 grupos compostos majoritariamente por jovens e/ou mulheres, porém não especifica se tratam-se de grupos já existente ou grupos que deseja-se beneficiar a partir do projeto)	Assistência técnica às unidades de produção familiar, para orientação continuada e individualizada para cada unidade de referência. Visitas de assistência técnica (ATER) mensais individualizada para 200 agricultores.	Veículos; computadores; câmeras digitais; aparelhos de georreferenciamento; etc.	NÃO IDENTIFICADO
BA	Rede Sabor Natural do Sertão	Seminário de planejamento, com a equipe do trabalho e os empreendimentos; encontros para monitoramento, avaliação e planejamento das ações, pela equipe técnica dos projetos e alguns empreendimentos	Seminários de formação; oficinas de demonstração de tecnologias; experimentação de tecnologias nas unidades produtivas; curso sobre gestão de administração das unidades produtivas	Povos e comunidades tradicionais; extrativistas; agricultores familiares (pretendem beneficiar 3 grupos compostos majoritariamente por jovens)	Contratação de 03 técnicos de campo especializados, para prestação de serviços de assistência; realização de visitas de acompanhamento técnico e pedagógico	Veículos; computadores; impressoras; cadeiras; geladeira; balanças; fogão industrial; liquidificador industrial; etc.	NÃO IDENTIFICADO
AM	REMA - Rede Maniva de Agroecologia	Vivências entre os núcleos e vivências internas dos núcleos para o intercâmbio de tecnologias e práticas nas distintas Unidades de Referências (URs) da REMA	Formação e capacitação de Jovens e Mulheres da REMA; 10 encontros com palestras e mesa redonda para troca de experiências e aprofundamento nas práticas vinculadas as URs; vivências de campo	Povos e comunidades tradicionais; assentados da reforma agrária; extrativistas e agricultores familiares (com as iniciativas a serem desenvolvidas, pretende-se beneficiar 09 grupos formado majoritariamente por mulheres e/ou jovens, a partir das demandas levantadas previamente junto a esse público que já compõe a rede)	<u>Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC Maniva:</u> assembleias da OPAC Maniva, visita de verificação e visitas de pares por agricultor cadastrado ao ano. Assistência Técnica e Extensão Rural com visitas periódicas de intensificação da produção aos agricultores e agroextrativistas da Rede.	Veículos; notebooks; impressoras; móveis de escritório; carro de mão; escada; moto-poda; fogão industrial; despoldadeira; balança; caminhão; etc.	NÃO IDENTIFICADO
PA	RedEncauchado - Rede Criativa e Solidária Poloprobio/Encauchados	Visitas de monitoramento e avaliação - todas as atividades serão monitoradas pela equipe do Poloprobio e por representantes das organizações que compõem a rede.	Cursos de capacitação (sendo 3 na comunidade quilombola Santa Quitéria e um na comunidade São Domingos); cursos de capacitação em informática; em reaplicação da Tecnologia Social dos Encauchados; cursos de corte e costura, etc.	Indígenas; povos e comunidades tradicionais; assentados da reforma agrária; extrativistas; agricultores familiares (70% desse público é composto por mulheres)	03 visitas de assistência técnica a cada UR.	Caldeira; fogão industrial; moinho triturador de madeira; carro utilitário; embarcações; máquinas de costura; etc.	tecidos (insumo para os cursos); látex; etc.
DF	Rede Terra	Encontro de Planejamento do Projeto, com coordenadores das URs, equipe técnica e líderes comunitários e das organizações da Rede	Seminários de capacitação técnica em Práticas de Manejo Agroecológico de Quintais Diversificados e Hortas Agroecológicas; viagens de intercâmbio; eventos de capacitação em diversos temas referente à prática agroecológica	Povos e comunidades tradicionais; assentados da reforma agrária; agricultores familiares (objetivando beneficiar 3 grupos compostos majoritariamente por mulheres ou jovens)	efetivo acompanhamento técnico aos agricultores e ampla mobilização dos parceiros e viabilização das atividades previstas, realizando no mínimo 01 visita mensal a cada família.	Veículos; equipamentos de informática; roçadeira;	Adubo orgânico (esterco)

✓ **Mobilização**

Dos 25 projetos analisados, em dois deles não foi possível identificar atividades de mobilização, como reuniões, encontros do grupo, seminários de avaliação, etc. Além disso, um dos projetos (*) identificam as atividades “excursão para sensibilização de agricultores” como atividades de mobilização e formação simultaneamente, o que não parece coincidir com as falas dos entrevistados sobre o que é considerada mobilização (uma ação de cunho mais coletivo, que envolva todos os agentes, e não um mero receptor), portanto, por questão de interpretação, fica como o terceiro projetos sem atividades de mobilização identificadas. A maioria dos projetos listam seminários de avaliação como atividades de mobilização, ou reuniões de alguns membros da rede com a equipe técnica. Apenas sete redes enfatizaram o caráter participativo, integrador e de fortalecimento das atividades de mobilização listadas (Rede Planalto Central; Rede Lesta Paulista; Rede Bico Agroecológico; Rede Sociotécnica do Sertão Norte Mineiro; Rede do Araripe; Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares; Rede Uai Vale do Urucua).

✓ **Formação**

Todos os projetos apresentam alguma atividade de formação, com destaque para realização de oficinas.

✓ **Diversidade na rede**

Mais da metade das redes analisadas (17) possuem alguma diversidade em sua composição, com presença de povos e comunidades tradicionais, indígenas e/ou extrativistas. Apenas seis redes são compostas apenas por um grupo. No entanto, todos apresentam algum tipo de atividade voltada para grupos formados majoritariamente por jovens e/ou mulheres.

✓ **Assistência técnica**

Todos os projetos apresentam alguma atividade voltada para assistência técnica dos empreendimentos e/ou Unidades de Referência da rede, ou especificam a contratação de técnicos para prestar assistência.

✓ **Equipamentos**

Em apenas dois projetos não foi possível identificar compra de equipamentos, sendo que um deles menciona a compra de equipamentos para o projeto, mas não discrimina quais.

✓ **Insumos**

Em 13 projetos não foram identificadas despesas com insumos (dentro da compreensão de insumos adotadas neste trabalho: matéria-prima, não permanentes, necessária para a realização de determinada atividade. Exemplo: sementes, adubos, animais, etc.).

Em suma, todos os projetos atendem simultaneamente pelo menos quatro das seis categorias selecionadas a partir das falas dos entrevistados sobre fatores importantes para o fortalecimento de redes. Considerando que concorreram a este edital um total de 166 redes, com uma demanda de R\$ 67 milhões, e destas apenas 33 foram aprovadas e 28 efetivamente contratadas, assume-se que, para além das questões burocráticas de documentação mínima exigida, passaram pela seleção redes que apresentavam muitas das características consideradas fundamentais para redes fortalecidas.

4.4. Avaliação e recomendações

Apesar de todas as reclamações levantadas, e o desapontamento da sociedade civil com a quantidade de recursos destinada ao Programa ECOFORTE muito abaixo do esperado frente à demanda existente e ao planejamento inicial, em todas as falas foi unânime a percepção de que o programa foi eficiente no que tange ao fortalecimento de redes de agroecologia. A ampliação e continuidade do Programa foram consideradas fundamentais, tanto para o fortalecimento de um número maior de redes, quanto para o fortalecimento da própria PNAPO e para a consolidação do Planapo, tendo em vista a capacidade que as redes apresentam de articular e potencializar os investimentos e as políticas públicas presentes nos territórios onde atuam.

Seguem as principais subcategorias que aparecem nas entrevistas, referente aos pontos positivos do Programa:

Tabela 7 - Pontos positivos ECOFORTE: subcategorias e frequência

CATEGORIA	Subcategorias	Frequência (categorias similares)
(J) Pontos positivos ECOFORTE	Contribuição e sucesso do programa no fortalecimento das redes, da agricultura familiar agroecológica, com diversificação da produção e divulgação/implantação de tecnologias sociais/ aumento da capacidade de governança territorial, da capacidade dos arranjos produtivos locais, empoderamento, resiliência e autogestão.	8
	Viabilização do funcionamento, da dinâmica e da perenidade das redes.	5
	Possibilita apresentar demandas reais – as redes apresentam seus próprios projetos.	4
	Concepção e desenho do programa: resposta à demanda social, processo seletivo justo.	3
	Programa coerente, eficiente, que valoriza as potencialidades locais e reconhece a organização e ação em rede.	4
	Importância política do programa: reconhecimento institucional do processo de desenvolvimento conduzido pelas redes/ inovação institucional/ catalisador de políticas públicas/ garantia de continuidade e articulação de políticas públicas no território.	5
	Demais resultados importantes: articulação dos territórios em rede, avanços nos processos e na garantia de recurso para atividades primordiais da rede.	3

Como é possível observar, as subcategorias mais frequentes nas falas dizem respeito à contribuição e sucesso do programa no fortalecimento das redes e, conseqüentemente, da agroecologia e da agricultura familiar nos territórios onde essas redes atuaram. Além disso, o programa foi considerado importante para viabilizar a dinâmica das redes, garantindo o funcionamento e a perenidade destas. Ademais, o programa também foi bem avaliado pelo papel político que desempenha de reconhecimento institucional do papel desempenhado pelas redes para o desenvolvimento rural sustentável, enquanto agentes capazes de atuar como catalisadores das políticas públicas desenvolvidas no território, além de transformar a realidade local através da valorização e dinamização de suas potencialidades.

Por fim, quando demandados por sugestões de melhoria para o Programa em suas próximas edições, surgiram as seguintes subcategorias:

Tabela 8 - Sugestões de melhora ECOFORTE: falas representativas

CATEGORIA	Subcategorias	Frequência (categorias similares)	Falas representativas
(L) Sugestões de melhora ECOFORTE	Expandir volume de recursos, tempo de vigência, número de parcerias e territórios alcançados (América Latina)	5	"Agora que poderia é... melhorar, eu acho que essa coisa do engessamento dessa visão que a Fundação tem de que pra você investir só se for em equipamento físico. O palpável na cabeça deles... isso poderia ser menos... menos radical, sabe?" (UNICAFES)
	Maior flexibilidade administrativa e na alocação de recursos	2	
	Realização de encontro de redes e apoio a redes de redes (ECOFORTE)	3	eu acho que seria importante a gente prever a possibilidade de trocas, de processos de sistematização dessas experiências e de trocas entre as Redes de agroecologia financiadas pelo ECOFORTE. Eu acho que um encontro, um seminário, onde uma metodologia leve, que permitisse os coordenadores, gestores dessas Redes trocar conhecimento, trocar experiências sobre gestão dos projetos, sobre metodologia dos projetos, sobre as próprias experiências financiadas pelo ECOFORTE, acho que seria algo muito oportuno, muito interessante! (ASA)
	Divulgação	2	
	Outros (maior participação do agricultor e evitar fortalecer os que já são fortes)	2	

A subcategoria mais frequente diz respeito à expansão do volume de recursos, como já era esperado, e também expansão do tempo de projeto, pois o período de 24 meses foi considerado muito curto. Outra questão frequente foi a sugestão da realização de encontros entre redes, possíveis seminários, ou atividade similar, que possibilite a troca de experiências entre as redes beneficiadas pelo Programa, sobre temas como gestão, metodologias, tecnologias sociais, etc.

Por fim, ressalta-se que está em curso um processo de avaliação dos principais resultados do Programa ECOFORTE para as Redes de Agroecologia beneficiadas nesta primeira edição, assim como dos impactos gerados em alguns dos territórios onde estas Redes atuaram. Trata-se de uma avaliação coordenada pela ANA, com previsão de apresentação de resultados ainda em 2018 e que deve apontar as fortalezas e desafios do Programa

ECOFORTE, assim como novos caminhos possíveis para continuidade e ampliação desta importante política.

5. Conclusões

Conforme apontado nas análises desta pesquisa, o Programa ECOFORTE foi resultante de um longo processo de articulação, envolvendo atores governamentais e representantes da sociedade civil, no intuito de desenhar uma política capaz de fortalecer redes de agroecologia em todo o país. Tratou-se de um programa inédito dentro do Planapo, que buscou abranger, através de seu desenho, um amplo conjunto de características apontadas pela sociedade civil como relevantes para o fortalecimento das redes em questão.

Dentre os fatores apontados como positivos pelos entrevistados quanto ao desenho do edital e constatados pela análise documental, destacam-se: a abertura à recepção de propostas elaboradas pelas próprias redes, o que contribuiu para que estas tivessem a possibilidade de financiar atividades voltadas à mobilização e à dinâmica da rede, impactando diretamente na força política e no fortalecimento das redes enquanto um coletivo; a valorização de projetos que contemplassem a questão da diversidade, com entidades representativas de povos e comunidades tradicionais, grupos formados majoritariamente por mulheres ou jovens, entre outros; prioridade a atividades de formação e assistência técnica; possibilidade de aquisição de equipamentos e insumos que melhor se adequassem às necessidades da rede, etc. Outro fator alcançado através do desenho proposto foi a priorização de redes minimamente estruturadas, em atendimento à demanda de entidades representativas, como ANA e ABA, para que o recurso investido agisse nos territórios como “recurso semente”, potencializando as ações da rede na articulação com outras políticas no território e incentivando o desenvolvimento de outras redes. Em diversos momentos, a própria possibilidade de diálogo com os gestores da política, principalmente com a FBB, também aparece como ponto de destaque do Programa, apesar de não ser unânime.

Por outro lado, também foi apontada uma série de fatores negativos oriundos não apenas do desenho do Programa, mas também de escolhas políticas e de gestão a ele relacionados, como: o volume investido muito abaixo do esperado e do pactuado inicialmente quando da elaboração do Planapo; o excesso de exigências burocráticas do edital; a rigidez na gestão do programa; o aumento do número de exigências feitas às redes beneficiadas ao longo da execução dos projetos; e o engessamento dos recursos, principalmente no que diz respeito à obrigatoriedade de utilização de 50% do recurso para investimento e 50% em custeio. Este

último fator foi apontado como um dos grandes entraves para as entidades executoras, uma vez que não considerou as realidades distintas vivenciadas pelas redes, limitando a possibilidade destas trabalharem em cima das suas reais necessidades. Sendo assim, apesar da liberdade dada pelo edital para que as redes apresentassem seus próprios projetos, a rigidez no percentual do tipo de recurso a ser utilizado foi um fator considerado limitador do potencial do Programa. A rigidez e o excesso de burocracia também foram apresentados como contraditórios, uma vez que a escolha pela parceria com a FBB deu-se justamente pela maior facilidade que esta apresenta, enquanto pessoa jurídica de direito privado, para contratação de organizações da sociedade civil, frente aos órgãos públicos parceiros do Programa. No entanto, vale ressaltar que essa rigidez na gestão dos recursos reflete, em parte, os procedimentos burocráticos que devem ser observados pela FBB na gestão de recursos públicos, uma vez que também está sujeita a auditorias e controles internos quando da gestão deste tipo de recurso, o que acabou limitando a possibilidade do Programa em atender, com maior flexibilidade, algumas das demandas postas. Outro fator para além do edital que foi apontado como negativo pelos entrevistados diz respeito à falta de participação de outros órgãos no fortalecimento das ações do Programa nos territórios.

A partir destes apontamentos, é possível verificar que existia uma grande expectativa em relação ao Programa ECOFORTE, principalmente dado o contexto participativo em que surgiu. A sociedade civil pode participar no desenho do primeiro edital, principalmente na definição de alguns fatores considerados fundamentais para o fortalecimento de redes de agroecologia. No entanto, estes atores se viram impossibilitados em influenciar mais fortemente em fatores políticos e de gestão relevantes para a boa execução do Programa, como na questão do volume de recursos e da liberdade para a execução dos projetos, o que gerou um descontentamento quando da avaliação sobre sua real participação na construção do programa.

Todavia, foi unânime a percepção de que o ECOFORTE foi um programa bem-sucedido no que tange ao fortalecimento das redes de agroecologia, de forma que foi capaz de traduzir parte considerável das demandas da sociedade civil em prol deste fortalecimento, nesta sua primeira edição. Em suma, a própria existência do Programa é considerada de grande relevância, de forma que este deve ser continuado e ampliado. Por fim, as principais sugestões apontadas para melhoria do Programa dizem respeito à realização de encontros entre redes contempladas no ECOFORTE, para intercâmbio e troca de experiências, além da necessidade de destinação de um maior volume de recursos em seus próximos editais.

Referências bibliográficas

ASSIS, R. L. de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil**: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. In: Economia Aplicada, 10 (1), jan./ mar. de 2006, p. 75-89.

CAMPOS, Ana Paula T.; JOB SCHIMITT, Cláudia. **Rede de relações sociais e arranjos institucionais da agricultura familiar na Zona da Mata em Minas Gerais, Brasil**: novas formas de governança nas políticas públicas? In: CIGAPP Estudios Working Papers, nº 74, 2017, p. 379-398.

CAMPOS, Claudinei J. G. **Método de análise de conteúdo**: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. In: Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília/DF, set./out/ 2004, p. 611-614.

CARDONA, Juan C. et al. **Desenvolvimento rural**: do agrícola ao territorial. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOWSKY, Guilherme F. W. (orgs.). Introdução às teorias do desenvolvimento, coordenado pelo SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, capítulo 10, p. 108-116.

CARDOSO JR., J. C. **Estado, planejamento e políticas públicas no Brasil em desenvolvimento**. Sítio eletrônico Crises e Oportunidades, 25 de agosto de 2009. Disponível em: <https://criseoportunidade.wordpress.com/2009/08/25/estado-planejamento-e-politicas-publicas-o-brasil-em-desenvolvimento-jose-celso-cardoso-jr/> acesso em: 19 mar. 2018.

CHARÃO-MARQUES, F; JOB SCHIMITT, Cláudia; OLIVEIRA, D. **Agências e associações nas redes de agroecologia**: práticas e dinâmicas de interação na Serra Gaúcha e na Zona da Mata mineira. In: Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v. 7, nº 1, p. 15-42, jan./jun. 2017, p. 15-42.

GARCIA, R. C. **Alguns desafios ao desenvolvimento do Brasil**. In: CARDOSO JR., J. C.; CUNHA, Alexandre dos Santos (orgs.) Planejamento e avaliação de Políticas Públicas: Pensamento estratégico, planejamento governamental & desenvolvimento no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2015, p. 183-232.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Edição, São Paulo: Atlas, 2008.

HOWLETT, RAMESH, PERL. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas - uma abordagem integral.** Tradução técnica: Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MENDONÇA, Maria Alice F. C.; DAL SOGLIO, Fábio. **Abordagem de redes sociotécnicas e de inovações aplicadas aos processos de monitoramento de sustentabilidade em sistemas de manejo agroecológico.** Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Fortaleza/CE, 12 a 16 de dez. 2011. In: Cadernos de Agroecologia, Vol. 6, nº 2, dez. 2011, p. 1-6.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flávia. **Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil.** In: A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017, p. 53-83. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30805
Acesso em: 05/10/2017.

MOURA, I. F. **Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil.** In: A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017, p. 25-51. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30805
Acesso em: 05/10/2017.

SABOURIN, Eric. **Redes sócio-técnicas na pesquisa e no desenvolvimento rural.** Ciclo de Debates em Transferência de Tecnologia. Embrapa, Departamento de Transferência de Tecnologia. Brasília, 3 de junho de 2016. Disponível em: <http://agritrop.cirad.fr/583495/1/Sabourin%20Redes%20socio-técnicas%20Embrapa.pdf>
acesso em: 19 mar. 2018.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAMBUICHI, Regina H. R et al (orgs.). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: Ipea, 2017. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30805

Acesso em: 05/10/2017.

SILVA, Andressa H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de Conteúdo**: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. In: Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280, Vol. 17, nº 1, 2015, p. 1-14.

PETERSEN, Paulo et al. **Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. 1ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. 246p. Disponível em: http://www.agroecologia.org.br/files/2017/03/2-livro_METODO-DE-ANALISE-DE-AGROECOSSISTEMAS_web.pdf Acesso em 27/11/2017.

VARGAS, Felipe; ARANDA, Yara P. C.; RODOMSKY, Guilherme F. W. **Desenvolvimento sustentável**: Introdução histórica e perspectivas teóricas. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOWSKY, Guilherme F. W. (orgs.). Introdução às teorias do desenvolvimento, coordenado pelo SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, capítulo 9, p. 99-107.

Possui graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2011), e mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília (2015), na linha de Desenvolvimento e Políticas Públicas. Foi pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Projetos do Observatório de Oportunidades de Inclusão Socioproductiva e Trabalho (2012-2013), fruto de uma parceria entre Secretaria de Educação do Distrito Federal e a Universidade de Brasília. Desde setembro de 2014 trabalha como Analista Técnica de Políticas Sociais no serviço público federal. Entre setembro de 2014 e julho de 2017, trabalhou junto ao Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidária, sendo responsável por atividades de planejamento e monitoramento de políticas públicas de fomento à economia solidária, além de gestão e acompanhamento de convênios. Atualmente trabalha na Coordenação-Geral de Cooperativismo da Subsecretaria de Agricultura Familiar, na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, onde desempenha atividades de planejamento, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas voltadas ao fomento da produção agroecológica, com foco na agricultura familiar e produção sustentável. Tem experiência e interesse na área de políticas públicas voltadas à inclusão social e produtiva, especialmente no que concerne aos temas da economia solidária e da agricultura familiar.

Jéssica M. R. Martins

Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (2015). Analista Técnica de Políticas Sociais. jessy.mrm@gmail.com.

APENDICE A – Roteiro de Entrevista

Programa ECOFORTE e o fortalecimento das Redes de Agroecologia

Jéssica Martins

Orientação: Regina Sambuichi

Público: Representantes da sociedade civil – participantes da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO

1) Características gerais da/o entrevistada/o:

- a. Instituição da qual faz parte.
- b. Há quantos anos atua nessa instituição?
- c. Faz parte de alguma rede?
 - i. Em caso positivo, qual?
 - ii. Em caso negativo, que tipo de vínculo sua instituição tem com as Redes de Agroecologia?

2) Importância das Redes de Agroecologia:

- a. Qual a importância das Redes de Agroecologia para a agricultura familiar?
- b. Qual a importância das redes para o desenvolvimento rural?
- c. Qual a importância das Redes no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO?

3) Fortalecimento das redes e políticas públicas:

- a. O que é importante para o fortalecimento das redes de agroecologia?
- b. Como é possível caracterizar uma rede fortalecida?
- c. Quais ações e instrumentos devem ser financiados e/ou apoiados a fim de fortalecer as redes de agroecologia?
- d. Que territórios deveriam ser apoiados prioritariamente?

4) Programa ECOFORTE e o fortalecimento das redes de agroecologia:

- a. Como surgiu o programa ECOFORTE?
- b. Como você vê a atuação do programa ECOFORTE, ao longo da execução de seu primeiro edital, para o fortalecimento das redes de agroecologia? Essa atuação atendeu à demanda da sociedade civil para apoio às redes? O quanto esse programa foi capaz de se aproximar deste objetivo?
 - i. Em caso positivo, o que acredita que contribui para isto?
 - ii. Em caso negativo, o que faltou?
 - iii. Em caso de dúvida, quais os pontos positivos e negativos que listaria sobre a atuação do programa em busca de fortalecer as redes de agroecologia?
- c. Faria alguma sugestão de melhoria do programa? Quais?

APÊNDICE B - AGRUPAMENTO DE SUBCATEGORIAS

CATEGORIA A: IMPORTÂNCIA DAS REDES PARA DESENVOLVIMENTO RURAL/AGRICULTURA FAMILIAR

Agrupamento 1: **ARTICULAÇÃO**

- Articulação (2)
- Ação sistêmica
- Interação

Agrupamento 2: **INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS**

- Intercâmbio de experiências
- Aprendizado
- Valorização de experiências

Agrupamento 3: **COMUNICAÇÃO**

- Comunicação (2)
- Sistematização de informações

Agrupamento 4: **COOPERAÇÃO/PARTICIPAÇÃO**

- Processo participativo
- Engajamento
- Cooperar

Agrupamento 5: **VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, SUAS POTENCIALIDADES E SEUS RECURSOS NATURAIS**

- Equilíbrio ambiental e sociocultural
- Valorização das potencialidades
- Preservação
- Potenciais ecológicos, econômicos e socioculturais dos territórios

Agrupamento 6: **OUTROS**

- Resignificar
- Autonomia

CATEGORIA B: DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - COMPREENSÃO/CARACTERÍSTICAS

Agrupamento 1: **INTEGRAÇÃO DE PREOCUPAÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS**

- Reinvidicação de políticas públicas
- Preocupação com questões sociais, culturais e ambientais
- Valorização da cultura
- Valorização da base de recursos naturais

Agrupamento 2: **PRODUÇÃO E CONSUMO LOCAL**

- Construção de redes de produção e consumo
- Estímulo à produção local

- Consumo local

Agrupamento 3: **OUTROS**

- Técnicas e princípios agroecológicos em prol do desenvolvimento rural e sustentável

CATEGORIA C: IMPORTÂNCIA DAS REDES PARA A PNAPO E PARA O PLANAPO

Agrupamento 1: **FORTALECIMENTO DOS ATORES SOCIAIS ATRAVÉS DO COLETIVO PARA PARTICIPAÇÃO E DISPUTA POLÍTICA**

- Construção da política a partir da mobilização dos atores sociais
- Organização coletiva possibilitando participação na disputa de poder
- Correlação de forças

Agrupamento 2: **CONTRIBUIÇÃO DO COLETIVO PARA EXECUÇÃO, ALCANCE E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

- Capilaridade das políticas públicas
- Construção, monitoramento e execução das políticas públicas

CATEGORIA D: VANTAGENS PROPORCIONADAS PELO TRABALHO EM REDE

Agrupamento 1: **COMUNICAÇÃO/ INFORMAÇÃO/ VISIBILIDADE**

- Comunicação
- Trocas (informação, conhecimento, experiências)
- Acesso à informação
- Visibilidade

Agrupamento 2: **FORTALECIMENTO DOS ATORES SOCIAIS ATRAVÉS DO COLETIVO PARA REINVIDICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

- Luta conjunta em defesa de políticas públicas
- Trabalho conjunto
- Reinvidicação coletiva por políticas públicas

CATEGORIA E: FORTALECIMENTO DAS REDES DE AGROECOLOGIA - AÇÕES NECESSÁRIAS

Agrupamento 1: **INTERCÂMBIO/ MOBILIZAÇÃO/ FORMAÇÃO**

- Encontros (formação)
- Intercâmbio/interlocação entre redes
- Apoio à mobilização das redes

Agrupamento 2: **APOIO A PROJETOS ELABORADOS PELA PRÓPRIA REDE**

- Apoiar projetos das redes que visam ampliação da escala agroecológica
- Financiamento de projetos elaborados pela própria rede

Agrupamento 3: ESTRUTURA ADEQUADA

- Estrutura adequada para ações da rede (produção, comercialização)

Agrupamento 4: ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- Assistência técnica

Agrupamento 5: MANUTENÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INTERAGEM NO TERRITÓRIO

- Manutenção de políticas públicas que interagem no território

CATEGORIA F: REDES FORTALECIDAS – CARACTERÍSTICAS

Agrupamento 1: CAPACIDADE POLÍTICA DE MOBILIZAÇÃO, EXPRESSÃO DE DEMANDAS E DISPUTA DE PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

- Capacidade de ecoar demandas (relação governo e sociedade)
- Força política
- Capacidade de denúncia
- Capacidade de disputa de projetos políticos de desenvolvimento
- Capacidade de mobilização e participação pautada na agroecologia
- Autonomia

Agrupamento 2: PARTICIPAÇÃO/DECISÃO COLETIVA

- Diálogo
- Planejamento conjunto
- Execução conjunta
- Decisão coletiva
- Participação

Agrupamento 3: UNIDADE NA DIVERSIDADE/ RESPEITO À DIVERSIDADE

- Possuir diferentes categorias de agricultores
- Capacidade de construir unidade em meio à diversidade
- Compreender a diversidade de atores que compõem a rede
- Diversidade (atores/ temas/ espaços)
- Pluralidade (institucional/ política/ econômica)

Agrupamento 4: REPRESENTAR SEM SUBSTITUIR / HORIZONTALIDADE

- Organização/Coordenação horizontal
- Capacidade de representar sem substituir os atores da rede
- Membros se sentem pertencentes à rede e o expressam

Agrupamento 5: CONTROLE SOCIAL

- Controle Social
- Transparência

Agrupamento 6: ATENÇÃO À DINÂMICA DA REDE

- Atenção à dinâmica da rede
- Atenção à agenda da rede: tarefas coletivas, trocas internas e externas

Agrupamento 7: CONFORMIDADE/PRÁTICA AGROECOLÓGICA/ PRODUÇÃO E COMÉRCIO JUSTO

- Conformidade e qualidade dos produtos da rede
- Prática concreta da agroecologia
- Produção e Comercialização sem atravessadores: circuitos curtos / preços justos/ comércio justo
- Compreensão de seu objeto e de conceitos a ele correlatos (agroecologia, convivência com o semiárido)

Agrupamento 8: OUTROS

- Evitar comparações injustas: redes muito variadas entre si (diferenças regionais)
- Questão (fortalecimento das redes) posta pelos financiadores do programa

CATEGORIA G: REDES FORTALECIDAS - INSTRUMENTOS/AÇÕES FINANCIÁVEIS

Agrupamento 1: DINÂMICA DA REDE (RECURSOS DE CUSTEIO)

- Recurso de Custeio
- Apoio financeiro aos processos da rede
- Dinâmica da rede (deslocamento, reunião, processos)

Agrupamento 2: EQUIPAMENTOS (TRANSPORTE/ BENEFICIAMENTO DE PRODUÇÃO, ETC.)

- Transporte
- Equipamentos de beneficiamento da produção
- Equipamentos

Agrupamento 3: ASSISTÊNCIA TÉCNICA/FORMAÇÃO

- Assistência Técnica
- Formação

Agrupamento 4: FINANCIAMENTO PÚBLICO ÀS REDES (EDITAIS)

- Financiamento público às redes
- Editais públicos

Agrupamento 5: INSUMOS/CADEIAS

- Financiamento das cadeias da rede
- Insumos

CATEGORIA H: PRIORIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Agrupamento 1: NORDESTE/SEMIÁRIDO NORDESTINO

- Nordeste
- Semiárido Nordeste

Agrupamento 2: REGIÃO AMAZÔNICA

- Região Amazônica

- Amazônia

Agrupamento 3: **TERRITÓRIOS INDÍGENAS**

- Territórios Indígenas (2)

Agrupamento 4: **NORTE**

- Norte (2)

Agrupamento 5: **TERRITÓRIOS COM ÍNDICES [ELEVADOS] DE POBREZA E BAIXA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

- Territórios com concentração de pobreza (num primeiro momento, foi positivo)
- Territórios com índices (elevados) de baixa segurança alimentar e nutricional

Agrupamento 6: **TERRITÓRIOS COM REDES FORTES (RECURSO SEMENTE) E/OU FORTE INCIDÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

- Territórios com trajetória na construção de redes (recurso semente)
- Territórios com redes fortes
- Territórios com forte incidência de políticas públicas (contribui para o fortalecimento dos demais territórios)

Agrupamento 7: **SELEÇÃO MISTA (REDES ESTRUTURADAS + EMPREENDIMENTOS LOCALIZADOS EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS)**

- Seleção Mista: Redes bem estruturadas + empreendimentos localizados em territórios de maior vulnerabilidade

Agrupamento 8: **COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

Agrupamento 9: **CERRADO**

Agrupamento 10: **ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APAS)**

Agrupamento 11: **TERRITÓRIOS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS**

Agrupamento 12: **CONJUNTO DOS TERRITÓRIOS DO PAÍS**

CATEGORIA I: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ECOFORTE

Agrupamento 1: **CONTEXTO PRÉVIO I – CONSTRUÇÃO PNAPO/PLANAPO (PARTICIPATIVO/ MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL/ RECONHECIMENTO GOVERNAMENTAL DA AGROECOLOGIA/ CONFLUÊNCIA DE ESFORÇOS/ AMPLOS DEBATES)**

- Construção participativa (PNAPO/PLANAPO)
- Mobilização da sociedade civil: redes, movimentos sociais
- Reconhecimento governamental das iniciativas e organizações de agroecologia
- Duplo reconhecimento entre governo e sociedade civil do papel desempenhado por cada um em prol da agricultura familiar e da agroecologia
- Confluência de esforços que levou à construção da PNAPO e do PLANAPO
- Construção da PNAPO e do PLANAPO – 5 Seminários regionais com amplos debates com a sociedade civil
- Construção do PLANAPO com ampla participação da sociedade civil, representada pela ANA, que entregou uma proposta consistente.

Agrupamento 2: CONTEXTO PRÉVIO II – CONCEPÇÃO DO ECOFORTE (PROCESSO DE CONVENCIONAMENTO GOVERNAMENTAL – PAPEL FUNDAMENTAL DE GILBERTO CARVALHO/ DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL/ INSPIRAÇÃO NO PROGRAMA CATAFORTE/ RECEIOS DA SOCIEDADE CIVIL À LÓGICA BANCÁRIA DO BNDES/ EXPECTATIVAS BASEADAS EM ANTIGO PROGRAMA – PDA)

- Primeiro momento sobre a construção do ECOFORTE: âmbito governamental - processo de convencimento da importância do programa - papel fundamental do ministro Gilberto Carvalho
- Importante contribuição do então ministro Gilberto de Carvalho
- Segundo momento da construção do ECOFORTE: diálogo com a sociedade civil - definição do edital
- Mudança gradual da compreensão do BNDES sobre a importância das redes
- Inicialmente, sociedade civil desejava um programa nos moldes do antigo PDA (Subprograma Projetos Demonstrativos, implementado pelo MMA no âmbito do Programa Piloto para a Promoção das Florestas Tropicais – PPG7, com apoio da Cooperação Alemã. Contava com maior flexibilidade no uso do recurso).
- Receio inicial por parte da sociedade civil à lógica bancária do BNDES
- Política de inspiração: CATAFORTE (programa de apoio a redes de catadores) também com recurso não reembolsável

Agrupamento 3: ESPAÇOS DE DIÁLOGO E CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA: CNAPO – DEFESA DE EDITAL EM APOIO ÀS REDES; OFICINAS DE TRABALHO – FBB/BNDES.

- Amplos debates na CNAPO sobre a construção do ECOFORTE
- Defesa da CNAPO de um edital de apoio às redes
- Oficinas de trabalho organizadas pela FBB e BNDES – participação da sociedade civil e órgão de governo

Agrupamento 4: CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA: DIÁLOGO FBB-BNDES-SOCIEDADE CIVIL-ÓRGÃO DO GOVERNO/ ABERTURA DA FBB A PROPOSTAS/ PARTICIPAÇÃO DE DIVERSOS ATORES

- Debate para construção do ECOFORTE contou com vários atores e idéias
- Diálogo com a FBB
- Abertura da FBB às propostas, num primeiro momento
- Processo participativo
- Diálogo com a FBB e com os órgãos de governo que mais estavam envolvidos

Agrupamento 5: REGRAS E CONDICIONALIDADES: UTILIZAÇÃO DO FUNDO SOCIAL BNDES – COMPROVAR DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRANSFORMAÇÃO LOCAL /MODULAGEM/ ABERTURA A AJUSTES/ UNIDADES DE REFERÊNCIA/ CONTRAPARTE DOS MINISTÉRIOS PARCEIROS – ACORDO DE COOPERAÇÃO

- Do ponto de vista da modulação do programa, foi necessário ajuste às normas do BNDES e da FBB
- BNDES e FBB: abertura a ajustes para melhor encaixar a lógica das redes em sua própria lógica

- Acredita-se terem chegado ao limite das normativas, na tentativa de chegar num modelo mais próximo do que se esperava
- Unidades de referência - criadas para que as ações pudessem ser avaliadas de forma mais objetiva
- Utilização do Fundo Social do BNDES - apesar de não reembolsável, a utilização do recurso é condicionada à demonstração de transformação social a partir de sua utilização
- Projetos precisam contribuir para o desenvolvimento econômico local
- Objetivo: transformação local, através do fortalecimento das redes, gerando independência
- Contraparte dos ministérios - direcionamento de políticas para os territórios apoiados pelo ECOFORTE - visando o desenvolvimento local/regional

Agrupamento 6: INOVAÇÕES DO PROGRAMA: AÇÃO NOVA DENTRO DO PLANAPO/ METODOLOGIA E MÉTRICA MAIS SIMPLES

- ECOFORTE - única ação realmente nova dentro do PLANAPO
- Programa com metodologia mais leve e métrica mais simples de execução - objetivo de estimular as redes

Agrupamento 7: CONTRAPONTO: NEM TODOS SE SENTIRAM CONTEMPLADOS NO EDITAL/ PARTICIPAÇÃO E INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL NO PROGRAMA ABAIXO DO ESPERADO

- Pouca participação da sociedade civil
- Pouca influência da sociedade civil no edital

CATEGORIA J: PONTOS POSITIVOS ECOFORTE

Agrupamento 1: CONTRIBUIÇÃO E SUCESSO DO PROGRAMA NO FORTALECIMENTO DAS REDES, DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA, COM DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS/ AUMENTO DA CAPACIDADE DE GOVERNANÇA TERRITORIAL, DA CAPIDADE DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, EMPODERAMENTO, RESILIÊNCIA E AUTOGESTÃO

- Fortalecimento da agricultura familiar agroecológica
- Fortalecimento das redes (diversificação da produção/ implantação e divulgação de tecnologias sociais)
- Fortalecimento das redes (de agroecologia) (3)
- Fortalecimento das redes (no tocante à capacidade dos arranjos locais, resiliência, empoderamento político, autogestão)
- Bem sucedido no que tange ao fortalecimento das redes de agroecologia
- Apoio às redes
- Fortalecimento das redes e de sua capacidade de governança territorial

Agrupamento 2: VIABILIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO, DA DINÂMICA E DA PERENIDADE DAS REDES

- Viabilização de recursos para realização de encontros da própria rede
- Recursos para atividades de formação
- Recursos para atividades de articulação em rede
- Apoio ao funcionamento /manutenção da dinâmica da rede
- Apoio à dinâmica das redes

Agrupamento 3: POSSIBILITA APRESENTAR DEMANDAS REAIS – AS REDES APRESENTAM SEUS PRÓPRIOS PROJETOS

- Propostas elaboradas pelas próprias redes (potencialização no uso do recurso)
- Possibilidade (da rede) demandar necessidades reais
- Propostas/demandas apresentadas pelas próprias redes
- Foge da lógica difusionista do pacote tecnológico

Agrupamento 4: CONCEPÇÃO E DESENHO DO PROGRAMA: RESPOSTA À DEMANDA SOCIAL, PROCESSO SELETIVO JUSTO

- Processo seletivo justo (disputa primeiramente interregional)
- Processo seletivo com concorrência mais justa
- Concepção do programa atende às proposições da sociedade civil

Agrupamento 5: PROGRAMA COERENTE, EFICIENTE, QUE VALORIZA AS POTENCIALIDADES LOCAIS E RECONHECE A ORGANIZAÇÃO E AÇÃO EM REDE

- Valorização das potencialidades locais;
- Reconhecimento da organização e ação em rede
- Mobilização de recursos de forma mais eficiente e coerente
- Coerência

Agrupamento 6: IMPORTÂNCIA POLÍTICA DO PROGRAMA: RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CONDUZIDO PELAS REDES/ INOVAÇÃO INSTITUCIONAL/ CATALISADOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS/ GARANTIA DE CONTINUIDADE E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO

- Importância de se ter um Banco de Desenvolvimento apoiando um processo de desenvolvimento local conduzido pelas organizações da sociedade civil
- Construção de novas parcerias: sociedade civil e organizações do Estado
- Inovação institucional
- Redes se caracterizam como grupos de resistência, lutando por continuidade de políticas públicas (também no nível estadual e municipal)
- Projetos catalisadores de outras políticas

Agrupamento 7: DEMAIS RESULTADOS IMPORTANTES: ARTICULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS EM REDE, AVANÇOS NOS PROCESSOS E NA GARANTIA DE RECURSO PARA ATIVIDADES PRIMORDIAIS DA REDE

- Garantiu recurso para infraestrutura, beneficiamento de produção e estruturação de processos orgânicos
- Articulação dos territórios em rede

- Avanços nos processos de comercialização de algumas redes.

CATEGORIA K: PONTOS NEGATIVOS/DESAFIOS ECOFORTE

Agrupamento 1: RECURSOS INSUFICIENTES, COMPROMETENDO O SUCESSO DO PROGRAMA

- Recursos insuficientes (4)
- Pouco recurso
- Recurso insuficiente, comprometendo o sucesso do programa

Agrupamento 2: DIFICULDADES ADMINISTRATIVAS: POUCA FLEXIBILIDADE, EXCESSO DE BUROCRACIA, AUMENTO DAS EXIGÊNCIAS BUROCRÁTICAS AO LONGO DO PROJETO, DISTANCIAMENTO

- Pouca flexibilidade administrativa
- Excesso de burocracia
- Dificuldade das redes com o modelo de gestão da FBB (difícil compreensão por parte da sociedade civil de imediato)
- Dificuldades administrativas (2)
- Pouca flexibilidade
- Atraso no repasse de recursos
- Dificuldades administrativas (obrigatoriedade de três orçamentos no início do projeto)
- Exigências burocráticas em excesso e crescentes ao longo do projeto
- Dificuldades internas na gestão do projeto: baixa compreensão da forma de execução, troca de pessoal, etc.
- Sensação de distanciamento (sociedade civil da FBB e BNDES)

Agrupamento 3: ENGESSAMENTO NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

- Recursos engessados (2)
- Limitação na alocação do recurso (custeio e capital)
- Recurso do BNDES apenas para equipamentos

Agrupamento 4: PROBLEMAS DE ORDEM POLÍTICA: MODELO DE “PROGRAMA”, POUCO APOIO DE OUTROS ÓRGÃOS, MARCO LEGAL RESTRITIVO (ESPERANÇA DE MUDANÇA A PARTIR DO MROSC)

- Modelo da política (programa)
- Pouco apoio de outros órgãos governamentais
- Tempo de projeto curto
- Marco legal muito restrito (sociedade civil aposta em uma melhoria a partir do MROSC)

Agrupamento 4: DIFICULDADES DE MENSURAÇÃO DE RESULTADOS: RESULTADOS IMATERIAIS E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

- Dificuldade de mensuração dos resultados imateriais;
- Dificuldade de sistematização de dados no setor público.

Agrupamento 6: LIMITAÇÕES DA UNIDADE DE REFERÊNCIA

- Unidade de referência – traz limitações, não valoriza dinâmicas diferentes

CATEGORIA L: SUGESTÕES DE MELHORIA ECOFORTE

Agrupamento 1: EXPANDIR VOLUME DE RECURSOS, TEMPO DE VIGÊNCIA, NÚMERO DE PARCERIAS E TERRITÓRIOS ALCANÇADOS (AMÉRICA LATINA)

- Expandir volume de recursos (2)
- Expandir tempo de vigência dos projetos
- Expandir número de parcerias governamentais
- Expandir para outros territórios (América Latina)

Agrupamento 2: MAIOR FLEXIBILIDADE ADMINISTRATIVA E NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

- Maior flexibilidade na alocação de recursos
- Maior flexibilidade nos procedimentos administrativos

Agrupamento 3: REALIZAÇÃO DE ENCONTRO DE REDES E APOIO A REDES DE REDES (ECOFORTE)

- Realizar encontro de Redes ECOFORTE (sistematização de experiências)
- Realizar encontro de Redes ECOFORTE
- Apoiar redes de redes (ECOFORTE), redes regionais, redes temáticas

Agrupamento 4: DIVULGAÇÃO

- Divulgação
- Expansão

Agrupamento 5: OUTROS: MAIOR PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR E EVITAR FORTALECER S QUE JÁ SÃO FORTES

- Possibilitar maior participação do agricultor
- Atentar para pontuação excludente nos editais: evitar fortalecer os fortes e excluir os pequenos

APÊNDICE C
Tabela de categorização

Ideia base	CATEGORIA	Subcategorias	Frequência (categorias similares)
I M P O R T Â N C I A	(A) Importância das redes para desenvolvimento rural/agricultura familiar	Articulação	4
		Intercâmbio de experiências	3
		Comunicação/ Informação	3
		Cooperação/ Participação	3
		Valorização do território, suas potencialidades e seus recursos naturais	4
		Outros (Resignificar e Autonomia)	2
	(B) Desenvolvimento rural sustentável - compreensão/características	Integração de preocupações políticas, sociais e ambientais	4
		Produção e consumo local	3
		Outros (Técnicas e princípios agroecológicos em prol do desenvolvimento rural sustentável)	1
	(C) Importância das Redes para a PNAPO e para o PLANAPO	Fortalecimento dos atores sociais através do coletivo para disputa política	3
		Contribuição do coletivo para execução, alcance e monitoramento das políticas públicas	2
	(D) Vantagens proporcionadas pelo trabalho em rede	Comunicação/ Informação/ Visibilidade	4
Fortalecimento dos atores sociais através do coletivo para reivindicação de políticas públicas		3	
F O R T A L E C I M E N T O	(E) Fortalecimento das redes de agroecologia - ações necessárias	Intercâmbio/ Mobilização/ Formação	3
		Apoio a projetos elaborados pela própria rede	2
		Estrutura adequada	1
		Assistência técnica	1
		Manutenção de políticas públicas que interagem no território	1
	(F) Redes fortalecidas - características	Capacidade política de mobilização, expressão de demandas e disputa de projeto de desenvolvimento	6
		Participação/ Decisão coletiva	5
		Unidade na diversidade/ Respeito à diversidade	5
		Representar sem substituir/ Horizontalidade	3
		Controle Social	2
		Atenção à dinâmica da rede	2
		Conformidade/ Prática agroecológica/ Produção e comércio justo	4
	Outros (Evitar comparações injustas/ Questão do fortalecimento posta pelos financiadores)	2	
	(G) Redes fortalecidas - instrumentos/ações financiáveis	Dinâmica da rede (recursos de custeio)	3
		Equipamentos (transporte/ beneficiamento de produção, etc)	3
Assistência técnica/ Formação		2	
Financiamento público às redes (Editais)		2	
T E R R I T Ó R I O S	(H) Priorização de territórios	Insumos/cadeias	2
		Nordeste/Semiárido Nordestino	2
		Região Amazônica	2
		Territórios Indígenas	2
		Norte	2
		Territórios com índices [elevados] de pobreza e baixa segurança alimentar e nutricional	2
		Territórios com redes fortes (recurso semente) e/ ou forte incidência de políticas públicas	3
		Seleção mista (redes estruturadas + empreendimentos localizados em territórios vulneráveis)	1
		Cerrado	1
		Áreas de Proteção Ambiental (APAS)	1
Conjunto de territórios do país	1		

Ideia base	CATEGORIA	Subcategorias	Frequência (categorias similares)
HISTÓRICO 1	(I) Processo de construção do ECOFORTE	Contexto prévio I – construção PNAPO/PLANAPO (participativo/ mobilização da sociedade civil/ reconhecimento governamental da agroecologia/ confluência de esforços/ amplos debates)	7
		Contexto prévio II – concepção do ECOFORTE (processo de convencimento governamental – papel fundamental de Gilberto Carvalho/ diálogo com a sociedade civil/ inspiração no programa CATAFORTE/ receios da sociedade civil à lógica bancária do BNDES/ expectativas baseadas em antigo programa – PBA)	7
		Construção do programa: diálogo FBB-BNDES-sociedade civil-órgão do governo/ abertura da FBB a propostas/ participação de diversos atores	5
		Espaços de diálogo e construção do programa: CNAPO – defesa de edital em apoio às redes; oficinas de trabalho – FBB/BNDES.	3
		Regras e condicionalidades: utilização do Fundo Social BNDES – comprovar desenvolvimento econômico e transformação local /modulagem/ abertura a ajustes/ unidades de referência/ contraparte dos ministérios parceiros – Acordo de Cooperação	8
		Inovações do Programa: ação nova dentro do PLANAPO/ metodologia e métrica mais simples	2
		Contraponto: nem todos se sentiram contemplados no edital/ participação e influência da sociedade civil no programa abaixo do esperado	2
HISTÓRICO 2	(J) Pontos positivos ECOFORTE	Contribuição e sucesso do programa no fortalecimento das redes, da agricultura familiar agroecológica, com diversificação da produção e divulgação/implantação de tecnologias sociais/ aumento da capacidade de governança territorial, da capacidade dos arranjos produtivos locais, empoderamento, resiliência e autogestão	8
		Viabilização do funcionamento, da dinâmica e da perenidade das redes	5
		Possibilita apresentar demandas reais – as redes apresentam seus próprios projetos	4
		Concepção e desenho do programa: resposta à demanda social, processo seletivo justo	3
		Programa coerente, eficiente, que valoriza as potencialidades locais e reconhece a organização e ação em rede	4
		Importância política do programa: reconhecimento institucional do processo de desenvolvimento conduzido pelas redes/ inovação institucional/ catalisador de políticas públicas/ garantia de continuidade e articulação de políticas públicas no território	5
		Demais resultados importantes: articulação dos territórios em rede, avanços nos processos e na garantia de recurso para atividades primordiais da rede	3
	(K) Pontos negativos/desafios ECOFORTE	Recursos insuficientes, comprometendo o sucesso do programa	6
		Dificuldades administrativas: pouca flexibilidade, excesso de burocracia, aumento das exigências burocráticas ao longo do projeto, distanciamento	11
		Engessamento na aplicação dos recursos	4
		Problemas de ordem política: modelo de "programa"/pouco apoio de outros órgãos/ marco legal restritivo (esperança de mudança a partir do MROSC)	4
		Dificuldades de mensuração de resultados: resultados imateriais e sistematização de dados	2
		Limitações da unidade de referência	1
SUGESTÕES	(L) Sugestões de melhora ECOFORTE	Expandir volume de recursos, tempo de vigência, número de parcerias e territórios alcançados (América Latina)	5
		Maior flexibilidade administrativa e na alocação de recursos	2
		Realização de encontro de redes e apoio a redes de redes (ECOFORTE)	3
		Divulgação	2
		Outros (maior participação do agricultor e evitar fortalecer os que já são fortes)	2

APÊNDICE D

Agrupamento com Falas

CATEGORIA	Subcategorias	Falas representativas
(A) Importância das redes para desenvolvimento rural/agricultura familiar	Articulação	É a ideia de que a agroecologia ela é uma construção que depende muito da participação dos atores dos territórios. (...) Quer dizer a sociedade civil, em suas mais diversas manifestações, são elas as protagonistas da construção da agroecologia. (...) Na verdade o princípio da agroecologia é reconhecer os recursos, os potenciais que existem no território, valorizar esse recurso, conectar esse recurso e construir sistemas agroalimentares baseado nas potencialidades ecológicas, econômicas, socioculturais dos territórios. Quem tem capacidade pra fazer isso são os atores dos territórios articulados em Redes. (ABA)
	Intercâmbio de experiências	
	Comunicação/ Informação	
	Cooperação/ Participação	
	Valorização do território, suas potencialidades e seus recursos naturais	
Outros (Resignificar e Autonomia)		
(B) Desenvolvimento rural sustentável - compreensão/características	Integração de preocupações políticas, sociais e ambientais	Eu acho que a ideia de desenvolvimento rural vai além da produção de alimentos, e também incorpora ações sociais, culturais e ambientais. E a agroecologia fornece aí princípios e técnicas que vão permitir se buscar esse desenvolvimento rural sustentável. Então valorizar a base de recursos naturais, valorizar os conhecimentos locais, promover o diálogo entre esses conhecimentos locais e os conhecimentos acadêmicos. (...) Então, sem agroecologia não é possível ter um desenvolvimento rural sustentável, não é possível recuperar essa base de recursos que o modelo da Revolução Verde degradou durante todas essas décadas. (ANA)
	Produção e consumo local	
	Outros (Técnicas e princípios agroecológicos em prol do desenvolvimento rural sustentável)	
(C) Importância das Redes para a PNAPO e para o PLANAPO	Fortalecimento dos atores sociais através do coletivo para disputa política	E a importância das Redes de agroecologia pra o Plano e pra própria Política Nacional é porque nós também acreditamos que as Redes de agroecologia elas asseguram um processo de capilaridade do que a política prevê, do que a política constrói, mas também de uma contribuição das Redes na construção, monitoramento e execução da própria Política Nacional de Agroecologia. Então não dá pra gente pensa na política apenas como uma ação do Estado, mas também como uma ação de pertencimento e de participação das Redes locais. (ASA)
	Contribuição do coletivo para execução, alcance e monitoramento das políticas públicas	
(D) Vantagens proporcionadas pelo trabalho em rede	Comunicação/ Informação/ Visibilidade	Então, eu acho que quando você trabalha em Rede você tem mais condição de ser visto, de ver a sua volta o que tá acontecendo, que é a experiência da troca com os outros, de conhecimento, de saberes, né. Então a rede te proporciona isso. E na questão da comercialização, a comunicação é muito mais rápida, através da Rede (...) A Rede tem essa, essa capacidade de comunicar. (UNICAFES)
	Fortalecimento dos atores sociais através do coletivo para reivindicação de políticas públicas	
(E) Fortalecimento das redes de agroecologia - ações necessárias	Intercâmbio/ Mobilização/ Formação	Inclusive eu acho assim: quem tem que pensar quais são os projetos pras Redes são as próprias Redes, né (...) a gente tem um cardápio de políticas públicas que são elaborados nacionalmente. Agora esse cardápio ele é acionado lá no território a partir dos projetos dos atores do território, né... a partir das suas prioridades e da sua realidade. Então você não tem uma realidade igual pra todos os territórios, cada um tem uma trajetória, tem especificidades, prioridades até culturais. O que a gente tem discutido muito, assim, é que as políticas públicas elas tem que ser elaboradas de forma a... a abrir espaço pra que nas Redes elas mobilizem de acordo com suas peculiaridades, façam sua combinação, né." (ABA)
	Apoio a projetos elaborados pela própria rede	
	Estrutura adequada	
	Assistência técnica	
(F) Redes fortalecidas - características	Manutenção de políticas públicas que interagem no território	(...) começando pelas equipe de ATER, uma assistência técnica, é... permanente, que isso falta campo. Não aquela assistência técnica que vai lá uma vez, fala com agricultor e vai se embora, mas sim uma permanente (Rede Xique-Xique)
	Capacidade política de mobilização, expressão de demandas e disputa de projeto de desenvolvimento	eu acho que é a construção da unidade numa diversidade de atores sociais. Uma rede não é composta por uma só organização, são várias organizações e essas organizações têm formas de se organizar distintas, têm prioridades distintas e a relação com o Estado é distinta. Então o respeito à diversidade é um pré-requisito para que uma rede possa funcionar. A compreensão da diversidade (de um lado), por outro lado a busca de uma unidade, pois apesar da diversidade dos atores, há objetivos comuns, há propostas comuns que mobilizam esses atores sociais. (ANA)
	Participação/ Decisão coletiva	
	Unidade na diversidade/ Respeito à diversidade	
	Representar sem substituir/ Horizontalidade	Outra coisa que é muito importante é que a rede precisa ter clareza de que ela não substitui os outros atores (...) cada movimento tem a sua importância e a sua forma de atuação política, e todas essas formas são importantes. Então a rede, ela não pode cair no erro de querer substituir o trabalho que os movimentos sociais fazem, e as suas formas de luta e as suas formas de organização. (ANA)
	Controle Social	
	Atenção à dinâmica da rede	
	Conformidade/ Prática agroecológica/ Produção e comércio justo	
Outros (Evitar comparações injustas/ Questão do fortalecimento posta pelos financiadores)		
(G) Redes fortalecidas - instrumentos/ações financiáveis	Dinâmica da rede (recursos de custeio)	(...) principalmente a dinâmica da rede, o seu funcionamento. Uma rede precisa, pra existir, ter controle social. Controle social começa por agendas locais. No micro, a família agroecologista, depois amplia-se pro grupo que ela pertence, pro núcleo que ela pertence, pro território que ela pertence e pra rede em si. Toda essa dinâmica, ela tem custos - custos de deslocamento, de
	Equipamentos (transporte/ beneficiamento de produção, etc)	
	Assistência técnica/ Formação	
	Financiamento público às redes (Editais)	

CATEGORIA	Subcategorias	Falas representativas
	Insumos/cadeias	reunião, de hora pessoas, processos, sistemas, insumos, enfim. A existência dessa rede não deve estar focada apenas no produto que ela coloca no mercado, mas nos processos que ela organiza pra garantir a qualidade desse produto, processos que garantem os equilíbrios que eu já citei: sociocultural, ambiental e econômico (Rede ECOVIDA)
(H) Priorização de territórios	Nordeste/Semiárido Nordestino	(...) existem territórios que devem ser priorizados. Os territórios em torno de áreas de conservação e preservação, os parques. Os territórios que estiverem contidos em APAS – as Áreas de Proteção Ambiental. Os territórios de fragilidade ambiental, como é o caso do Pampa e do Arenito Caiuá que são dois territórios que tem níveis já acelerados de desertificação. O cerrado e a região amazônica e, por fim, os territórios de baixa segurança alimentar e nutricional, como, por exemplo, o cinturão de olerícolas da região de São Paulo e das grandes capitais (Rede ECOVIDA)
	Região Amazônica	
	Territórios Indígenas	
	Norte	
	Territórios com índices [elevados] de pobreza e baixa segurança alimentar e nutricional	
	Territórios com redes fortes (recurso semente) e/ ou forte incidência de políticas públicas	(...) como o ECOFORTE é um programa que tem pouquíssimos recursos - então seria importante que num primeiro momento fossem apoiadas redes atuantes em territórios onde já há um histórico e uma trajetória da construção de redes, que essas redes poderiam dar maior resposta a esse estilo da política pública. (...)Então onde existe organização, onde existe uma rede, onde já há uma discussão sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no território, onde já há um conjunto de propostas, esse recurso é um “recurso semente”, que já vai sendo potencializado. Onde não existe, as organizações vão ter menor capacidade de resposta. Por isso que a gente defendeu que em um primeiro momento fosse destinado o recurso para onde as redes tivessem a capacidade de resposta. Mas numa perspectiva de que o programa se ampliaria, o programa do ECOFORTE. E não é o que ta acontecendo, pelo contrário, o montante de recursos destinados para o segundo edital de apoio às redes é menor do que o primeiro (ANA)
	Seleção mista (redes estruturadas + empreendimentos localizados em territórios vulneráveis)	
Cerrado		
Áreas de Proteção Ambiental (APAS)		
	Conjunto de territórios do país	
(I) Processo de construção do ECOFORTE	Contexto prévio I – construção PNAPO/PLANAPO (participativo/ mobilização da sociedade civil/ reconhecimento governamental da agroecologia/ confluência de esforços/ amplos debates)	eu estava por lá no debate antes, nos cinco seminários regionais para discutir a política nacional de agroecologia, e na sequência o plano e dentro do plano essa oportunidade de ter um tipo de recurso... (...) Nós encontramos recursos que já existiam, programas e o PLANAPO na verdade é uma junção de tudo que já existia. O recurso novo, original, uma coisa nova foi a criação do ECOFORTE que soma, então, o recurso da Fundação e do BNDES. Com uma metodologia um pouco mais leve, uma métrica mais simples de execução e principalmente com o objetivo de alimentar as redes, estimular as redes. (...) o debate pra construir o ECOFORTE envolveu bastante gente e várias ideias. (Rede ECOVIDA)
	Contexto prévio II – concepção do ECOFORTE (processo de convencimento governamental – papel fundamental de Gilberto Carvalho/ diálogo com a sociedade civil/ inspiração no programa CATAFORTE/ receios da sociedade civil à lógica bancária do BNDES/ expectativas baseadas em antigo programa – PDA)	
	Construção do programa: diálogo FBB-BNDES-sociedade civil-órgão do governo/ abertura da FBB a propostas/ participação de diversos atores	
	Espaços de diálogo e construção do programa: CNAPO – defesa de edital em apoio às redes; oficinas de trabalho – FBB/BNDES.	Do ponto de vista da modulação a gente, evidente que a gente ia ter que se ajustar às normas, aos funcionamentos do próprio BNDES, da Fundação. É que têm uma série de normativas, né. E a gente conseguiu chegar a um modelo, porque tanto o pessoal do BNDES quanto da Fundação eles foram extremamente abertos a ajustar, a encaixar a nossa lógica na lógica deles. Isso, é, foi assim uma coisa que foi um exercício extremamente fecundo. Se as normas não fossem como são, talvez o ECOFORTE tivesse outro tipo de desenho. A gente acha que tem coisas que poderiam ser aprimoradas. Mas eu acho talvez que a gente tenha chegado ao limite, né das normativas (ABA)
	Regras e condicionalidades: utilização do Fundo Social BNDES – comprovar desenvolvimento econômico e transformação local /modulação/ abertura a ajustes/ unidades de referência/ contraparte dos ministérios parceiros – Acordo de Cooperação	
	Inovações do Programa: ação nova dentro do PLANAPO/ metodologia e métrica mais simples	
	Contraponto: nem todos se sentiram contemplados no edital/ participação e influência da sociedade civil no programa abaixo do esperado	No início foi um pouco conturbado (...) Tava se trabalhando na possibilidade de alocar recursos que viesse da Fundação e do BNDES. Mas, assim, não era uma coisa discutida como participação efetiva nossa, da sociedade civil (...) Quando nós ficamos sabendo, de uma das plenárias, foi de que... o programa tava pronto, né, que ia ser lançado o edital.(...) Claro que a gente não conseguiu influenciar muita coisa porque o formato é aquele. (FASE)

CATEGORIA	Subcategorias	Falas representativas
(J) Pontos positivos ECOFORTE	Contribuição e sucesso do programa no fortalecimento das redes, da agricultura familiar agroecológica, com diversificação da produção e divulgação/implantação de tecnologias sociais/ aumento da capacidade de governança territorial, da capacidade dos arranjos produtivos locais, empoderamento, resiliência e autogestão	Essa é a razão, inclusive, pela qual a gente defendeu muito fortemente o programa ECOFORTE ! Programa de Redes de Agroecologia que está demonstrando, inclusive, o seu grande sucesso. Porque as organizações localmente se identificam, se articulam, fazem projetos de futuro, mas projetos com referência ao território. E aí qual o papel das políticas públicas? De fortalecer essas Redes. Quer dizer é fortalecer a capacidade das Redes locais de fazer o processo de governança territorial. Então não só a Rede é um conceito fundamental, mas território é um conceito fundamental pra construção da agroecologia." (ABA)
	Viabilização do funcionamento, da dinâmica e da perenidade das redes	
	Possibilita apresentar demandas reais – as redes apresentam seus próprios projetos	primeiro , a própria ideia de apoiar redes. Depois a abertura do próprio edital pra que as redes apresentassem as suas demandas, ou seja, não houve nenhuma proposta do tipo pacote tecnológico a ser difundido em todas as regiões do Brasil" (ANA)
	Concepção e desenho do programa: resposta à demanda social, processo seletivo justo	
	Programa coerente, eficiente, que valoriza as potencialidades locais e reconhece a organização e ação em rede	
	Importância política do programa: reconhecimento institucional do processo de desenvolvimento conduzido pelas redes/ inovação institucional/ catalisador de políticas públicas/ garantia de continuidade e articulação de políticas públicas no território	O fato de, de a Rede poder ter recurso pra se encontrar, pra fazer a discussão política da Rede, a coordenação das Redes poder se encontrar, ter recursos pra fazer eventos de agroecologia. Nós fizemos evento de agroecologia com quatrocentas pessoas. Fizemos um encontro de mulheres da agroecologia com trezentos e cinquenta mulheres, coisa que nós nunca tínhamos feito. Por quê? O recurso possibilita isso.(...) Do folder ao ônibus, né. Trazer as pessoas. Então isso é... Ajuda a fortalecer as Redes e o que nós queríamos (FASE)
Demais resultados importantes: articulação dos territórios em rede, avanços nos processos e na garantia de recurso para atividades primordiais da rede		
(K) Pontos negativos/desafios ECOFORTE	Recursos insuficientes, comprometendo o sucesso do programa	a outra questão é a dotação orçamentária. Aí eu acho que nós tínhamos expectativa muito maior no PLANAPO inclusive tinha sido negociado originalmente um orçamento muito maior do que foi o primeiro edital e o recurso foi cortado a menos que ¼. Isso foi muito comprometedor pro sucesso do ECOFORTE , porque se o orçamento fosse... Se nós conseguíssemos viabilizar o orçamento tal como foi negociado no início, eu acho que a política de agroecologia já estaria muito adiante. (ABA)
	Dificuldades administrativas: pouca flexibilidade, excesso de burocracia, aumento das exigências burocráticas ao longo do projeto, distanciamento	
	Engessamento na aplicação dos recursos	tem coisas que são do ponto de vista do próprio edital, da burocracia e tudo, que é um pouco mais complicado, porque entra coisas que eles dizem que são regras... Porque a gente tinha uma posição da Fundação BB antes e depois que tiveram aqueles problemas lá atrás, que destituiu toda a direção, todo mundo, caíram os diretores todos, não sei o que... O pessoal começou a ter muito mais exigências burocráticas do que era pra ser lá no início e isso pras entidades é um problema, principalmente pras redes de agricultores com menos apoio, com menos esclarecimento, é muito mais difícil. (ABA-CO)
	Problemas de ordem política: modelo de "programa"/pouco apoio de outros órgãos/ marco legal restritivo (esperança de mudança a partir do MROSC)	
	Dificuldades de mensuração de resultados: resultados imateriais e sistematização de dados	
Limitações da unidade de referência		
(L) Sugestões de melhoria ECOFORTE	Expandir volume de recursos, tempo de vigência, número de parcerias e territórios alcançados (América Latina)	"Agora que poderia é... melhorar, eu acho que essa coisa do engessamento dessa visão que a Fundação tem de que pra você investir só se for em equipamento físico, né . O palpável na cabeça deles... isso poderia ser menos... menos radical, sabe?" (UNICAFES)
	Maior flexibilidade administrativa e na alocação de recursos	
	Realização de encontro de redes e apoio a redes de redes (ECOFORTE)	eu acho que seria importante a gente prever a possibilidade de trocas , de processos de sistematização dessas experiências e de trocas entre as Redes de agroecologia financiadas pelo ECOFORTE. Eu acho que um encontro, um seminário, onde uma metodologia leve, que permitisse os coordenadores, gestores dessas Redes trocar conhecimento, trocar experiências sobre gestão dos projetos, sobre metodologia dos projetos, sobre as próprias experiências financiadas pelo ECOFORTE, acho que seria algo muito oportuno, muito interessante! (ASA)
	Divulgação	
	Outros (maior participação do agricultor e evitar fortalecer os que já são fortes)	

APÊNDICE E

Transcrição Entrevistas

Entrevista ABA/AS-PTA 11/2017

Jéssica: É bom, primeiro seu nome e que instituição você faz parte.

ABA: Eu sou Paulo Peterson, da AS-PTA e na CNAPO eu represento a Associação Brasileira de Agroecologia.

Jéssica: Quanto tempo você está na AS-PTA e quanto tempo também na ANA?

ABA: Na AS-PTA eu estou desde o início dos anos noventa e na ANA desde o início, desde de 2003.

Jéssica: Hum, hum. Qual a relação da AS-PTA com as Redes de agroecologia?

ABA: Com as Redes de agroecologia?

Jéssica: Isso!

ABA: A AS-PTA ela surgiu é... no início da década de oitenta com o objetivo exatamente de identificar é... grupos, organizações que já trabalhavam com a agroecologia – inclusive na época nem se usava esse termo agroecologia era agricultura alternativa – no sentido de identificar e articular essas organizações. Então era... Existia um projeto na época chamado PTA – Projeto de Tecnologias Alternativas, que foi criado exatamente a partir dessa iniciativa, que foi uma demanda da Comissão Pastoral da Terra, num momento de redemocratização é... de criar um programa de assessoria aos pequenos agricultores, como se falava na época.

(pausa – mudança de local)

ABA: E... aí foi feito todo um levantamento de organizações nesse período. Algumas já existiam e tão presentes até hoje como ONGs, como, por exemplo, o ESPLAR no Ceará, a Assessor no Paraná, é... Outras organizações que foram criadas nesse período como equipes deste projeto PTA, como, por exemplo, o CTA da Zona da Mata, o Caatinga, são organizações que tão aqui na ... na CNAPO hoje, né.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Isso, esse processo ele vigorou durante a década de oitenta e no final da década de oitenta houve um, um processo de autonomização dessas equipes e cada equipe dessa se tornou uma ONG dessa independente. Então se foi criado CTA é... várias organizações pelo Brasil afora. Foi criada a Rede PTA e aquilo que era coordenação do projeto PTA passou a ser AS-PTA.

Jéssica: Ah, sim.

Paulo: Assessoria e Serviços ao PTA. Isso era a origem da AS-PTA. Então a AS-PTA já nasceu com essa vocação de identificar, sistematizar experiências, dar visibilidade às organizações e aos processos de promoção da agroecologia é... Então a Rede PTA ela permaneceu na década de noventa inteira, né, era um grupo de organizações nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil é... E no final da década de noventa, início de 2000 foi feita uma avaliação da Rede PTA é... e o que se identificou é que cada lugar onde havia esse tipo de organização, essas organizações vinculadas, haviam Redes.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Redes locais foram criadas, e a agroecologia já era muito maior do que aquilo que no início dos anos oitenta, nos anos noventa. E, além disso, também na região Centro-Oeste, também na região Norte, onde o PTA não estava presente, havia muitos grupos, iniciativas. Então foi tirada a ideia de organizar um encontro nacional – foi o primeiro encontro nacional de agroecologia – é... a partir desse processo de avaliação da Rede PTA, e surgiu a ANA a partir desse Encontro Nacional de Agroecologia que foi em 2003... foi em 2002... é, exatamente, 2002, porque foi no ano da eleição.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: E nisso a Rede PTA se dilui dentro da ANA, né. Quer dizer, ela é superada pela ANA, quer dizer, ela cumpriu uma função histórica exatamente de fomentar Redes, e a ANA passa a assumir... Só

que a ANA em vez de ser uma Rede de ONGs, como era a Rede PTA, ela é muito mais ampla – tanto do ponto de vista geográfico, porque ela é nacional – ela envolve organizações do Centro-Oeste e da Amazônia, que não tava presente na Rede PTA, e envolve movimentos sociais, envolve outro tipo de organização é... grupos informais, Redes né, porque nesse momento também Redes são constituídas, né, Rede Ecovida no Sul, a ASA. São outras expressões regionais da agroecologia. Então, é... Quer dizer, a AS-PTA sempre teve presente, né, desde o início, nessa ideia que agroecologia ela vai ser uma promoção de baixo pra cima e articulando em Redes, organizações.

Jéssica: Você aqui representa a ABA, né?

ABA: Aqui eu represento a ABA.

Jéssica: E qual a relação da ABA com as Redes de agroecologia?

ABA: Nesse mesmo processo histórico, quer dizer – isso também tá escrito na missão da AS-PTA – a gente tinha um... Sempre teve preocupação, entendimento, de que na agroecologia era necessária não só a valorização dos conhecimentos locais, dos agricultores, quer dizer, a gente é originado da escola da educação popular, né.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Um entendimento de que os conhecimentos tradicionais eles são fundamentais pra construção da agroecologia, mas também o entendimento que é necessário fazer pontes com os conhecimentos científico-acadêmicos. É, então a gente já na década de noventa a gente também sabia que dentro das universidades, das EMBRAPAs, você tinha pesquisadores, educadores que também queriam trabalhar com a perspectiva da agroecologia. Inclusive muitos se capacitando, fazendo cursos no exterior, né, mestrado, doutorado em agroecologia. Não era uma coisa tão insignificante assim, era necessário também articular esse povo em Rede.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Isso, a gente, inclusive, no final da década de noventa nós organizamos no Rio de Janeiro o primeiro Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia. É... e trouxe pesquisadores do Brasil inteiro que não se conheciam, muitos deles não se conheciam, né, e que a gente viu que tinha muita coisa de agroecologia acontecendo nas instituições acadêmicas mas que ela não...

Jéssica: Não se comunicavam

ABA: ... não se falavam. Então a gente também achava que era necessário também criar um espaço próprio, né que tivesse articulação, né, com a Rede PTA e depois com a ANA, mas que fosse próprio nos diversos sentidos acadêmicos. E como criar um ambiente assim mais permanente é... e que permitisse a articulação desse grupo. Essa condição, assim, ela também surgiu no Rio Grande do Sul, durante o governo do Olívio Dutra porque ali naquele momento...

(pausa – interferências externas)

ABA: Então é... durante o Governo Olívio Dutra, é, já vinham pessoas que ocuparam cargos na EMATER, na FEPAGRO – que é empresa de pesquisa – também gente lá da EMBRAPA lá do Rio Grande do Sul, e eles se articularam, com apoio do governo do estado, e começaram a organizar seminários anualmente, seminários de agroecologia. E depois, congresso, o Primeiro Congresso Brasileiro de Agroecologia. Nesse Primeiro Congresso Brasileiro de Agroecologia eles convocaram, quer dizer, pensaram a... E a gente também participava desse processo, da ideia de criar uma instituição, né.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: No Segundo Congresso Brasileiro de Agroecologia, que foi logo no ano seguinte ao ENA, foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia. Então... e a Associação Brasileira de Agroecologia faz parte da ANA, é uma das organizações da ANA.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Ao mesmo tempo têm pessoas que são das ONGs e tudo que fazem parte. Eu, por exemplo, é... venho da ANA, mas desde de quase todas as gestões da diretoria da ABA eu estive presente, exatamente fazendo essa ponte, né.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Então, aqui no Brasil a gente tem uma experiência muito peculiar, porque a gente tem duas organizações nacionais de agroecologia: uma é mais dos movimentos sociais, e você tem uma do campo acadêmico.

Jéssica: Sei.

ABA: Não existe uma experiência igual em outros países, nem na América Latina existe uma coisa dessa. E mais, são organiza... são articulações que uma faz parte da outra.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Elas não, não disputam espaço, pelo contrário, elas constroem junto um campo agroecológico. Então, isso foi fundamental inclusive pra própria pressão, pra construção da política de agroecologia, porque quando a gente debate a... uma proposta política de agroecologia, a ANA e a ABA estiveram **juntas**, foram convocadas pelo Governo a fazer uma proposta.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Então essa presença articulada que vem desse processo histórico. Né!

Jéssica: Sim.

ABA: O Congresso Brasileiro de Agroecologia, que é organizado pela ABA, tem uma presença forte de organizações, né, da base da ANA e vice versa, nos ENAs você tem uma presença forte de organizações acadêmicas.

Jéssica: Sim.

ABA: Então é assim que foi desenvolvido esse processo.

Jéssica: Como você...

(pausa – mudança de local)

Jéssica: Como você caracteriza a importância das Redes de agroecologia pro desenvolvimento do país e principalmente o desenvolvimento rural do país?

ABA: A gente tem defendido muito essa ideia das Redes é... Isso tem muito a ver com a agroecologia. É...

(pausa – interrupções externas)

ABA: É a ideia de que a agroecologia ela é uma construção que depende muito da participação dos atores dos territórios. É... das organizações, da agricultura familiar, dos movimentos sociais, é... dos movimento dos consumidores, quando existem, das ONGs. Quer dizer a sociedade civil, em suas mais diversas manifestações, são elas as protagonistas da construção da agroecologia.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Essa é uma clareza que a gente tem, porque foi assim que a agroecologia foi construída e toda vez que a gente tem exemplos onde o Estado sozinho tenta induzir uma construção assim, na lógica de difusionismo e tudo, não funciona. Na verdade o princípio da agroecologia é reconhecer os recursos, os potenciais que existem no território, valorizar esse recurso, conectar esse recurso e construir sistemas agroalimentares baseado nas potencialidades ecológicas, econômicas, socioculturais dos territórios. Quem tem capacidade pra fazer isso são os atores dos territórios articulados em Redes. Então é... Essa é a razão, inclusive, pela qual a gente defendeu muito fortemente o programa ECOFORTE! Programa de Redes de Agroecologia que está demonstrando, inclusive, o seu grande sucesso. Porque as organizações localmente se identificam, se articulam, fazem projetos de futuro, mas projetos com referência ao território.

Jéssica: Sim.

ABA: E aí qual o papel das políticas públicas? De fortalecer essas Redes. Né. Quer dizer é... fortalecer a capacidade é... das Redes locais de fazer o processo de governança territorial. Então não só a Rede é um conceito fundamental, mas território é um conceito fundamental pra construção da agroecologia.

Jéssica: E, aí desculpa você ia falar.

ABA: Não, evidentemente os territórios não são isolados, aí você tem Redes entre os territórios. É, então... E essas redes elas vão ganhando escala até o nível nacional, e até o nível internacional. Você tem Redes que se articulam também no semiárido, no Sul... Quer dizer, essas Redes... Você tem um forte processo de aprendizado entre as Redes, né. Essa é a razão porque a gente defende a política de Redes de ATER, porque que a gente defende é... processos é... de aprendizagem na área de biodiversidade. E é assim que a gente vem construindo nosso processo. Você tem o encontro, os encontros nossos são encontros de Redes... baseados em experiências, né. Então a Rede também tem muito a ver com essa ideia de valorização das experiências práticas, né.

Jéssica: Sim. E como você caracterizaria uma Rede fortalecida?

ABA: É... Esse é um debate que a gente tá fazendo inclusive agora é... no processo preparatório do terceiro ENA. Essa é uma questão. Inclusive uma questão que nos foi colocada pela Fundação Banco do Brasil e pelo BNDES. Que eles dizem assim: “nosso... O papel do ECOFORTE é fortalecer Redes de agroecologia. O quê que é isso?”.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Aí a gente se viu desafiado a responder. A gente tem nossas hipóteses, mas como é que a gente constrói uma resposta coletiva? O que a gente tá fazendo? A gente tá avaliando, é, as vinte e oito Redes apoiadas pelo ECOFORTE no Brasil inteiro.

Jéssica: Sim.

ABA: É... E essa avaliação ela se baseia numa espécie de uma linha do tempo, linha do tempo como é que era a agroecologia nesse território na década de noventa e como ela é hoje e qual é o papel das políticas públicas no fortalecimento dessas Redes, quais são os temas, quais são os atores. Então que que é uma Rede? Como é que você caracteriza o fortalecimento de uma Rede? É... São vários indicadores. Primeiro o número de atores participantes dessas Redes, diversidade de atores participantes dessa... Diversidade de atividades que mobilizam, temas que mobilizam, né, essas Redes. Você tem Redes que tão na área da produção, tão na área da comercialização, do processamento, né, da educação. Quer dizer são múltiplos temas que mobilizam a Rede, múltiplos atores, você tem jovens que, jovens organizados, mulheres organizadas, povos tradicionais, quer dizer... Inclusive esse foi um critério de seleção do projeto ECOFORTE era isso, né diversidade de atores. Então uma característica da Rede é exatamente isso: é a pluralidade institucional, temática...

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Tem uma questão que tem a ver também com a expressão econômica também da agroecologia desses territórios, né. Quer dizer produção, diversidade de produção, espaço ocupado, né, nos agroecossistemas. Então você tem vários indicadores possíveis de natureza econômica, política, institucional.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Não existe uma resposta única, né, mas certamente uma característica forte das Redes é que elas se organizam de forma muito horizontal. É diferente de uma lógica da... até muito presente na nossa cultura política, que são grandes estruturas, grandes é... que tem uma coordenação muito centralizada, e que depende muito de um grupo limitado de lideranças e tal. A Rede, não, a rede ela distribui poder, distribui as iniciativas, mas tem espaços de interação e de auto identificação sempre referida a um projeto de agroecologia. Então acho que isso... O desenvolvimento de uma cultura de ação em Rede é o que a gente tá vendo também né, e é o que o ECOFORTE tem apoiado muito.

Jéssica: E o que que você classificaria como ações ou estruturas principais que deveriam ser financiadas pro fortalecimento de uma Rede? Assim... instrumentos, ações?

ABA: É isso, a primeira questão... Inclusive eu acho assim: quem tem que pensar quais são os projetos pras Redes são as próprias Redes, né. Isso inclusive é um debate que a gente faz muito aqui na CNAPO.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: O monitoramento na PNAPO tem muito a ver com a percepção dos atores dos territórios, né. Por que eu acho assim, a gente tem um cardápio de políticas públicas que são elaborados nacionalmente. Agora esse cardápio ele é acionado lá no território a partir dos projetos dos atores do território, né... a partir das suas prioridades e da sua realidade. Então você não tem uma realidade igual pra todos os territórios, cada um tem uma trajetória, tem especificidades, prioridades até culturais. O que a gente tem discutido muito, assim, é que as políticas públicas elas tem que ser elaboradas de forma a... a abrir espaço pra que nas Redes elas mobilizem de acordo com suas peculiaridades, façam sua combinação, né.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: E a gente tem alguns exemplos muito positivos nesse sentido. A Rede... o ECOFORTE é um exemplo. Quer dizer é... é a Rede que elabora o projeto ECOFORTE, não vem uma coisa de cima pra baixo, “você tem que fazer isso, isso, isso, isso”. A gente até discutia com a Fundação Banco do Brasil mesmo, só pra dar um exemplo sobre o programa PAIS. Sabe que que é o PAIS, (né)? É o Projeto de Agroecologia Intensiva, que eram uma espécie é... umas mandalas; isso foi espalhado pelo Brasil afora por que era o que tinha. Mas não foi a demanda dos territórios! Então você tem milhares de PAIS espalhados, muitos funcionaram e muitos não funcionaram. Por quê? Não estava encaixado naquele momento, naquela data, naquela lógica, daquela Rede. Se a Rede pudesse propor alguma coisa pra ela mesma, talvez não fosse um PAIS, mas era... o PAIS era o que tinha.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Entendeu? Esse é um exemplo a gente já fez esse debate na Fundação: porque que o ECOFORTE é um sucesso: porque foram as Redes que propuseram.

Jéssica: Entendi.

ABA: E os projetos de Rede de ECOFORTE são as coisas mais variadas possíveis e todas elas tão encaixadas no tempo, no espaço. Então a gente tem outros exemplos: o PAA é um exemplo também. O PAA tal como foi formulado originalmente, as organizações elaboravam seus projetos, costumavam com os consumidores quer dizer a qual, sobretudo a aquisição antecipada, (né).

Jéssica: Hum, hum.

ABA: E a gente tem uma crítica, formulação como que o PAA avançou exatamente que matou esse tipo de originalidade do projeto que era uma demanda elaborada localmente e não uma demanda assim “olha, o Estado quer compra tanto de feijão e tanto de não sei o que”... Vai pelo lado da demanda e não pelo lado da oferta.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: O que a gente acha que é a chamada de ATER, outro exemplo: a gente acha que as chamadas de ATER evoluíram muito, embora ainda tenha muitas travas. Mas evoluíram porque dá uma certa opção para as organizações e as Redes locais elaborarem quais são as atividades, quais são os temas e não dizer assim: Olha, esse território vai ser pra cabra, esse aqui vai ser pra leite, esse aqui vai ser.... Não, a gente sempre teve um questionamento pra café, porque esse território tem muito café, mas ele também tem milho, tem mandioca, tem leite, tem... A economia da agricultura familiar, sobretudo quando você fala em agroecologia é diversidade. Então se você chega num território e abre uma chamada pra café, então você tá compulsoriamente tendo que trabalhar café.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Quando a economia da agricultura familiar é diversidade, mesmo você tenha uma ênfase para café, não pode fechar pras outras coisas. Sabe então! Essa coisa, o que que o território propõe? É, então eu acho que nós avançamos também nesse ponto de vista e não queremos regredir. Isso é que a gente tem batido muito na tecla e isso é válido pra todas as políticas. Sabe? Como que as Redes locais elas, elas tem a capacidade de ter os espaços de governança. Então, por isso a gente sempre discutiu da importância da antiga Secretaria de Desenvolvimento Territorial na gestão da PLANAPO. Quem deveria fazer parte da gestão: as Redes e o Estado, lá no território debatendo juntos. Não é debatendo aqui em Brasília, é debatendo lá! Né! Porque lá é onde as coisas tão se passando, então.

Jéssica: Por falar em território, existem territórios que deveriam ser priorizados para o fortalecimento de Redes hoje, que ainda precisam dessa priorização? E quais seriam?

ABA: Isso muito por parte de uma de uma... de uma estratégia que a gente sabe que é... não dá pra de uma hora pra outra a gente pensar que tenha capital social em todos os territórios. Capital social ele precisa ser construído nos territórios. E as... que que eu tô chamando de capital social: exatamente são as Redes. Redes que se identifiquem e tal e que têm a capacidade de elaborar os seus próprios projetos. Isso não é uma realidade em todos os territórios. Então quando a gente fala em prioridade, não tanto porque é um território seja mais importante que o outro, mas é que tem determinados territórios que você já tem a condição, né, e por isso que o projeto do ECOFORTE ele termina sendo pra Redes que já existiam, pra fortalece as Redes, não pra criar Redes.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Porque eu acho que a gente precisava ter políticas que incentivassem, incentivassem a emergência de Redes, né. E aí a política do desenvolvimento territorial ela é fundamental. Não tanto, assim... Porque... A análise que a gente faz da política tal como ela foi executada: era muito, assim, essa linha de infraestruturas, investimentos e tal.. Mas não havia um esforço de mobilização dos atores, né. Quer dizer, era assim: você tinha a liderança que participava dos colegiados. Tudo bem, excelente. Mas qual a relação entre essas lideranças e as Redes? Existiam Redes? Isso não era uma preocupação, né.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Uma preocupação de fazer com que... Então a gente defendeu muito a ideia de que sim, existem, há que priorizar alguns territórios no momento de... no sentido de aumentar a densidade dessas Redes, é, isso depende não só de investimentos físicos de materiais, mas também de fortalecimento das capacidades institucionais. Então é... aqui na CNAPO a gente debateu a ideia de que nós deveríamos monitorar o PLANAPO em alguns territórios onde tenha uma forte incidência das políticas e atores sociais, Redes fortes. Porque eles são nesses territórios onde a gente tem condição de ver efetividade da PNAPO, né. Nos territórios onde você não tem Redes densas e tudo você sequer tem as políticas sendo acionadas de forma coerente. Então é muito mais um processo histórico de construção, mas a nossa perspectiva é que outros territórios vão, né, sendo fortalecidos também. Redes territoriais vão sendo fortalecidas.

Jéssica: Sim. E vocês participaram desse processo de construção do ECOFORTE, né? O, as demandas que vocês apresentaram nesse, nessa construção elas foram atendidas em grande medida, em parte? Como é que foi esse processo?

ABA: Olha, são duas questões uma é do ponto de vista do desenho, né da modulagem. Do ponto de vista da modulagem a gente, evidente que a gente ia ter que se ajustar às normas, aos funcionamentos do próprio BNDES, da Fundação. É que têm uma série de normativas, né. E a gente conseguiu chegar a um modelo, porque tanto o pessoal do BNDES quanto da Fundação eles foram extremamente abertos a ajustar, a encaixar a nossa lógica na lógica deles. Isso, é, foi assim uma coisa que foi um exercício extremamente fecundo. Se as normas não fossem como são, talvez o ECOFORTE tivesse outro tipo de desenho. A gente acha que tem coisas que poderiam ser aprimoradas. Mas eu acho

talvez que a gente tenha chegado ao limite, né das normativas. Então trata-se de discutir em outro plano que não é discutir o ECOFORTE mas é discutir o Marco Legal. Quer dizer, eu acho que a gente tá num processo aí de evolução, né, mas isso não estava na nossa de possibilidade de discussão naquele momento. Eu acho que isso a gente discutiu, por exemplo: possibilidade de pagamento de pessoal, possibilidade de uma certa, é, autonomia, uma certa flexibilidade de... de uso de... da aplicação dos recursos públicos com todo rigor, né, exigido pela norma dos recursos públicos. Pelo contrário, eu acho que até a gente até bastante mais rigoroso do que outros sistemas que são extremamente mais inflexíveis, né, mas que essa inflexibilidade inviabiliza a nossa criatividade metodológica, o encontro com as metodologias, coisas assim que são muito engessadoras. Então boa parte do problema da gestão das políticas públicas isso não está no desenho, nos ministérios, mas tá no Marco Legal que a gente espera que o MROSC... a gente tem expectativa que ele flexibilize bastante sem perder o rigor. Que não se trata de perde o rigor de uso de recurso público, nós somos os primeiros a defender.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: A questão não é falta de rigor nos recursos públicos, não. A questão é uso do recurso público de forma inteligente. Aí é que tá a questão. Agora, voltando ao ECOFORTE, a outra questão é a dotação orçamentária. Aí eu acho que nós tínhamos expectativa muito maior no PLANAPO inclusive tinha sido negociado originalmente um orçamento muito maior do que foi o primeiro edital e o recurso foi cortado a menos que $\frac{1}{4}$. Isso foi muito comprometedor pro sucesso do ECOFORTE, porque se o orçamento fosse... Se nós conseguíssemos viabilizar o orçamento tal como foi negociado no início, eu acho que a política de agroecologia já estaria muito adiante.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Porque o que a gente tá aprendendo e o que a gente está vendo agora nesse sistema de monitoramento é que os projetos do ECOFORTE eles são grandes acionadores do conjunto das políticas dos ministérios. De forma muito mais eficiente, porque as Redes quando chamam e mobilizam os recursos públicos que vêm dos diferentes ministérios, mobilizam com uma coerência. Se você não tem a Rede ativa aí você tem uma Associação que faz uma coisa, uma Cooperativa faz outra, e as famílias fazem outra. Sabe, não tem uma coerência construída coletivamente no nível de território. Acho que esse é o papel da Rede: de construir projetos e tal. Então a Rede... A gente tem visto que o ECOFORTE, do ponto de vista orçamentário, ele até é significativo pra Rede, mas o conjunto de recursos públicos mobilizados pro território – o ECOFORTE mais as demais políticas – aí sim que você vê que esses territórios eles têm sido não só eficientes em mobilizar o recurso, mas em destinar o recurso de forma coerente que é muito mais importante. Por isso que eu acho que esse é o olhar que a gente não tá conseguindo ter aqui, que a gente tem um olhar da execução orçamentária.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Mas o olhar da combinação das políticas e como que isso na prática tem mudado o sistema de produção, a comercialização e tal, isso a gente não tá olhando, né.

Jéssica: Entendi. Então de uma forma geral você acha que o ECOFORTE fortaleceu as Redes. E pontos positivos e negativos que você elencaria assim.

ABA: Do ECOFORTE?

Jéssica: É!

ABA: Assim, claramente um dos pontos negativos é a dotação orçamentária absolutamente insuficiente. A gente tá vendo isso agora nesse segundo edital uma demanda imensa e você tem pouquíssimos projetos vão ser aprovados, né. Então acho que isso é muito ruim. É, eu acho que esse é o principal ponto negativo do ECOFORTE. Ele é uma grande inovação institucional, muito coerente com tudo que nós da sociedade civil viemos defendemos para a Política de Agroecologia e eu acho

que a gente tem muito a aprender com o ECOFORTE para pensar inclusive outras políticas. Então eu, assim, até onde a gente tem visto os pontos são mais positivos do que negativos.

Jéssica: Então tem fortalecido as Redes?

ABA: Totalmente! Não, isso aí é uma coisa que não tem dúvida. A gente já fez dois Seminários de... dos projetos do ECOFORTE – na verdade três, agora a a gente fez um em Recife – e os depoimentos são impressionantes. Depoimentos dos projetos, dos territórios, das organizações, inclusive a gente tem ido aos territórios visitar. Nesse projeto tem consultores que tão indo **sistematizar** e os depoimentos são impressionantes.

Jéssica: E, Então se você pudesse deixa uma proposta de melhoria pras próximas edições?..

ABA: Pro ECOFORTE?

Jéssica: Pro ECOFORTE. O que seria?

ABA: Eu acho assim que é... A gente precisaria primeiro, evidentemente insistindo, dotação orçamentária, é uma questão. Eu acho que, é, o monitoramento do ECOFORTE é essa ideia de fazer com que as Redes se conheçam. Eu acho que isso é muito virtuoso, então tem que pensar uma Rede de Redes. Acho que isso é uma coisa que a gente deveria pensar. Pode ser até regional, né. Redes regionais se visitarem, se conhecerem, quer dizer, romper o isolamento isso é uma coisa fundamental. Então a possibilidade, por exemplo, de você ter Redes temáticas: têm Redes que tão trabalhando muito com o tema da comercialização, com feiras; têm Redes que tão trabalhando com biodiversidade, sementes; têm Redes que tão trabalhando com plantas medicinais; têm Redes muito ativas com o trabalho com os grupos de mulheres. E essas experiências elas precisam ser intercambiadas. Então eu acho que uma coisa que se poderia se pensar pro futuro é... uma vez que abra editais, você também abrir propostas de Redes. É... Redes de projetos ECOFORTE.

Jéssica: E uma última dúvida: essa sistematização que vocês tão fazendo agora foi uma demanda da sociedade civil, foi uma coisa conjunta ou foi por parte do BNDES e da Fundação que propôs isso?

ABA: Não, foi uma demanda da sociedade civil, mas que inclusive esse projeto não é um projeto que está amarrado simplesmente ao ECOFORTE. A gente tinha a ideia exatamente de monitorar Redes de agroecologia.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: É, isso ia ao encontro também de uma expectativa da Fundação e do BNDES que queria entender o que estava acontecendo com os projetos apoiados por eles. Então a gente fez um acordo de apoiar a ANA pra que a ANA lidere esse movimento de sistematização.

Jéssica: Entendi.

ABA: Então, é, a ANA tem feito esse esforço, mas tem chamado a CIAPO, tem chamado, é, os órgãos da CIAPO a participar. Então a SEAD tem participado de eventos, o MAPA tem participado de eventos, o Ministério do Meio Ambiente, né. Porque é nosso interesse também fazer com que esse espaço que a gente tá fazendo cumpra a função da ST de Monitoramento da CNAPO que terminou não existindo, não tinha dotação orçamentária, não tinha... A gente tinha proposto pro PLANAPO II uma coisa parecida. Mas por falta de dotação orçamentária não aconteceu.. Então a gente terminou criando esse espaço pela ANA, né.

Jéssica: Hum, hum.

ABA: Agora, evidente que não é uma coisa de monitoramento do PLANAPO, ele não tem esse mandato de monitorar o PLANAPO. O que a gente quer é aprender com as Redes, afinal de contas... E termina aprendendo muito com o PLANAPO também. Ao monitorar a Rede a gente vê como é que as políticas do PLANAPO tão chegando nos territórios e tal. Então a gente tem esse olhar em vinte e oito Redes é bastante significativo.

Jéssica: Sim.

ABA: Então a gente acredita que isso vai ter, a gente espera que pelo menos uma parte deste (esforço) esteja pronto pro ENA, que vai ser em maio. E que seja, e haja um seminário no ENA pra apresentação dos primeiros resultados. Isso pra nós aqui na CNAPO vai ser muito importante.

Jéssica: Era isso! Obrigada viu por ter...

ABA: Foi útil?

Jéssica: Foi muito bom! Valeu!

Entrevista ANA – 03/2018

Jéssica – em primeiro lugar obrigado por conceder a entrevista de novo pra mim. Vou começar com as perguntas: de que associação você participa, qual entidade você participa e há quantos anos?

ANA – eu trabalho na secretaria executiva da ANA, Articulação Nacional de Agroecologia, desde 2009.

Jéssica – e você classificaria a ANA como uma rede então?

ANA – Sim, é uma rede.

Jéssica – então como você classifica a importância das redes de agroecologia pra agricultura familiar e para o desenvolvimento rural no país?

ANA – olha, eu acho que as redes têm uma importância muito grande, primeiro de promover a visibilidade das experiências que estão em curso de construção da agroecologia junto à agricultura familiar e promoção do intercâmbio entre essas experiências. As redes tem esse papel, de colocar as experiências de lugares diferentes em contato. Sejam redes locais, que mobilizam agricultores e agricultoras de um mesmo território, mas é a rede que permite que esses agricultores se encontrem e troquem experiências e interajam. Depois a rede tem um papel importante na discussão das políticas públicas. Ela tem um papel tanto de levar as informações das políticas públicas para as organizações dos agricultores. As organizações de assessoria que fazem parte das redes têm esse papel. Quanto de também de ser o canal também de expressão dessas demandas das associações dos agricultores junto aos governos em qualquer nível, seja municipal, estadual e federal. Então a rede tem esse papel. E outra, as redes também têm o papel de sistematizar os aprendizados dessas experiências e comunicar pra um conjunto mais amplo de setores sociais. Então, o papel da rede de comunicação com a sociedade, muitas vezes as organizações isoladas não conseguem fazer esse trabalho de comunicação, mas as redes conseguem. Porque as redes criam instrumentos de comunicação, sejam seus sites, sejam jornais, programas de rádio, então e esse canal de comunicação com a sociedade é facilitado pelo fato de que existem as redes.

Jéssica – Uma outra pergunta é que as redes já se estruturam há muitos anos, mas no contexto da política nacional de agroecologia, qual a importância delas, tanto pra política nacional quanto pro PLANAPO em si?

ANA – acho que a própria iniciativa que foi tomada pelo governo federal, de construção de políticas para a agricultura familiar, desde o início ela acionou essas redes da sociedade civil. Então, desde o início do governo Lula, quando se começou a discutir a política de ATER e quando se reestabeleceu o CONSEA, os interlocutores que foram mobilizados a participar, foram as redes, foram os movimentos sociais reconhecidos, mas as redes também foram acionadas desde o primeiro momento. A própria ANA, a ASA, a Rede ECOVIDA, a Rede Cerrado, esses atores coletivos foram acionários pra construção da política e com um reconhecimento muito grande, da parte do governo, de que a construção das experiências em agroecologia no Brasil, tiveram início, justamente, a partir da mobilização da sociedade civil. Não foram as políticas públicas que apoiaram esse processo desde sempre. Pelo contrário, muitas vezes as iniciativas aconteciam sem nenhum reconhecimento e apoio do Estado, durante muito tempo foi assim. Então, o próprio governo federal, nos governos Lula e

Dilma, teve essa sensibilidade de reconhecer que as iniciativas no campo da agroecologia estavam na sociedade civil e aí mobilizaram os atores pra construir as políticas públicas. Então várias políticas que foram discutidas nesse período aí de 2003 até 2015, foram políticas que vieram a partir das experiências acumuladas por essas redes da sociedade civil brasileira. E essas redes, tanto as organizações dos próprios agricultores quanto as organizações de assessoria nacional e ONGs, é claro que entidades governamentais também já estavam assessorando esse processo há muito tempo, por exemplo, a EMATER em outros lugares do Brasil já assessoravam essas iniciativas que foram a base pra construção da política de agroecologia. Eu acho que houve um reconhecimento e da parte da sociedade civil, também houve um reconhecimento de que haviam muitos atores governamentais, no nível dos governos estaduais e também do governo federal que estavam desenvolvendo políticas públicas muito importantes pra agricultura familiar, pra reforma agrária e pra agroecologia. Então foi um encontro entre pontos de vista que embora em lugares diferentes – sociedade civil e governo – mas havia uma leitura muito compartilhada sobre a realidade da agricultura familiar e que tipo de políticas públicas deveriam ser implementadas. Tudo isso foi uma confluência de esforços que levou à construção da PNAPO e do primeiro PLANAPO, entre 2013 e 2015.

Jéssica – o que você acredita que seja importante para o fortalecimento de uma rede de agroecologia?
ANA – primeiro eu acho que é a construção da unidade numa diversidade de atores sociais. Uma rede não é composta por uma só organização, são várias organizações e essas organizações têm formas de se organizar distintas, têm prioridades distintas e a relação com o Estado é distinta. Então o respeito à diversidade é um pré-requisito para que uma rede possa funcionar. A compreensão da diversidade (de um lado), por outro lado a busca de uma unidade, pois apesar da diversidade dos atores, há objetivos comuns, há propostas comuns que mobilizam esses atores sociais. Então a busca de construção de unidade é outra. Depois, a força política que essas redes têm, quer dizer, a capacidade que têm perante a sociedade, perante aos governos de fazer ecoar a voz e as demandas de quem faz parte da rede. No caso da ANA, principalmente, as organizações de agricultores e agricultoras. Então a rede, para ser bem sucedida ela precisa que os governos e que a sociedade compreendam que há setores da sociedade que são historicamente marginalizados e que têm suas demandas, suas pautas e suas reivindicações e que precisam de um espaço de diálogo com o Estado. Muitas vezes essas redes são o espaço de diálogo com o Estado. Outra coisa que é muito importante é que a rede precisa ter clareza de que ela não substitui os outros atores, não é por que existe a ANA, que o MST não tenha sua importância. A ANA, pelo contrário, ela mostra ainda mais a importância dos movimentos sociais, do movimento sindical, cada movimento tem a sua importância e a sua forma de atuação política, e todas essas formas são importantes. Então a rede, ela não pode cair no erro de querer substituir o trabalho que os movimentos sociais fazem, e as suas formas de luta e as suas formas de organização.

Jéssica – então a rede fortalecida seria essa que tem unidade, que respeita a diversidade e é um espaço de diálogo. Tem mais alguma coisa que você poderia apresentar que seria uma característica de uma rede fortalecida?

ANA – eu acho que outra característica, é essa capacidade de influenciar nas políticas públicas. Apesar de que, muitas vezes, essa capacidade dependa da rede estar fortalecida, mas depende também dos governos estarem abertos ao diálogo com a sociedade civil. Muitas vezes você tem redes fortes, capaz de articular um conjunto amplo de atores, capaz de representar sua unidade, mas você tem um governo do outro lado que não dialoga com a sociedade civil, então a rede fortalecida nesse caso perde um significado, uma capacidade de resistência política. No caso dos ciclos dos governos democráticos que a gente vivenciou até 2015, a gente teve essa capacidade de incidência política. Então, a própria construção da PNAPO, se a gente olha o decreto da política de agroecologia, se a gente olha o que foi o primeiro plano de agroecologia, ali é o reflexo do fortalecimento da própria ANA como um ator coletivo que construiu propostas unitárias, que apresentou e negociou com o governo, e a política

pública soube incorporar essas demandas. Então eu acho que isso é uma outra capacidade. Outro indicador, digamos assim, da capacidade de fortalecimento de uma rede, é a compreensão do seu objeto perante a sociedade. Então, se hoje a agroecologia é valorizada e conhecida por outros setores da sociedade que não só os agricultores e as organizações que os assessoram, é também em função do fortalecimento da ANA. Se a proposta de convivência com o semiárido é compreendida num conjunto amplo de atores sociais, pelos governos e pelos meios de comunicação é em função do fortalecimento da ASA. Se a ASA não tivesse se fortalecido desde que foi construída em 1999, certamente o conceito de convivência com o semiárido não teria ganhado essa relevância política e social que ganhou no Brasil e até fora do Brasil. Então acho que as redes tiveram esse papel. As redes também tem um papel de denunciar, denunciar os projetos de desenvolvimento que vão sendo implementados que vão numa direção contrária dos projetos políticos que são definidos por essa rede. Então a consciência da sociedade da questão do uso indiscriminado de agrotóxicos e o descumprimento da legislação no que se refere aos agrotóxicos é, também, não só, mas certamente contribui para o fortalecimento da ANA, da Rede ECOVIDA e das articulações estaduais de agroecologia. Que eu acho também que a rede também tem esse papel de trazer a público as denúncias sobre as violações de direitos e sobre situações que impactam negativamente na vida da população, como nesse caso específico do uso de agrotóxicos.

Jéssica – e por falar nisso, quando você fala de projetos antagônicos de desenvolvimento, na perspectiva da agroecologia, o que seria o desenvolvimento rural sustentável? Como é que a agroecologia contribui pra esse tipo de desenvolvimento?

ANA – eu acho que o desenvolvimento rural sustentável, eu compreendo como projetos para o meio rural, que são capazes de valorizar, primeiro, a cultura das populações que vivem no campo, valorizar a base de recursos naturais num determinado território, que procura priorizar a utilização de tecnologias que reduzam ou minimizem a dependência de insumos externos, no caso: fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, mecanização pesada. E sim valorize a base de recursos localmente disponíveis. Também vejo que o desenvolvimento rural sustentável, ele busca também a construção de redes locais de produção e consumo de alimentos, procuram sempre estimular a produção diversificada localmente e o consumo desses alimentos num plano local. Também vejo que a ideia do desenvolvimento rural sustentável também tem um componente da reivindicação de políticas públicas que historicamente são ausentes no meio rural, como políticas de educação, políticas de saúde, como políticas de cultura, como também uma reivindicação de que as infraestruturas para o meio rural não sejam precárias como são hoje. A questão do acesso à energia elétrica, a questão da qualidade das estradas e do transporte público, enfim, uma série de políticas públicas que o rural acabou durante décadas sendo excluído das ações do Estado. Eu acho que a ideia de desenvolvimento rural vai além da produção de alimentos, e também incorpora ações sociais, culturais e ambientais. E a agroecologia fornece aí princípios e técnicas que vão permitir se buscar esse desenvolvimento rural sustentável. Então valorizar a base de recursos naturais, valorizar os conhecimentos locais, promover o diálogo entre esses conhecimentos locais e os conhecimentos acadêmicos. E também tem um conjunto de práticas e de técnicas que vão justamente buscar alternativas ao modelo tecnológico que foi imposto pela Revolução Verde: alternativas aos fertilizantes sintéticos, alternativas aos agrotóxicos e também técnicas que vão permitir recuperar os solos, recuperar a biodiversidade. Então, sem agroecologia não é possível ter um desenvolvimento rural sustentável, não é possível recuperar essa base de recursos que o modelo da Revolução Verde degradou durante todas essas décadas.

Jéssica – quais são as ações e instrumentos que você acha que devem ser financiados ou apoiados para o fortalecimento de redes de agroecologia?

ANA – essa própria ideia do apoio público às redes de agroecologia é uma construção que precisa ser feita né? Eu acho que o Estado brasileiro, pela sua gênese e pelo seu histórico, ele nunca foi capaz de

acreditar e valorizar que os atores da sociedade civil eram capazes de desenvolver um projeto de desenvolvimento local. Então sempre houve uma desconfiança muito grande por parte do Estado em relação à sociedade civil. Acho que é uma mudança de cultura política que deveria acontecer, o Estado deveria apostar na capacidade da sociedade civil e isso significa, inclusive, disponibilizar recursos, ou seja, financiamento público, para que os recursos públicos fossem alocados em organizações que pudessem desenvolver iniciativas de redes, como é o caso do projeto ECOFORTE. Como é o caso dos projetos que a sociedade civil no semiárido moveu pra frente, o Programa 1 milhão de Cisternas o Programa Duas Águas, são programas que se os recursos são públicos, e foram destinados pra que a própria sociedade civil pudesse gerir esses recursos e desenvolver o seu trabalho e têm resultados surpreendentes, né? Eu acho que é preciso essa confiança, a sociedade civil tem a capacidade. E tem mais capacidade até do que o Estado, porque são os atores da sociedade que estão mais perto da população e conhecem melhor as necessidades, conhecem melhor as demandas dessas populações. Cabe ao Estado apoiar esse processo e também desenvolver as suas políticas de apoio. Por exemplo, no caso do tema da comercialização da produção da agricultura familiar, o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos – foi uma iniciativa que foi proposta pela sociedade civil e que o Estado desempenhava um papel a partir de, a partir de recursos públicos, apoiar e comprar diretamente a produção das organizações da agricultura familiar e usar essa produção pra promoção da segurança alimentar. Um programa conhecido no mundo todo e super valorizado, uma ideia relativamente simples e que o Estado faz o papel de dinamizar as redes da sociedade civil, por um lado quando apoia os agricultores na aquisição dos alimentos e por outro lado, cumprir o seu papel de atuar na promoção da segurança alimentar daquelas populações que têm, por algum motivo estão em risco de insegurança alimentar. O papel da redistribuição dos recursos públicos é um papel que cabe ao Estado. O Estado gerencia os recursos que são captados de todos os cidadãos a partir do pagamento dos impostos e esses recursos públicos deveriam ser destinados às redes da sociedade civil, às organizações da sociedade civil, que desempenham um papel público e reconhecido de promoção do desenvolvimento. No caso das redes de agroecologia junto aos agricultores familiares e as suas organizações, incentivando a produção de alimentos saudáveis. Infelizmente no nosso Estado, ele tem uma cultura política bastante autoritária e que não é uma cultura de promoção de direitos, é uma cultura primitiva que não confia na sociedade para a própria sociedade desenvolver iniciativas de melhoria das condições de vida nos territórios.

Jéssica – mas, por exemplo, você falou do PAA e dos mercados institucionais, de financiamento... Porque assim, as redes acabam sendo fortalecidas então indiretamente por outros programas. Mas como o ECOFORTE tem ações específicas que poderiam ser mais valorizadas e que as redes hoje não têm acesso através de outras políticas? Algum tipo de financiamento específico?

ANA – hoje nós estamos vivendo um contexto de desmonte das políticas de apoio à agricultura familiar. Então mesmo neste caso que eu te falei do PAA, o PAA está praticamente extinto, foi praticamente desmontado por esse governo aí. Mas nós, mesmo nos governos anteriores nós quase não tínhamos políticas de apoio às redes. Apoio à rede significa destinar recursos pra que as redes que estão atuando nos territórios possam dizer para o Estado, através dos seus projetos, quais são as demandas que aquelas organizações têm, no caso, para a ampliação da escala de agroecologia. O Estado... Muitas vezes as políticas públicas trabalham com projetos muito padronizados, são pacotes que são... “Nós vamos financiar esse pacote aqui. Nós vamos financiar hortas e mandala. Então vocês apresentem aqui os projetos para hortas e mandala”. Mas o Estado nunca abre a possibilidade pras próprias populações locais dizerem quais são suas demandas, que tipo de iniciativa que é importante fomentar, que tipo de iniciativa na área de formação, que tipo de iniciativa na área de construção de mercados. Então o ECOFORTE mostrou isso, mostrou que se a política pública, no caso do programa público, abre a possibilidade das próprias redes apresentarem suas propostas, esse recurso é

potencializado, porque ele vai ser destinado àquelas necessidades que são identificadas pelas próprias redes. Isso é uma exceção no Estado brasileiro, o ECOFORTE é uma exceção, as políticas não são baseadas nessa perspectiva. Se você pegar uma das maiores políticas de apoio à agricultura familiar, duas grandes políticas são o crédito e a assistência técnica. O crédito é muito moldado pra difundir um pacote tecnológico da Revolução Verde. O sistema de crédito rural nasceu junto com a Revolução Verde, então, é uma política pública que está desenhada pra isso, seus instrumentos e os agentes que operam, então é muito difícil pra uma política de comércio romper essa lógica. A política de ATER é a mesma coisa, apesar de que houve mudanças muito mais significativas na política de ATER, só que ela se mantém refém dessa lógica do difusionismo, do técnico assessorando família por família e não apostam nas organizações dos próprios agricultores. Então o ECOFORTE é uma novidade! Ele é uma novidade justamente porque compreende essa ideia da organização em rede, da valorização das potencialidades locais, por isso que na ANA a gente valoriza muito o ECOFORTE e sempre procura demonstrar o seu potencial, os impactos positivos que já demonstram e o potencial que tem se fosse, de fato, objeto de investimento do Estado. Infelizmente são poucas as iniciativas nesse caso. O PAA é uma política muito valorizada, um programa que foi muito valorizado pelas organizações porque ele vai numa das maiores fragilidades que a agricultura familiar encontra de norte a sul do país. Porque você tem os mercados, que são dominados por poucos atores. Você tem os grandes atravessadores de determinado território que vão lá e adquirem aquela produção, porque os agricultores não têm **[inaudível – falha no arquivo de áudio]**.

Então o PAA rompe um pouco com esse ciclo de dependência de exploração dos agricultores, por isso não é tão valorizado, apesar de que foi uma política que se a gente olhar o orçamento dela, é um orçamento muito baixo, em todos os anos de execução do PAA são poucos os recursos e são poucos os agricultores familiares que foram beneficiários da política. Só que ela tem um impacto muito grande porque ela potencializa e cria possibilidades de mercado e inclusive incentiva a diversificação da produção, por isso ela foi tão valorizada, o que não significa que ela resolva todos os problemas. O PAA não prevê, o programa como tal não prevê assistência técnica, que a gente sabe que muitas vezes é uma demanda. O PAA não resolve nada na condição da estrada da comunidade, isso depende de outras políticas públicas. Só que isso incentiva que os agricultores se organizem, adquiram uma caminhonete ou um caminhão, ela incentiva a organização dos agricultores e incentiva a diversificação da produção. É uma pena que o governo tenha simplesmente acabado com o PAA.

Jéssica – você acha que alguns territórios deveriam ser priorizados na questão do acesso às redes? Se sim, quais?

ANA – na verdade eu acho que não, a política pública deveria se preocupar com o conjunto dos territórios do país. Agora, claro que nós vivemos um momento em que os territórios, no governo Lula, os territórios de maior concentração de pobreza foram priorizados e eu acho que essa foi uma prioridade super correta porque existia e existe uma dívida do Estado com as populações mais pobres, marginalizadas, então eu considero correta essa priorização. No caso da promoção das redes de agroecologia é preciso - foi isso que defendemos no ECOFORTE, como o ECOFORTE é um programa que tem pouquíssimos recursos - então seria importante que num primeiro momento fossem apoiadas redes atuantes em territórios onde já há um histórico e uma trajetória da construção redes, que essas redes poderiam dar maior resposta a esse estilo da política pública. Muitas vezes onde não existem redes e os atores da sociedade estão muito fragilizados e não há um trabalho de promoção da organização dos agricultores, o recurso público não tem muito efeito, porque não existe organização capaz de responder a esse incentivo. O recurso de um projeto de um milhão de reais numa rede que envolve trinta organizações, é um recurso muito pequeno. Então onde existe organização, onde existe uma rede, onde já há uma discussão sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no território, onde já há um conjunto de propostas, esse recurso é um “recurso semente”, que já vai sendo

potencializado. Onde não existe, as organizações vão ter menor capacidade de resposta. Por isso que a gente defendeu que em um primeiro momento fosse destinado o recurso para onde as redes tivessem a capacidade de resposta. Mas numa perspectiva de que o programa se ampliaria, o programa do ECOFORTE. E não é o que ta acontecendo, pelo contrário, o montante de recursos destinados para o segundo edital de apoio às redes é menor do que o primeiro. Não era nossa expectativa quando o programa foi criado, a nossa expectativa era de que o programa seria ampliado, teria mais recursos. Mas a conjuntura política fez com que isso não se tornasse realidade.

Jéssica – você acompanhou um pouco do histórico da criação do ECOFORTE? Você poderia falar um pouco sobre isso?

ANA – acompanhei. A gente debateu em vários momentos da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a construção do ECOFORTE. A Fundação do Banco do Brasil e o BNDES realizaram oficinas de trabalho pra discussão entre FBB e BNDES, órgãos de governo e sociedade civil pra construção da proposta do ECOFORTE e eu participei desde o início. Acho que houve uma abertura muito grande da Fundação do Banco do Brasil, num primeiro momento, ao que foi discutido. No caso do BNDES, num primeiro momento, não existia uma clareza da importância do apoio às redes. O BNDES, pelo seu histórico, tinha muito a perspectiva de apoiar os empreendimentos individualmente e não apostava muito nas redes. Essa visão foi sendo modificada até por parte do próprio BNDES, a importância do apoio às redes, que os empreendimentos, para darem saltos de qualidade, era preciso que tivessem envolvidos em redes. É preciso que tivesse uma discussão amadurecida do quais são as demandas daquele empreendimento num determinado momento. E isso, quando você tem uma rede, você consegue qualificar essa discussão. Quando não existe uma rede isso fica muito solto, muitas vezes, as opções que são feitas, são equivocadas: se desenha um projeto, às vezes maior do que o empreendimento tem capacidade de responder; ou às vezes sem um estudo de mercado mais abrangente, então se faz uma capacidade produção, de beneficiamento, muito além da capacidade que o mercado local tem de absorver. Enfim, a rede também tem a importância de discutir os próprios projetos de qualificação dos empreendimentos econômicos, que é muito o foco do BNDES. Agora, nós tivemos também dificuldades na compreensão do ECOFORTE como um programa. Nós imaginávamos, e dissemos isso, que seria importante que os outros órgãos públicos tivessem também um compromisso com essas redes territoriais que fossem apoiados pelo ECOFORTE e isso nem sempre se concretizou. Muitas vezes, diversos órgãos públicos, MDA e Ministério do Meio Ambiente, não tiveram tanta atenção assim pra esses territórios onde o ECOFORTE foi desenvolvido. Mas, o problema maior veio depois, o problema maior veio em 2016 e 2017, com o desmanche das políticas. As políticas foram sendo desmontadas e isso fragiliza também as redes, porque as redes também têm a clareza de que o Estado é importante, o papel do Estado é importante. A mobilização dos recursos é importante para apoiar as redes locais. Isso, infelizmente, muito foi desmontado aí nesse período.

Jéssica – entendi. Em relação à primeira versão do ECOFORTE, o primeiro edital, você acha que ele atendeu a demanda da sociedade civil de apoio às redes e fortalecimento? E o quanto ele foi capaz de se aproximar desse objetivo? Eu sei que vocês tão fazendo uma avaliação agora que vai detalhar melhor isso, mas no geral, como é que você avaliaria?

ANA – eu acho que a concepção é correta e ela atende às expectativas e às proposições que nós fizemos. O que é insuficiente, do nosso ponto de vista, é o volume de recurso foi destinado. A gente disse isso reiteradas vezes nos espaços aí de participação social, na CNAPO e outros. Que trinta milhões para o Brasil inteiro, são poucos recursos, são muito aquém da demanda de apoio à Agroecologia. Então essa é, sem dúvida, a principal observação: de que há uma questão de volume insuficiente de recursos.

Jéssica – mas você acredita que as redes foram fortalecidas? Apesar de insuficiente o recurso, eles conseguiram?

ANA – sim, as que tiveram projetos financiados, com certeza. A gente tem visto isso nesse trabalho de sistematização do trabalho das redes de agroecologia que a gente está fazendo. Certamente elas foram fortalecidas, muitas experiências super interessantes foram desenvolvidas. Houve um estímulo de diversificação da produção, várias tecnologias sociais foram implementadas e divulgadas no âmbito das redes locais. Então, na nossa opinião, é um dos programas mais bem sucedidos que já houve no país de fortalecimento da agroecologia: o ECOFORTE. Com essa ressalva de que os recursos não foram suficientes. Por exemplo, se a gente olha pro estado de Rondônia (só para dar um exemplo que me veio à cabeça): a gente sabe das iniciativas super interessantes que têm lá e o ECOFORTE não apoiou nenhum projeto em Rondônia. Nem em Santa Catarina, nem no Espírito Santo e a gente sabe da riqueza que tem, todos os estados do Brasil têm muitas redes de agroecologia atuantes. Eu me lembro do primeiro edital que foram 166 projetos que foram habilitados, só que só foram feitos 28 convênios, então olha a quantidade de projetos interessantes e importantes que ficaram de fora. Então a principal questão aí está no volume de recursos que foi destinado ao programa.

Jéssica – então como ponto negativo fica essa questão do recurso e como principais pontos positivos do programa, o que você elencaria?

ANA – primeiro, a própria ideia de apoiar redes. Depois a abertura do próprio edital pra que as redes apresentassem as suas demandas, ou seja, não houve nenhuma proposta do tipo pacote tecnológico a ser difundido em todas as regiões do Brasil. Depois, eu acho um ponto positivo é que o BNDES está apoiando as redes de agroecologia e isso é digno de se ressaltar: um banco de desenvolvimento apoiando o processo de desenvolvimento local levados à frente pelas próprias organizações da sociedade civil. Outro ponto positivo eu acho que nas redes se buscou a construção de parcerias entre organizações da sociedade civil e organizações do Estado.

Jéssica – algum outro ponto negativo além do recurso?

ANA – olha, o ponto negativo que as organizações tem apontado é muitas vezes diz respeito à rigidez dos procedimentos administrativos, que dão pouca flexibilidade pras ações locais; as dificuldades também no campo administrativo que significam atraso no repasse de recursos; a própria duração dos projetos, projetos de dois anos, quando nós consideramos que seria o ideal que se tivessem projetos de três ou quatro anos, com um tempo maior de duração. Esses são os aspectos negativos.

Jéssica – então, se você pudesse fazer alguma sugestão pra próxima edição – apesar de já ter sido lançado e os projetos já terem sido apresentados – sugestões pra melhora do programa futuramente.

ANA – são essas, de enfrentar esses pontos negativos. Pensar em projetos com maior duração, com maior volume de recursos e, principalmente, no montante de recursos total a ser destinado pro programa. Um programa nacional, pra um país como o Brasil, com vinte milhões de reais, significa que muitas iniciativas importantíssimas de serem objeto do povo, estarão de fora, não serão contempladas.

Jéssica – então é isso Denis, muito obrigada.

Arquivo: Entrevista ASA 11/2017

Jéssica: **Você** faz parte... Me diz o seu nome, a Instituição que você faz parte e há quantos anos você faz parte dela.

ASA: Meu nome é Alexandre. Está gravando não está? Meu nome é Alexandre, eu sou coordenador geral do Centro Sabiá e estou há quinze anos trabalhando no Centro.

Jéssica: E você é da ASA também?

ASA: Sim, e o Centro Sabiá é uma organização que compõe a ASA, a Articulação do Semiárido, e atualmente eu ocupo também a coordenação da ASA pelo Estado de Pernambuco.

Jéssica: E qual a relação que vocês têm com as Redes de agroecologia, vocês mesmos já compõem uma Rede de Agroecologia. Como é que é?

ASA: Então o Centro Sabiá é uma organização que tem origem na Rede PTA que é da Rede de Projetos de Tecnologias Alternativas, é... que em 2002 se constituiu como Articulação Nacional de Agroecologia, a ANA, e desde esse momento o Centro Sabiá faz parte da ANA é... E além dessa Rede nacional de agroecologia, nós também fomentamos, a partir do trabalho de assessoria do Centro Sabiá, as organizações dos agricultores e aos agricultores. Todo um processo de Redes locais, territoriais, temáticas de promoção da agroecologia. É, uma... De forma mais específica, mais próxima da nossa rea..., de nossa ação é junto aos agricultores e a ASA, Articulação do Semiárido, que tem um foco no trabalho com a convivência com o semiárido que na nossa compreensão e leitura política é a abordagem, vamos dizer, da agroecologia da região semiárido e a convivência com o semiárido. Além das Redes, das Redes locais como a RAMA – a Rede de Agroecologia da Zona da Mata – de Pernambuco, e que tem um processo de fragilidade por falta de mobilização e de recursos pras suas ações, e a Rede de espaço agroecológico que é uma Rede de feiras que tem agricultores da região metropolitana do Recife, da região do agreste de Pernambuco e que tem feiras na cidade do Recife atualmente.

Jéssica: E qual importância que as Redes de agroecologia têm pro desenvolvimento rural e pro agricultor familiar?

ASA: Então, essa perspectiva das Redes pro desenvolvimento rural das Redes de agroecologia é exatamente nessa ideia de que as Redes como um processo de troca e de construção do conhecimento, envolvendo agricultores, agricultoras, jovens, comunidades tradicionais, mas também a assessoria técnica, ela permite um processo contínuo e permanente de trocas e construção de conhecimentos, de fortalecimento da autonomia dos agricultores, das suas organizações no processo produtivo, no processo de organização social, de mobilização social, de reivindicação dos seus direitos, de participação nos espaços e controle das políticas públicas. Então as Redes de agroecologia elas permitem um processo de fortalecimento da autonomia dos agricultores e das suas organizações em defesa de um desenvolvimento rural que tem a agroecologia como paradigma.

Jéssica: E qual a importância das Redes dentro da PNAPO?

ASA: Então, a PNAPO, a Política Nacional de Agroecologia, ela surge a partir de uma mobilização também e reivindicação do movimento, da Marcha das Margaridas, o movimento feminista do campo, e no processo de construção do PLANAPO e na composição da própria CNAPO a gente foi agregando o conjunto de movimentos, Redes e articulações que têm na agroecologia um paradigma a defender, né, vamos dizer assim... a construir. E a importância das Redes de agroecologia pra o Plano e pra própria Política Nacional é porque nós também acreditamos que as Redes de agroecologia elas asseguram um processo de capilaridade do que a política prevê, do que a política constrói, mas também de uma contribuição das Redes na construção, monitoramento e execução da própria Política Nacional de Agroecologia. Então não dá pra gente pensa na política apenas como uma ação do Estado, mas também como uma ação de pertencimento e de participação das Redes locais.

Jéssica: E como você caracteriza uma Rede fortalecida?

ASA: Ah eu acho que uma Rede fortalecida é quando os membros, organizações de assessoria, instituições de pesquisa, de ensino, os movimentos sociais, as organizações dos próprios agricultores, primeiro tem, na sua fala, na sua prática a expressão de pertencimento a essa Rede, no sentido de se identificar, de se sentir parte desse processo; mas ao mesmo tempo, na medida em que esse conjunto de sujeitos políticos conseguem dinamizar a Rede, conseguem produzir um, um... desencadear um processo de mobilização, de participação, de pautar a agroecologia nos municípios, dentro das

universidades, dentro das instituições de pesquisa, junto aos gestores públicos. Acho que o fortalecimento das Redes ele se concre... ele se materializa nesse conjunto de iniciativas. Que partem, evidentemente – é importante a gente destacar – da prática concreta de fazer agroecologia e da concepção de agroecologia como o movimento, como prática e como ciência.

Jéssica: E que instrumentos e ações você acredita que devam ser financiados a fim de fortalecer as Redes?

ASA: Veja a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica ela não... Dentro das iniciativas do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica nós não temos nenhuma iniciativa com orçamento previsto nem no primeiro, nem no segundo PLANAPO para financiamento das Redes de agroecologia, salvo o ECOFORTE que tem toda uma característica particular, porque o ECOFORTE foi concebido também na perspectiva de fortalecimento das próprias tecnologias sociais e financiamento um pouco nesse campo assim.

Jéssica: Hum, hum.

ASA: Mas é eu acho que um instrumento importante é a apresentação de editais públicos com recursos que apoiem a diversas... a diversidade de Redes de construção da agroecologia que a gente tem no Brasil. Porque o ECOFORTE ele, em certa medida, ele priorizou um conjunto de Redes, eu diria, mais locais, Redes com uma ação mais concreta da atividade produtiva, da atividade prática da agroecologia, né. E nós precisamos também pensar em financiamentos de Redes que estão olhando numa perspectiva do processo de formação, de incidência política, de elaboração de conteúdos dentro desse campo da agroecologia.

Jéssica: E você acha que alguns territórios deveriam ser priorizados nesse fortalecimento das Redes?

ASA: É nunca pensei nisso. Mas apesar de falar do lugar, que pra mim é um lugar importante de pertencimento que é o semiárido é... Eu não quero que essa minha interpretação ela seja bairrista, vamos dizer assim, do ponto de vista de... de querer que o semiárido seja prioridade. Mas a região semiárida do Brasil e a região norte do Brasil, eu diria que essas duas regiões, Nordeste e semiárido e Norte do Brasil, são as duas regiões com os maiores índices de pobreza ainda hoje, embora tenhamos avançado muito nos últimos anos. Então eu penso que é também nessas duas regiões, sobretudo no Nordeste, onde tá mais de cinquenta por cento dos estabelecimentos da agricultura familiar.

Jéssica: Hum, hum.

ASA: Então se a gente pensar que o Brasil inteiro tem 4,5 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar e metade deles estão na região nordeste, há que se pensar também que essa região, e que a região semiárida onde concentra também uma população mais pobre, sobretudo no campo, deveria ter um certo grau de atenção a esses editais. Mas eu faço uma ressalva: a agroecologia ela se constrói também a partir do conhecimento tradicional, dos povos originários, dos povos quilombolas, da população negra e de vários outros seguimentos populacionais. E eu acredito que seria muito importante que a política de agroecologia pudesse financiar processos de conexão, de aprendizados e de fortalecimento da perspectiva de agroecologia entendida e praticada pelos povos indígenas e povos quilombolas. Eu acho que aí nós teríamos um ganho, um salto importante é no fortalecimento da agroecologia no Brasil.

Jéssica: É você participou desse processo de construção do ECOFORTE na época?

ASA: Um pouco.

Jéssica: Um pouco. ((risos)) Você lembra um pouco como foi, se foi um processo participativo? Vocês tiveram espaço pra propor ideias?

ASA: Sim, na época nós estávamos num contexto do Governo Federal favorável, esse processo de participação, de diálogo, do Governo com a construção civil e a gente teve sim vários momentos de diálogo com a Fundação Banco do Brasil, com os órgãos do Governo que estavam mais a frente, né, da construção do, do ECOFORTE.

Jéssica: Hum, hum.

ASA: É e esse diálogo foi especificamente no âmbito da ANA, da Articulação Nacional de Agroecologia, onde congregam as várias Redes e organizações é do campo. Então acho que foi algo importante.

Jéssica: E você acha que de uma forma geral o ECOFORTE realmente, nessa primeira edição dele, conseguiu fortalecer as Redes? E o quê que você citaria como pontos positivos e negativos dessa primeira edição.

ASA: Não, então... Eu acho que sim, acho que o ECOFORTE conseguiu promover um processo muito interessante de fortalecimento das Redes de agroecologia. O que, é... Porque nós observamos que o recurso de infraestrutura conseguiu equipar e garantir a materialização de algumas condições. Vamos dizer assim, é... pra que os agricultores e agricultoras pudessem fazer o beneficiamento da produção, comercializar essa produção, estruturar processos orgânicos né e, fortalecedores da Rede, da própria perspectiva de participação social. É... O que eu acho talvez que, a princípio, me vem na mente é que parte dos recursos da Fundação Banco do Brasil são... e do BNDES, são recursos muito engessados, recursos que têm um carimbo, que tem que ser daquele jeito, daquela forma... E que a gente sabe que às vezes a gente elabora um projeto, e que por mais próximo da realidade, no processo de execução desse projeto a gente se depara com conjunturas e contextos que mudam essa realidade, né. Mudam as necessidades. Uma outra coisa que eu acho que é bem trabalhoso que a Fundação exige é essa ideia de que pra cada equipamento ou serviço que vai ser contratado ou comprado dentro do projeto ECOFORTE, já na apresentação do projeto tem que se apresentar uma cotação de preços, né, de três preços de produtos que vão ser comprados. Eu acho que isso é algo desnecessário. Acho que as organizações no Brasil, ao longo desses anos de gestão nos serviços públicos, já adquiriram uma longa experiência de como fazer gestão de recurso público, que é importante fazer cotação de preços, buscar o melhor preço sem perder a qualidade do produto ou do serviço, e isso às vezes gera um trabalho muito grande pras organizações. É... Mas, a princípio, é isso. Eu acho que tem um saldo muito positivo daquilo que o ECOFORTE possibilitou.

Jéssica: E você acredita que do desenho que foi articulado junto com a ANA no início, nesse processo participativo, e o desenho que se tem na primeira edição, além dessa rigidez do recurso, teve mais algum ponto que não atendeu ou que não atendeu totalmente, mas só em parte que era uma exigência ou uma sugestão das Redes?

ASA: É, não tenho ideia.

Jéssica: E você teria alguma sugestão de melhora pra essas próximas edições?

ASA: É eu acho que seria importante a gente prever a possibilidade de trocas, de processos de sistematização dessas experiências e de trocas entre as Redes de agroecologia financiadas pelo ECOFORTE. Eu acho que um encontro, um seminário, onde uma metodologia leve, que permitisse os coordenadores, gestores dessas Redes trocar conhecimento, trocar experiências sobre gestão dos projetos, sobre metodologia dos projetos, sobre as próprias experiências financiadas pelo ECOFORTE, acho que seria algo muito oportuno, muito interessante!

Jéssica: É isso, obrigada.

Entrevista Rede ECOVIDA – STPOrg/ECOVIDA – 04/2018

Jéssica – primeiro vamos começar pelo básico, você se apresentando, nos dizendo de que instituição você faz parte e se ela se compõe em uma rede e qual a relação dessa rede com o ECOFORTE.

STPOrg/ECOVIDA – eu participo de uma cooperativa de produção de orgânicos lá no Paraná. Meu nome é Elson Borges dos Santos. E essa cooperativa tem cadeira na CPOrg do Estado e as três

CPORGs do sul me escolheram pra representar essa região na CNAPO. Eu componho, assim, um grupo chamado de STPORG. É isso que eu faço.

Jéssica: e da Ecovida, né?

STPORG/ECOVIDA: Ah, sim! E essa cooperativa local, que pertence ao grupo da rede ECOVIDA, chamada Núcleo Regional Liberdade Camponesa, e desse conjunto de núcleos, compõe a rede ECOVIDA que eu represento aqui também.

Jéssica – há quantos anos você está nessa instituição?

STPORG/ECOVIDA – vinte e um anos, agora dia 29 de setembro, vinte e um anos que eu participo dessa cooperativa que produz açúcar mascavo orgânico, leite e derivados de cana, principalmente a Cachaça Camponeses, a melhor do mundo.

Jéssica – vocês foram contemplados no ECOFORTE já?

STPORG/ECOVIDA – a nossa rede sim, executou, através de uma entidade pertencente à rede. O edital primeiro do ECOFORTE, que tinha como finalidade o apoio às redes, né? E agora no segundo certame nós apresentamos as propostas e estamos esperançosos de ter algumas propostas aprovadas.

Jéssica – para você, qual a importância das redes de agroecologia para a agricultura familiar?

STPORG/ECOVIDA – três palavrinhas, deixa eu ver se eu me lembro, por que a gente sempre debate. Atuar em rede na agricultura familiar *ressignifica*, permite que os agricultores e parceiros tenham um outro olhar sobre o processo, sobre os valores, e dê outro significado à ação coletiva. Por exemplo, nos permite juntos na dinâmica da rede, perceber significados novos, do porquê a gente faz e como faz. Como poderia ser diferente? Isso nos leva a ir percebendo significados novos, a reorganizar. Não vou chamar de recivilizar porque é muito forte, mas no território a gente consegue ativar a criatividade. Por isso lá na nossa rede, que é uma das mais antigas, a gente conseguiu fazer algumas coisas novas como, por exemplo, o circuito de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos. Então, *ressignificar*, *recivilizar* e *cooperar*. Na agricultura familiar o costume próprio do camponês, de fazer tudo sozinho, logo o costume é o individualismo. Atuar em rede permite muitas ações em cooperação, em vários níveis de cooperação, desde um nível mais simples e elementar, como um mutirão, uma troca, uma feira, até uma cooperativa de produção como é o caso da minha, em que o trabalho é coletivo. Olhando assim, o ECOFORTE ajudou a sustentar também essa dinâmica. E a dinâmica é aquilo que a gente chama de funcionamento da rede em que os pontos distantes estão conectados e o que acontece em cada ponto pode ser percebido pelo todo.

Jéssica – Qual a importância das redes de agroecologia para o desenvolvimento rural?

STPORG/ECOVIDA – para falar de desenvolvimento, a gente tem que lembrar que nós passamos no Brasil pela fase do progresso, em que o progresso era a palavra-chave sagrada e, por isso, que a Revolução Verde nos alcançou tão forte assim, destruindo inclusive o modo camponês de existir. Então agora a gente já superou esse discurso do progresso e estamos pensando em desenvolvimento. Então para o desenvolvimento, que é uma ação sistêmica e continuada, a rede é a única opção viável existente. Se não atuar em rede, não desenvolve o território. Se não atuar em rede, não comercializa, não produz, não transforma, não preserva a agrobiodiversidade e não garante a felicidade para as pessoas. O propósito do nosso debate é que o fim último de fazer agroecologia é viver bem. E viver bem e ser feliz, só é possível viver junto, no grupo, no núcleo, nas redes, considerando todos os pares... e num território, considerando as características daquele território. Então uma rede de agroecologia, por enquanto, é a invenção humana capaz de proporcionar isso, essas dimensões da vida equilibrada economicamente – tem que dar dinheiro para pagar as contas –, equilibrada ambientalmente, ou seja, voltar a ser parceiro e amigo da natureza e dos processos naturais e, principalmente, o equilíbrio sociocultural, em que os valores e os costumes presentes no território possam ser restaurados, preservados e que isso fique de legado para as gerações e que isso seja motivo de satisfação no campo. O oposto a esse tipo de viver, viver sozinho, sem rede, é o agronegócio. E o

agronegócio não produz felicidade, ele produz dinheiro; o agronegócio não produz alimento, produz comida; não produz equilíbrio, produz commodities. Então, as comunidades que participam de redes e a sociedade em geral desses territórios, percebem nitidamente a diferença entre o modo de fazer em rede, e redes agroecologistas, e o outro modo de fazer sozinho de acordo com o mercado.

Jéssica – e dentro do contexto da PNAPO e do PLANAPO, qual é a importância das redes nesse contexto?

STPOrg/ECOVIDA – a atuação em redes distintas em vários territórios foi a energia principal para a criação do Plano Nacional e da Política Nacional. Óbvio que encontrou um governo a fim de fazer isso, ou que aceitou essa sugestão da sociedade. Então se não houvessem redes, não haveria essa política nem o plano. Porque foi essa energia da sociedade organizada é que chancelou na disputa do poder e na correlação de forças dentro do governo, foi a energia possível para desempatar a favor do plano e da política.

Jéssica – o que que é importante pro fortalecimento das redes de agroecologia?

STPOrg/ECOVIDA – Olha, o Estado... Tem que explicar um pouquinho isso. O Estado foi apresentado pra nós durante todo esse tempo como um ente imparcial na sociedade, que cuidava de todo mundo e não discriminava por isso nem aquilo. Isso é mentira. O Estado tem um dono e responde aos interesses dos donos do capital, mas nós também que estávamos enganados descobrimos que é possível e é adequado exigir que o Estado cumpra com seu papel com todos os interesses da sociedade e não só com o interesse dos donos do capital. Logo, os cidadãos organizados em rede fazem uma pressão legítima para que o Estado financie, que gaste dinheiro com as redes, com os processos das redes, com todas as suas cadeias. Por quê? Porque esse financiamento é em favor do bem comum, é pro bem comum da sociedade como um todo que o Estado deve financiar as redes e porque as redes promovem o que eu já citei antes: um desenvolvimento mais equilibrado, desenvolvimento territorial, tecnológico, sociocultural e ambiental.

Jéssica – sim, mas que ações o Estado deveria financiar pra uma rede ser fortalecida?

STPOrg/ECOVIDA – principalmente a dinâmica da rede, o seu funcionamento. Uma rede precisa, pra existir, ter controle social. Controle social começa por agendas locais. No micro, a família agroecologista, depois amplia-se pro grupo que ela pertence, pro núcleo que ela pertence, pro território que ela pertence e pra rede em si. Toda essa dinâmica, ela tem custos - custos de deslocamento, de reunião, de hora pessoas, processos, sistemas, insumos, enfim. A existência dessa rede não deve estar focada apenas no produto que ela coloca no mercado, mas nos processos que ela organiza pra garantir a qualidade desse produto, processos que garantem os equilíbrios que eu já citei: sociocultural, ambiental e econômico. Então o essencial para que a rede fique forte é que ela tenha parte do seu custo financiado pelo Estado. O oposto a isso, para justificar nossa teoria ou a nossa certeza, é que o Estado já faz isso com outros setores. O sistema S, por exemplo, é financiado grande parte pelos recursos dos impostos, pra financiar rede. Também atua em rede. Rede que tem processos e sistemas e dinâmicas e nós questionamos isso: por que só pra eles? Nós queremos ter os mesmos direitos desse setor. É um setor ligado ao capital e aos interesses da elite, mas agora está tudo esclarecido. Há uma disputa pelos recursos do tesouro e nós queremos a nossa parte. Porque acreditamos que fazemos parte da maioria que contribui.

Jéssica – então como você caracterizaria uma rede fortalecida, hoje em dia?

STPOrg/ECOVIDA – uma rede fortalecida deve atuar, na sua dinâmica, primeiro, com muito cuidado ao seu controle social, à sua agenda de tarefas coletivas, as suas trocas internas e externas, óbvio, garantindo a qualidade dos seus produtos e sistemas, garantindo a conformidade que vai além da qualidade. Mas ela precisa atuar com o dinheiro do Estado também, da sociedade como um todo. É como se a sociedade desse em troca, através de algumas moedas dos impostos, desse em troca dinheiro

e a rede dá em troca conformidade e qualidade para que a sociedade toda tenha acesso aos alimentos saudáveis. Então é justo, é viável e é legítimo, que o Estado financie as redes de agroecologia.

Jéssica – como surgiu o programa ECOFORTE? Você estava lá no início?

STPOrg/ECOVIDA – eu estava por lá no debate antes, nos cinco seminários regionais para discutir a política nacional de agroecologia, e na sequência o plano e dentro do plano essa oportunidade de ter um tipo de recurso... Um recurso que não era comum, não era trivial na rede de partes do estado, nos vários ministérios. Nós encontramos recursos que já existiam, programas e o PLANAPO na verdade é uma junção de tudo que já existia. O recurso novo, original, uma coisa nova foi a criação do ECOFORTE que soma, então, o recurso da Fundação e do BNDES. Com uma metodologia um pouco mais leve, uma métrica mais simples de execução e principalmente com o objetivo de alimentar as redes, estimular as redes. No início o ECOFORTE era um nome muito bonito, depois, por falta de dinheiro a gente descobriu que merecia um apelido: ecofraco (risos). Mas é aquela disputa que eu já citei entre os interesses gerais e os interesses específicos. Então simplificando é assim: o debate pra construir o ECOFORTE envolveu bastante gente e várias ideias. Comemoramos então a execução da primeira edição e já indicamos na sequência algumas fragilidades que ele apresentou. Como, por exemplo, o volume de recursos pequeno e o fato de ele não poder facilmente financiar a agroindústria, por exemplo, é muito complexo pra gente executar, construção, edificação, enfim. Mas isso está no marco legal determinado pelo TCU que tem algumas variações e os impedimentos não são gerais, existem impedimentos específicos. Por exemplo, pra edificar numa área que esteja dentro de assentamento, que não seja de propriedade da proponente, a gente tem sempre dificuldades. Mas eu acho que como uma coisa original, uma primeira experiência, a gente precisa reclamar menos e sugerir que melhore sempre mais.

Jéssica – você acha que o programa ECOFORTE contribuiu para o fortalecimento das redes? Em que sentido?

STPOrg/ECOVIDA – contribui no sentido de que permitiu que os membros da rede tivesse diminuído esse peso. Não financiou tudo, mas boa parte da dinâmica da rede foi estimulada pela existência e pela execução desse projeto. Acompanhamos a execução em duas ou três redes, e percebemos isso no relato de quem executou. Problemas houveram, mas...

Jéssica – lista pra mim então os pontos positivos e negativos dessa primeira edição.

STPOrg/ECOVIDA – Da primeira edição, o positivo foi a execução ser mais simplificada se comparados a contratos e outras formas de financiamento que a gente já conheceu. Especialmente aqueles do MDA, que eram via Caixa, eram contratos, enfim... Outro ponto positivo é que garantiu essa continuidade de ações dentro da rede, essa permanência. Os recursos não eram muitos, mas somados aos recursos internos da rede e outras fontes, inclusive dos agricultores organizados, ele permitiu que o trabalho continuasse. Porque um problema que enfraquece a dinâmica da rede é a falta de continuidade de ação, quebrar o seu calendário anual, por exemplo, em que está previsto ações locais, regionais e gerais. Como é o exemplo dos encontros dos grupos, dos núcleos e a plenária geral da rede, como é o caso do ECOVIDA. Essa dinâmica, quando é quebrada por algum motivo, enfraquece muito a rede. Por que a rede executa muitas tarefas e tarefas diferentes, desde as tarefas simples de troca, do apoio, do olhar externo, da visita de pares até a tarefa de manter a conformidade da produção, atendendo a exigência de cadastro, de emissão de selo, dos relatórios. A existência desse recurso na rede ajudou para que a dinâmica fosse mais perene e esse é um ponto positivo muito importante. De negativo têm algumas questões que são internas ao público da rede, como, por exemplo, a baixa compreensão da forma de execução, a troca de pessoas na governança nessa rede. Isso aconteceu em alguns casos. E de negativo, repetindo, o recurso pequeno, que daí não depende da vontade da rede e nem da dinâmica da rede. Centralmente são essas coisas que me ocorrem agora.

Jéssica – se você pudesse fazer sugestões de melhoria, quais você listaria?

STPOrg/ECOVIDA – primeiro, que o programa merecesse o nome de ECOFORTE. Então a gente precisaria aí, para o Brasil todo, hoje... muitas coisas mudaram né? Precisaríamos aí em torno de um bilhão de reais pro Brasil todo e não quinhentos mil [reais], ou seiscentos mil [reais] ou seiscentos milhões [de reais]. Nem muito menos vinte e cinco milhões [de reais]. Por que? Porque as redes não são só de agroecologistas puros, elas são de agroecologistas e a economia solidária, então a gente poderia desdobrar, poderíamos ampliar essa conformidade da rede. Então, primeira coisa é ter bastante dinheiro, a segunda coisa é ter muitos, além da Fundação BB e do BNDES, o ECOFORTE pode e deve ter outros parceiros para que esse dinheiro exista, mas principalmente para que mais relações institucionais fortalecessem a execução do ECOFORTE. Por exemplo, de modo bem simples, se o ECOFORTE tiver 1 bilhão e tiver várias relações institucionais envolvidas dentro do PLANAPO, ele pode capilarizar essa política pros estados e pros municípios. Então o ECOFORTE pode ser a nossa chave para abrir a sociedade pro PLANAPO. Para fazer a parceria com o governo de estado e seus órgãos, pra fazer as parcerias com os governos municipais e suas partes e os agroecologistas, ta? Então tu imagina o arranjo... Seria um sonho, né? Um arranjo numa relação institucional que capilarizasse a Política Nacional de Agroecologia e Produção de Orgânicos através da execução do ECOFORTE. Então isso é o sonho. Vamos sugerir isso na reunião da CNAPO.

Jéssica – existem territórios que deveriam ser priorizados?

STPOrg/ECOVIDA – existem territórios que devem ser priorizados. Os territórios em torno de áreas de conservação e preservação, os parques. Os territórios que estiverem contidos em APAS – as Áreas de Proteção Ambiental. Os territórios de fragilidade ambiental, como é o caso do Pampa e do Arenito Caiuá que são dois territórios que tem níveis já acelerados de desertificação. O cerrado e a região amazônica e, por fim, os territórios de baixa segurança alimentar e nutricional, como, por exemplo, o cinturão de olerícolas da região de São Paulo e das grandes capitais.

Jéssica – e existem redes de agroecologia nessas regiões?

STPOrg/ECOVIDA – existem. Redes pequenas, agora iniciando, mas que estão isoladas, não fazem uma ação muito integrada. São redes bem locais, redes de feirantes que começam a debater e organizar OCSs, alguns SPGs novos e gente que já faz agroecologia de alguma forma, mas não dá esse nome pra atuação. Como é o caso da população indígena, quilombolas e comunidades tradicionais, que fazem um jeito tradicional de viver e de produzir, mas que não chamam de redes de agroecologia, chamam de outra coisa. Então se a gente tiver uma ação pensada do Estado através desse programa, por exemplo, a gente pode alertá-los, ‘olha, vocês estão agindo em rede e estão fazendo agroecologia, de alguma forma. Venham pro PLANAPO!’. Isso também é uma questão que eu considero importante. Além disso, além do território nacional, a PLANAPO precisa pensar sua ação latino-americana, pelo menos, a relação Sul-Sul, com os outros SPGs, com o MERCOSUL e com a demanda crescente aqui na América Latina pela equivalência do marco legal para a conformidade, equivalência das leis nacionais. E isso dá pra fazer via ECOFORTE também, até porque o financiador da ECOFORTE é um tal de BNDES, metido a gastar dinheiro no mundo todo.

Jéssica – obrigada.

Entrevista: Rede Xiquexique 11/2017

J: Há quanto tempo que você faz parte da Rede Xiquexique?

E1: Já faz (uns) dez anos.

J: Dez anos. E ela – a Rede Xiquexique – faz parte do ECOFORTE? Ela foi uma das contempladas ou faz parte alguma outra Rede também vinculada ao ECOFORTE?

E1: Não, na primeira etapa não. A gente tá agora na segunda etapa... é... é no projeto aí.

J: É... E o que... Como você considera a importância das Redes de Agroecologia pra agricultura familiar? Pro agricultor familiar?

E1: É, a importância das Redes é... Tem uma papel muito importante e fundamental na vida dos agricultores, da agricultura familiar e na agroecologia, né? Porque a gente sabemos que a agricultura familiar é quem sustenta o nosso país. Então por isso essa importância e de também de fortalecimento da agricultura familiar, porque os pequenos produtores eles conseguem se articular em rede por isso tem esse papel muito importante, além da questão da saúde, do meio ambiente que a agroecologia tem um papel fundamental, né, no ciclo da vida.

J: E qual a importância das redes no âmbito da política nacional de produção orgânica e agroecologia?

E1: É...a importância da rede é ... a questão de articulação de fortalecimento entre as Rede. Nós sabemos, no momento atual, que a gente tá atravessando a dificuldade que temos enfrentado, principalmente a agricultura familiar. E nessa articulação em Rede elas têm conseguido se fortalecer mais, né. Apesar dos pesares, que nós sabemos que têm... tirado... a perda do direito, mas aí consegue sobreviver em Rede.

J: E pro desenvolvimento rural, qual a importância da Rede de agroecologia, especificamente?

E1: Pra importância do desenvolvimento rural a Rede de agroecologia ela tem um papel fundamental nessa articulação de fortalecimento na produção, né. Porque a gente consegue, independente do estado, do local aonde você esteja, nós sabemos que temos uma diversidade muito grande, principalmente no nordeste pela falta de escassez de água e tudo, a gente consegue articular produções: a produção tanto do norte pra o sul, quanto do sul pra o nordeste.

J: Você pode dá um exemplo de como isso acontece?

E1: No caso o nordeste ele consegue uma produção... é hoje a gente tem uma produção de arroz, na Chapada do Apodi, o arroz vermelho. É que a gente consegue transportar pra outro estado que não tem, como o estado de Minas que tem a produção de milho que no nordeste a gente não tem.

J: (Ah sim).

E1: Aí a gente consegue fazer essa ligação entre produção. Por isso que existe essa importância e o fortalecimento.

J: É... Pra você o quê que é importante pra fortalecer uma rede de agroecologia? O quê que é necessário?

E1: A importância é: manter as políticas públicas, né... No caso trazer de volta aquilo que a gente tinha conquistado que foi tirado. Outra é o programa de cisterna voltar, porque isso também impactou na produção.

J: Cisterna o que? A voltar, né.

E1: A voltar. E o outro é a sustentabilidade dos bancos de sementes crioulas.

J: Por que banco de sementes crioulas?

E1: Pra que a gente possa ter uma produção de qualidade, né? E garantir na... que dentro da agroecologia que não queremos semente transgênica.

J: E o quê que você acha que... Como você caracteriza uma Rede fortalecida? Você identifica: “essa Rede é fortalecida”?

E1: Uma Rede fortalecida se chama aquela Rede que não tem intervenção política, né... Que são os próprios agricultores que fazem o gerenciamento na Rede, né... Que eles mesmo possa ter a sua produção com a venda adequada, com um preço justo, saindo da sua produção sem atravessador. Isso é o que eu identifico que é uma Rede fortalecida: que é o próprio agricultor que tá levando o seu produto diretamente pra aqueles buscadores. Que a gente não fala que é “cliente”, mas sim “buscadores”, que são pessoas que participam da produção, são pessoas que conhecem de perto o que é agroecologia, que essa é uma importância muito grande. E o atravessador não tem, não tem essa visão. O quê que o atravessador tem? A visão do lucro. É importante pra agricultura familiar o lucro?

É. Mas o mais importante é: “como é produzido?”, e “pra onde vai?”, “quem é que tá consumindo aquele próprio lucro?”. Essa é a importância em uma Rede fortalecida: quando a gente sabe que a produção que a gente tá oferecendo é uma produção de qualidade e que o buscador também participa nessa produção dessa forma.

J: É... Outra pergunta: que ações devem ser financiadas pra poder fortalecer uma Rede? Para apoiar o fortalecimento de uma Rede? Que tipo de coisa deve ser financiada?

E1: Olha... No caso eu não vou falar só de um financeiro, é... de estrutura. Mas sim, começando pelas equipe de ATER, uma assistência técnica, é.. permanente, que isso falta campo. Não aquela assistência técnica que vai lá uma vez, fala com agricultor e vai se embora, mas sim uma permanente. Estrutura de maquinário no campo que falta, né? Porque na verdade a gente sabemos que governo, projetos que têm recursos financeiro não sai especificamente pra a produção do agricultor familiar. Isso é necessário, né? É... o agricultor no campo, além desse maquinário de produção, que nem trator e outros equipamentos, eles precisa também ter uma estrutura que a produção possa chegar até lá pra escoar essa produção pra o mercado. Uma estrutura adequada que nem camas frias, pra estoque de armazenar, né?

J: Hum, hum. Que territórios você acha que deveria ser priorizados pro fortalecimento das Redes?

E1: ((risos)) Agora você me pegou? Eu vou puxar sardinha pro meu lado, território do nordeste, né.

J: ((risos)) Ah, hã.

E1: O nordeste, ele realmente ele é bem massacrado nessa parte, é... O nordeste, apesar dos avanço que a gente teve que foi tirado, foi recuado, né... A gente necessita que seja olhado, com um olha mais específico em cada região do nordeste, que não é uma só, mas cada região tem sua especificidade, né.

J: É... Como é que você vê a atuação do ECOFORTE pro fortalecimento das Redes de agroecologia? O quê que eles falharam? O quê que eles deram certo? Como foi a execução deles na sua visão?

E1: É, primeiro lugar recursos, precisava ter mais, né.

J: Hum, hum

E1: Na minha visão foi pouco recurso. A outra visão, mesmo com esse pouco recurso, aonde foi executado o projeto fortaleceu a agricultura familiar agroecológica, né. Precisa ser mais expandido dentro da Rede de agroecologia pra que esse fortalecimento ele venha – como é que eu posso dizer – amarrar os laços melhores. E ser também mais divulgado.

J: Ser mais divulgado.

E1: É.

J: Você acha que teve... Porque, por exemplo, você falou que uma Rede fortalecida é uma Rede também autônoma, que os agricultores fazem o gerenciamento e têm um controle ali da produção e do escoamento. Você acha que foi possível as Redes terem essa característica dentro do ECOFORTE, ou teve alguma intervenção, assim, na forma de..

E1: Houve intervenção.

J: Houve.

E1: Houve intervenção. Porque como é projeto, como é projeto e realmente os agricultores não teve essa autonomia de fazer essa gestão, aí ...foge um pouco.

J: Hum, hum. E como vocês enxergam a questão da unidade de referência? Ela atende uma demanda da sociedade ou não atende o projeto que a sociedade civil gostaria pras Redes? Como vocês veem essas unidades de referência?

E1: Atende um pouco, né? O outro pouco... o outro pouco falta ainda. Ainda não atende a necessidade que as Redes têm dessa questão do recurso ter sido, na verdade cortado, né?

J: Então é só por uma questão de recurso, assim? Mas estruturalmente é interessante ter unidade de referencia?

E1: É.

J: E... você faria alguma sugestão de melhoria pro programa ECOFORTE?

E1: Eu acho que mais participação, né, do próprio agricultor dentro do ECOFORTE, de discussão. De discussão pra que eles possa dizer realmente o que eles querem. Que às vezes um projeto ele é feito sem a discussão do agricultor e a gente nem sabe se realmente é a necessidade que ele quer.

J: (Entendi).

E1: E quando ele vem pra dentro pra fazer essa discussão aí você pode fazer um projeto baseado naquela necessidade.

J: E você acha que essa segunda edição agora eles escutaram mais os agricultores antes de lançar o edital ou não?

E1: Não.

J: Era isso, obrigada.

Entrevista ABA – Centro-Oeste – 03/2018

JÉSSICA - Eu estou fazendo uma pesquisa sobre o ECOFORTE, com a orientação da professora Regina do IPEA. E aí eu queria primeiro, entender a questão de fatores importantes para o fortalecimento de redes de agroecologia e depois falar sobre o ECOFORTE. Então se você puder primeiro falar um histórico da sua trajetória com a agroecologia e depois dizer em que instituição você está hoje e se ela participa de alguma rede e qual a relação com redes, caso ela não participe de alguma rede específica.

ROGÉRIO - Bom, a minha ligação com agroecologia começou lá no início dos anos 80. Na época a gente nem usava muito essa terminologia, a gente falava em agricultura alternativa. O movimento era um movimento alternativo. A discussão era uma contestação ao modelo que estava se impondo na agricultura. Mas não tinha essa terminologia especificamente. A gente tinha diferentes locais que se identificavam com uma terminologia. Então, por exemplo, lá no Rio Grande do Sul, tinha um pessoal que já falava em agroecologia; lá em São Paulo se falava em agricultura orgânica; o Rio de Janeiro falava em agricultura biológica; nós aqui em Brasília criamos a Associação de Agricultura Ecológica. Então era assim, não era uma terminologia só. Eu te confesso que a primeira vez que eu tive essa nomenclatura assim identificada, foi numa publicação do Altieri, também dos anos 80, em que ele publicou um livro que se chamava *Agroecologia: bases científicas para a agricultura alternativa*. Era como se ele tivesse colocando a agroecologia como uma área do conhecimento que viesse dar base para aquilo que se dizia que a agricultura alternativa não tinha base científica, era tudo muito “achismo” né, uma coisa muito sem fundamentos. Então esse foi o primeiro contato que eu tinha com a questão da terminologia. Depois, é como eu te falei, aqui na minha atuação mais prática no Distrito Federal, ainda nos anos oitenta, em 1987, a gente fez o primeiro encontro de cultura alternativa. E nesse encontro, a gente discutia não só a agricultura alternativa, como medicina alternativa, construções alternativas, alimentação alternativa. A gente já fazia essa abordagem mais ampliada desse movimento. Foi quando a gente juntou um grupo de pessoas que estavam trabalhando nesse campo e criamos então a primeira feira de produtos da agricultura orgânica, ou da agricultura alternativa, e, a partir dessa reunião pra criar essa feira, a gente resolveu criar a Associação da Agricultura Ecológica – AGE, que existe até hoje. Então, esse era um espaço meu de atuação porque eu já era funcionário do Ministério da Agricultura, em que eu entrei em 1982. Mas no Ministério da Agricultura não tinha espaço nenhum para se trabalhar com isso. Então eu trabalhava nessa área, fora. Tanto na Associação dos Agrônomos – na época eu fui eleito presidente da Associação dos Agrônomos – eu fiquei dois mandatos, então foram 4 anos à frente da associação do DF e nesse período que eu fiquei lá a gente colocou a questão da agricultura alternativa como um dos nossos principais programas de trabalho. Porque, ao mesmo tempo em que a gente estava criando uma

discussão aqui dentro do DF, naquela época a FAEAB, que era a Federação dos Engenheiros Agrônomos que era formada pelas associações dos estados. A FAEAB era uma apoiadora dos encontros nacionais de agricultura alternativa, os ENAS. Então nós tivemos 4 ENAS na década de 80. Começou em Curitiba, depois teve em Petrópolis e depois em Porto Alegre e Cuiabá. E a cada dois anos tinha um EBA e a proposta era que nos Estados, as associações criassem as EBINHAS, nos anos alternados. No ano que não tivesse o encontro nacional, teria um encontro local. Então foi exatamente nesse primeiro encontro de agricultura alternativa que a gente fez, foi um desses EBINHAS, era uma preparação pra discutir o que seria levado para o Encontro Nacional. Então, esses ENAS, que tinham o apoio da FAEAB e depois que eu terminei os dois mandatos na associação daqui eu entrei na vice-presidência da FAEAB. Então eu fiquei como vice-presidente da FAEAB e aí eu continuei envolvido por uma entidade não governamental nesse processo, porque quando eu estava na FAEAB que teve a organização do EBA de Cuiabá, que foi o último. Aí depois disso eu continuei trabalhando nessa temática dentro da AGE, que é a Associação de Agricultura Ecológica do DF, em que a gente fazia as discussões, trabalhando pra aumentar o número de produtores, criar meios pra isso. Aí durante o ano... Em 1989 eu fui convidado pelo governo do DF. Porque em 1988 nós tivemos a Constituição... E com a Constituição de 1988 o DF passou a ter uma administração local e eleições, porque até então o governo era indicado pelo Presidente da República e ele não tinha autonomia política. O governador era indicado pelo presidente e quem fazia o papel legislativo do DF era uma comissão do Senado. E com a constituição de 1988, então, abriu-se para que o DF tivesse essa autonomia política. Então em 1989 nós tivemos eleições, foi uma preparação pras eleições em 1990, pra eleger o primeiro governo do DF. Só que com esse governo ainda indicado pelo presidente, na época o Presidente Sarney, me convidaram, porque como estava se estruturando o governo, iam criar uma Secretaria de Meio Ambiente no Distrito Federal. E a pessoa que estava organizando essa Secretaria me convidou, me conhecia por conta do trabalho com a associação de Agrônomos e da FAEAB, me convidou porque eles queriam alguém que entendesse um pouco da questão ambiental do meio rural. Porque naquela época a questão ambiental era muito pouco discutida. Falar em meio ambiente, falar em questões ambientais era pouco usual na sociedade. Então eles tinham muita dificuldade de encontrar pessoas que entendessem da questão ambiental rural. Aí me convidaram e eu fui cedido pelo Ministério da Agricultura pra ajudar a criar a Secretaria do Meio Ambiente. Escrevemos a lei ambiental do DF, criamos a lei 40 e a 41 – uma criava a Secretaria de Meio Ambiente e a outra criava a Lei Ambiental do DF – e eu acabei ficando no DF por um tempo, na Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, porque era uma secretaria só que cuidava das duas coisas. Aí eu fiquei à frente como presidente do Instituto de Ciência e Tecnologia do DF e nesse instituto o nosso papel era trabalhar o tempo todo com questões de tecnologias que fossem amigáveis com o meio ambiente e na lista dos assuntos, um dos assuntos que a gente colocou na pauta do instituto, era trabalhar a questão de manejo ecológico dos solos. Então nós tínhamos uma linha de trabalho de apoio à pesquisa, de apoio às capacitações e de eventos na área de manejo ecológico dos solos. E aí fiquei lá no DF... Aí, coincidentemente em 1992, foi quando o Ministério da Agricultura foi chamado a fazer uma legislação pra área de orgânicos, porque foi quando se começou a criar as legislações internacionais. União Europeia, Estados Unidos, Japão, começaram a criar legislações de agricultura orgânica. Aí o ministério foi chamado a fazer isso. Aí como eu não estava no Ministério, mas as pessoas do Ministério sabiam que essa era uma temática que eu atuava, me convidaram pra ajudar nesse processo e eu fiquei atuando como representante do Instituto de Ciência e Tecnologia na comissão que foi criada pra escrever a lei. Lei não, porque num primeiro momento foi uma instrução normativa, a Instrução Normativa nº 07, que foi publicada em Maio de 1999. Então esse processo de construção dessa norma, levou 7 anos. De fato a provocação foi em 1992, mas o grupo de trabalho foi criado em 1993 com pessoas que a gente levantou [os nomes] – eu conhecia muita gente e então indiquei o nome

de pessoas de várias partes do Brasil para ajudar a construir essa instrução normativa. E aí em Maio de 1999 essa Instrução Normativa foi publicada e aí, em dezembro de 1998 eu voltei pro Ministério da Agricultura. Eu fiquei no GDF de 1989 até 1998. Em dezembro de 1998 eu voltei, e aí quando em 1999 foi publicado e eu passei a, vamos dizer assim, ser o responsável pelo andamento e pela aplicação da Instrução Normativa publicada. Só que o Ministério não tinha estrutura nenhuma pra trabalhar nisso e então eu, que trabalhava na área de defesa vegetal, eu era responsável pela área de defesa, e eu acumulava a questão de orgânicos. Aí a gente já tinha a denominação de orgânicos pela Instrução Normativa. Só que essa Instrução se mostrou que ela não tinha viabilidade de aplicar e nós entendemos que precisaríamos trabalhar uma lei. Então aí foi quando a gente começou a mobilizar, pegamos o projeto de lei que tava tramitando desde 1996 e quando foi em 2002 nós conseguimos que esse processo saísse, que ele tava engavetado na Comissão de Agricultura da câmara, aí nos conseguimos por meio de uma audiência pública soltar esse processo e ele foi pro Senado e aí então no início de 2003, o projeto que era muito ruim, cheio de emendas, nós conversamos com o senador que era o relator do projeto e convencemos a ele se ele aceitaria apresentar um substitutivo. E aí criamos um grupo de trabalho com pessoas do movimento orgânico, agroecológico, biológico e tal; fizemos uma oficina em Campinas e nessa oficina de Campinas nós escrevemos uma proposta de substitutivo pra esse projeto lei. Apresentamos pro senador Aélton Freitas e pra surpresa nossa o senador pegou o nosso projeto que a gente escreveu com a sociedade, e apresentou como se fosse o substitutivo dele, não mexeu nada, apresentou na íntegra. Com isso, nosso projeto começou a tramitar, nós conseguimos tramitar em regime de urgência e acordos de liderança, passamos no senado e na câmara no mesmo ano e em dezembro de 2003, o presidente Lula sancionou, em 23 de dezembro sancionou a **Lei de Orgânicos**. Então nesse caminhar, a gente acabou tendo essa definição da questão de tramitar como agricultura orgânica. Quê que aconteceu nesse período de construção, que a gente pode considerar? Lá de 1992 até esse marco da legislação, existiam vários grupos que não concordavam e nem queriam que o Estado criasse lei, que o Estado controlasse nada e que o movimento tinha que continuar independente e foi aí, um pouco, que houve, vamos dizer assim, um caminhar afastando as pessoas do movimento e um grupo seguiu pelos orgânicos e um grupo seguiu, vamos dizer assim, pela linha do movimento agroecológico – uma coisa, assim, mais sem regras. Porque muita gente tinha uma crítica que o orgânico era uma coisa de negócios, era uma coisa de mercado. E realmente era, só que o entendimento que a gente tinha – e eu me coloco nesse grupo que achava importante ter uma legislação e ter regras – é porque a gente sabia que quem depende de mercado, quem precisa vender seu produto... Porque eu fui feirante muito tempo e a gente sabia da dificuldade que era você colocar o produto numa barraca que você fez um trabalho sério e um outro cara do outro lado da rua com uma barraca dizendo que também é orgânico porque ele tinha comprado no CEASA, e a gente não podia fazer nada. Então pra quem era do setor, quem vivia disso, quem produzia e tal, sabia a importância de ter regra, pra tirar a competição desleal. Só que tinha gente que achava que era muita regra, muito engessamento... Então, eu sei que de uma certa maneira, ao longo dessa década de 90 e início dos anos 2000, nós tivemos meio que um... algumas pessoas tomaram um rumo e outras tomaram outro, pessoas que estiveram no início, muitas, no mesmo movimento, mas que em certo momento, vamos dizer assim, houve um caminho diferente, trilhado diferente. Só que o entendimento, no meu caso e de algumas pessoas, era de que não era isso, era uma questão... Tanto é que quando a gente criou a Lei de Orgânicos, uma das coisas que eu coloquei pro Ministério da Agricultura, pro ministro da época, o ministro Roberto Rodrigues, é que eu não queria que o MAPA criasse uma legislação só para impor regras e punir, que a gente criasse um programa de desenvolvimento e a gente criou o Pró-Orgânico. O Pró-Orgânico entrou no PPA de 2004 a 2007. Foi o primeiro programa, vamos dizer assim, oficial, com lei, de apoio a esse segmento. Porque não existia nada, nunca tivemos nenhum tipo de apoio. E Pró-Orgânico tinha orçamento, tinha todo um processo pra gente trabalhar. E aí conseguimos, em

2005, em seguida, a criação da Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, porque a gente também queria ter um setor que pudesse se dedicar exclusivamente a isso. Porque até então eu cuidava de orgânicos, mas também cuidava de outras coisas porque eu tinha que tá dentro de uma das caixinhas do ministério. Aí nós conseguimos criar então a Coordenação de Agroecologia e foi quando eu comecei a poder montar uma equipe, começar a ter mais gente, e aí então a gente foi estruturando as coisas. Por que então nessa época a gente escolheu o nome Coordenação de Agroecologia e não coordenação de agricultura orgânica? Exatamente porque a gente queria ficar claro que a agricultura orgânica, a produção orgânica, era só parte do que o Ministério se propunha a fomentar, mas a gente propunha fomentar a agroecologia como um todo. Dentro da agroecologia, quem quisesse seguir pela via do orgânico pra comercializar e tudo mais, ótimo, tinha os caminhos, as regras e tudo, mas se a pessoa só quer usar os princípios e quer trabalhar dentro dessa questão, desenvolver mais, discutir e apoiar redes e apoiar, vamos chamar, a transição agroecológica, permanecerá ótimo, mesmo que o cara não resolva ser orgânico, mas se ele tivesse interesse em trabalhar numa transição agroecológica já seria um grande avanço pro país. Então por isso nós resolvemos botar o nome de Coordenação de Agroecologia e não coordenação de agricultura orgânica. Isso foi em 2005, aí nós começamos... já vínhamos fazendo todo um trabalho de articulação e dentro dessa lei de orgânicos a gente criou a figura das CPOrgs que são as Comissões de Produção Orgânica em todas as unidades da federação, e nesses espaços a gente começou a ter fóruns estaduais que iam envolvendo vários parceiros porque elas são paritárias, governo e sociedade – as CPOrgs. E a gente também criou dentro do Ministério da Agricultura uma Câmara Temática de Agricultura Orgânica. Dentro desses fóruns das CPOrgs e da Câmara Temática uma das coisas que foi tirada foi uma proposta de que a gente deveria ter uma política nacional de agricultura orgânica no Brasil, para que a gente pudesse juntar outros órgãos pra trazer pra esse trabalho, porque o programa Pró-Orgânicos era um programa só do Ministério da Agricultura. Então os outros ministérios, a gente conseguia um parceiro aqui e ali, porque a gente conseguia convencer da importância daquele assunto, mas era uma decisão pessoal, num era um compromisso institucional e a gente queria ter alguma forma de compromisso institucional. Aí nós fizemos na época, com o apoio do ministro Gilberto Carvalho, nós conseguimos fazer um café da manhã orgânico para o presidente Lula. E nesse café da manhã, que foi lá no Palácio do Planalto, colocamos tudo isso, tal, discutimos, e o Lula meio que deu uma carta branca pra gente propor a estruturação de um programa nacional. E aí me incumbiram, o ministro Gilberto Carvalho, que eu ajudasse a organizar isso. Tanto é que criar um programa nacional de agricultura orgânica estava no nosso PPA, porque como o PPA 2008/ 2011, nós colocamos no PPA a criação de um programa nacional de agricultura orgânica. Bom, isso foi caminhando quando num determinado momento essas, vamos dizer assim, lideranças do movimento agroecológico – e aí nós já tínhamos a figura da ANA promovendo os ENAs e tal, já tava uma coisa mais estruturada, já tinha ABA com os congressos brasileiros de agroecologia, já tinha uma coisa mais formalizada identificando quem falava pela agroecologia né. E aí houve a proposta que foi reforçada pela Marcha das Margaridas, já com a presidente Dilma, defendendo que deveria ter uma política nacional de agroecologia, e aí a presidenta assumiu esse compromisso e a ministra Izabela meio que assumiu uma liderança, na época pelo Ministério do Meio Ambiente, de coordenar esse processo pra construir uma política nacional de agroecologia. Quando essa demanda chegou ao Palácio do Planalto, que o Ministro Gilberto Carvalho me chamou e falou: “Rogério, e aí? Tem uma proposta de criar uma política nacional de agricultura orgânica ou vai ter uma política nacional de agroecologia. Não tem espaço pra criar duas políticas nacionais, de algo parecido. O que existe de possibilidade de fazermos uma coisa só?” Eu falei “olha, do meu ponto de vista é totalmente possível porque os princípios são os mesmos, o que se quer, no final é a mesma coisa, mas tem que se conversar com os movimentos”. E aí então foi marcada uma reunião aqui em Brasília, foi até no início da L2 norte, onde tem aquele centro da Igreja em que muitas

vezes fazíamos eventos ali, esqueci o nome... É Centro Cultural de Brasília, uma coisa assim... Foi feito um encontro de representantes do movimento orgânico e do movimento agroecológico e aí o pau quebrou. O Ministro Gilberto Carvalho estava presente, uns não queriam de jeito nenhum, como se tivessem se vendendo pro diabo ao se misturar agricultura orgânica com agroecológico, não sei o que... Mas na discussão e nas conversas, o que a gente sempre colocou foi isso, nós temos muito mais consenso do que dissenso, é preferível que a gente junte forças pelos consensos e aos poucos a gente vai tentando aproximar e resolver as questões do que a gente ficar se pegando pelas discordâncias. E aí então assumimos um compromisso de criar uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que foi a PNAPO. Então criou-se um grupo, eu participei desse grupo, junto com outras pessoas do Ministério do Meio Ambiente, do antigo MDA e gente da sociedade e começamos a escrever a proposta... Aí o pessoal da ANA fez umas oficinas de discussão nos estados e trouxe uma proposta de política e, nesse processo, que foi relativamente longo pra se chegar a uma proposta, mas chegamos e conseguimos então esse decreto de 2012 que foi sancionado pela presidente Dilma, lançando a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e em seguida, em 2013, foi criado o primeiro PLANAPO, o primeiro Plano Nacional. Que aí a gente juntou aquelas coisas que tinham chegado, que tinham vindo, viu o que o governo conseguia responder e atender das demandas da sociedade e aí se montou o primeiro PLANAPO e depois o segundo plano. Então esse é mais ou menos o histórico desse processo...

JÉSSICA: de como foi a construção disso tudo..

ROGÉRIO: Então, aí essa construção foi uma construção que logicamente não foi fácil, primeiro porque a gente tinha muitos ministérios que a gente trouxe pra política, porque tinham ações importantes, que não tinham envolvimento nenhum nem histórico nenhum com essa questão da agroecologia e da produção orgânica, mas a gente sabia que não dava pra avançar [sem]... A gente precisava do MEC, a gente precisava do MCTI, do Ministério da Saúde. A gente precisava de alguns órgãos que seriam fundamentais pras iniciativas. Então foi um processo de convencimento, e o ministro Gilberto Carvalho teve um papel fundamental, porque ele enquanto ministro, lá no Palácio, ele chamava as pessoas, chamava os ministros. A gente chegou a fazer reunião com 5 ministros presentes, coisas desse nível pra se chegar e ir superando as dificuldades, algumas divergências. Então não foi um processo fácil e logicamente sempre teve um processo em que, vamos dizer assim, o pessoal da sociedade civil não ficou totalmente satisfeito porque o governo nunca deu conta de responder na totalidade a demanda da sociedade, a sociedade sempre queria muito mais, e isso é natural, então o programa foi o que pode ser feito. Mas eu acho que o principal da questão da política, primeiro foi que ela provocou uma aproximação dos ministérios, de uma certa maneira, é, você conheceu um pouco mais o que cada um faz e o que haveria de potencial de apoiar essas ações. E houve também uma aproximação maior com a sociedade civil de ministérios que não tinham esse hábito, que não tinham essa experiência nem da temática e muito menos de trabalhar sob pressão da sociedade civil dos movimentos da terra, movimentos do campo. Porque a maior parte dos ministérios são muito urbanos, né, as pessoas têm uma tradição muito urbana de trabalhar as temáticas. Pega um MCTI da vida, o que que o MCTI tinha de experiência em trabalhar com as questões do campo? Então eu acho que esse lado, dessa aproximação, de criar o fórum da CNAPO, de a gente ter a possibilidade na CNAPO de... E também pela estrutura de ter as comissões temáticas pra tratar os assuntos de uma maneira um pouco mais aprofundada. E acho que isso foi um grande aprendizado pra todo mundo, pra sociedade civil a trabalhar com o governo e entender como o governo trabalha e os tempos e a forma como o governo coloca as coisas, e pro governo trabalhar com a sociedade civil. Foi extremamente positivo pra todo mundo. Agora, é lógico que uma coisa é o que a gente tinha – CNAPO e política – até um tempo atrás... A gente ainda no governo Dilma, antes do golpe e tudo mais, a gente já tinha um processo bem mais difícil, dentro do Palácio, dentro do governo de um tempo pra cá... Com a saída do

Ministro Gilberto Carvalho, aquelas mudanças todas né, a gente já tinha uma conversa na casa civil mais difícil, na secretaria de governo mais difícil... A gente já vinha passando... O PLANAPO II já foi construído num momento mais difícil. E outra coisa também, a gente teve uma mudança muito grande de atores no serviço público e isso foi muito prejudicial. Só pra você ter uma ideia, depois de um tempo, a única pessoa que restava lá, que tava desde o início e que conhece essa história toda, era eu. Não tinha mais ninguém de nenhum dos ministérios e nem de nenhum dos outros lugares. Todas eram pessoas que foram sendo trocadas. Por que? Porque em muitos órgãos, como essa temática não era uma temática que fosse parte da sua raiz, geralmente quem assumiu esses trabalhos, ou eram pessoas que estavam sendo contratadas como consultor ou estavam contratadas como cargo comissionado e pegaram aquela coisa porque tinham uma identificação pessoal, mas institucionalmente a cultura não existia. Então, quando essas pessoas foram saindo, porque mudou ministro, mudou os cargos comissionados, ou acabou os contratos de consultoria, as pessoas foram saindo e foram sendo substituídas. Então isso foi também um lado pesado, a gente perdeu muito por falta de uma capacidade de continuidade. Os únicos que tinham uma condição de dar continuidade éramos nós do Ministério da Agricultura, porque nós tínhamos criado a Coordenação de Agroecologia. E aí não era só eu, eu tinha uma equipe com 10 pessoas na coordenação de agroecologia, todos funcionários concursados, todos com estabilidade, ninguém saindo a toda hora, não tinha isso. Então a gente tinha uma forma de ter a memória da discussão. “Ah, como começou os núcleos de agroecologia nas instituições de ensino?”. Nós sabemos a história inteira porque nós participamos desde a primeira construção, hoje não tem mais ninguém no governo que tenha participado do começo do processo. A mesma coisa quando a gente começou a discutir a questão do ECOFORTE. Hoje, as pessoas que começaram essa discussão, não tá mais ninguém no governo. Muito dessa história acabou se perdendo dentro da CIAPO. A CIAPO, mais do que na CNAPO, porque a CNAPO, de uma certa maneira, tem atores da sociedade civil que ainda são os mesmos, então eles têm um pouco dessa história, então ajuda a manter um pouco... Apesar de muita gente também já ter mudado, mas alguns ainda estão lá. Mas na CIAPO não, a CIAPO agora com a minha aposentadoria, acho que não restou ninguém mais que tenha participado... Eu acho não, eu tenho certeza que não tem mais ninguém que saiba como tudo isso começou.

JÉSSICA: Nem o Rogério Nelvawd é dessa época?

ROGÉRIO: Não! O Rogério entrou muito depois. Quem era que fazia o papel do Rogério era o Selvino Heck. Então, assim, não tem ninguém no governo, ninguém que tenha acompanhado esse processo desde o início, desde a construção lá atrás. Não tem mais ninguém. Então, isso é uma pena porque se perde um pouco o porquê das coisas, porquê que isso deu certo ou não deu certo. Muito é preciso voltar na história, entender o porquê se foi por aqui e não se foi por ali, porque só se avançou até aqui e não se avançou mais. Porque muitas vezes você tentar de novo a mesma coisa que lá atrás se fez e viu que não ia funcionar e não funcionou. Então, eu acho que a gente perde isso. E, logicamente, a gente tá vivendo um outro momento. Porque eu acho, assim, naquela época, eu acho que a gente teve um pouco mais de jogo de cintura. Eu acho que se hoje tentássemos criar uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, não conseguiria criar, nem pelo governo que tá aí e nem pela aproximação das partes. Eu acho que as divergências se tornariam muito mais... Porque... Naquela época a gente conseguiu juntar várias pessoas com mais jogo de cintura. E outra coisa também, não é que as pessoas de antes eram melhores do que as de hoje, mas é que a gente tinha gente que tinha, vamos dizer, uma certa bagagem de história, que dava um pouco mais de confiança de fazer a negociação. Porque você sabe que não era uma coisa só de boca, era uma coisa que as pessoas tinham vivência. Então isso, de uma certa maneira, te dava um pouco mais de facilidade de aceitar. “Não, a gente sabe... Conhecemos a figura de tantos anos”. Então, eu acho que isso hoje seria bem mais difícil de se fazer... bem mais difícil o processo. Mas agora, eu acho que a própria CNAPO, na sua discussão,

quando teve o golpe ano passado e aquele desespero de ‘vai desmontar tudo’... Eu acho que as discussões que a gente fez em conjunto com o CONSEA e o CONDRAF, que a gente fez vários encontros ampliados dos conselhos e da comissão, da CNAPO, uma das coisas que a gente tinha claro é que a gente tinha que pegar agora esse momento e ser um momento de resistência. Avançar, seria muito difícil avançar, mas a gente tinha que tentar brigar para não deixar retroceder, ou retroceder o mínimo possível. Criar meios de tentar manter o que foi alcançado e ganhar fôlego. E aí, entra... Eu dei essa volta pra chegar na importância das redes. Porque a gente, claramente... O processo não poderia ficar para ter essa resistência se fosse um processo de só meia dúzia de gatos pingados que participam dos eventos nacionais. Se a gente não tivesse feito com que essa base de resistência tivesse fortalecida nas origens... E a única maneira de fazer isso seria fortalecendo as redes locais. Tanto é que quando a gente discutiu de botar na PLANAPO o apoio às redes, existia, num primeiro momento, uma proposta de ‘vamos criar uma rede nacional’... Nada disso! Antes precisamos fortalecer as redes locais, a existência de uma rede nacional tem ser uma consequência do sucesso das redes locais que vão se transformar em redes regionais e vão acabar se articulando em numa rede nacional. Porque não adianta nada a gente criar uma rede nacional, artificial, se ela não tiver base, se ela não tiver raiz. Acho que isso foi uma decisão super acertada. E aí o ECOFORTE passou a ser o carro chefe desse processo, quando a gente construiu o PLANAPO I e estava com ele já mais ou menos desenhado, eu me lembro bem dessa reunião que a gente fez lá na Secretaria Geral, na época anda do ministro Gilberto, a conversa que a gente teve foi exatamente assim: nós precisamos de um meio pra fortalecer as redes. Temos que dar um meio. Por que? Com todo o processo que ocorreu ao longo dos tempos, que tornaram inviáveis os convênios com entidades da sociedade civil, porque as regras ficaram tão malucas, tão exigentes com uma história de ‘você ter que fazer tudo que era gasto por meio de preção’, era o suicídio das entidades, principalmente das pequenas, tentarem pegar recurso por convênio. Então isso já foi uma coisa meio que proposital pra você desarticular os grupos menores e tal. E aí a gente pensava “não, a gente tem que dar um jeito de apoiar as redes, porque as redes precisam se encontrar, elas precisam se articular”. E aí foi quando surgiu essa questão de aproveitar a iniciativa que tinha existido do CATAFORTE, que foi criado dentro da visão de viabilizar uma organização de catadores dentro da política nacional de resíduos sólidos. O que fazer com os catadores com o fim dos lixões? Surgiu a ideia do CATAFORTE como um apoio aos grupos de catadores e tal. Pela experiência do CATAFORTE a gente, conversando com a Fundação Banco do Brasil e com o BNDES, surgiu a ideia de fazer então um ECOFORTE, que seria uma maneira de ter recursos pra apoiar essas redes locais, com um recurso que seria não reembolsável, uma doação. Aí então usando recurso do fundo social do BNDES e da FBB. Aí foi quando fez-se essa articulação e conseguimos colocar o ECOFORTE dentro do PLANAPO. Pra mim, assim, se pegar assim, “o que que do PLANAPO I – que foi a base de tudo – o que que tinha de mais importante?”. Aquele monte de iniciativas, não sei o que, muita coisa legal, tal. Mas pra mim, pessoalmente, os dois pontos fundamentais do PLANAPO eram o ECOFORTE e os Núcleos de Agroecologia nas instituições de ensino. Porque as duas ações que davam viabilidade a essa formação de redes na base. De viabilizar o reforço do trabalho de base. O ECOFORTE pela organização de redes da sociedade e os editais de núcleos pra viabilizar juntar a questão do ensino, pesquisa e extensão de uma forma regionalizada e interiorizada, porque aí na hora que você joga isso pra campus de Universidade ou pro Instituto Federal, você tá jogando um apoio pra uma rede local, porque como exigia o trabalho dos editais de ensino, pesquisa e extensão, tem que acontecer, essa extensão tinha que ser com as comunidades que estão dentro da área de atuação daquela instituição de ensino. Então essa é uma maneira também de fortalecer e ao mesmo tempo aproximar os núcleos de diferentes instituições em torno de eventos, intercâmbios e tudo mais. Então pra mim essas duas ações do PLANAPO I eram as duas chaves do processo. E pra mim isso ficou muito claro quando vem esse desmonte e essa desestruturação de

governo, principalmente depois do golpe aí quando depuseram a Dilma, mas antes um pouco já era porque, como eu te falei, a gente já tinha uma negociação que não era tão fácil nesse final de governo Dilma. É só ver... A ministra Kátia Abreu, tudo que se propunha era uma dificuldade andar com ela. Então a gente já não tinha o Gilberto Carvalho lá dentro pra fazer aquela ponte que ele fazia. Então o final do governo Dilma já foi um momento mais complicado, mas aí depois do golpe a coisa desandou mesmo. Então pra mim esse momento mais difícil confirmou aquele sentimento que eu tinha que o ECOFORTE e os Núcleos eram duas coisas que dentro dessa visão de que nós temos que ter algumas coisas que nós vamos brigar pra não deixar retroceder, o ECOFORTE e os núcleos tinham que tá nisso. A gente pode até não conseguir muito por uma iniciativa aqui, e outra ali, mas essas duas tem que ser nosso ponto de honra de garantir a continuidade delas. Porque aí entra esse lado da importância que é a gente ter um trabalho de base... A gente garantir que a articulação local continue acontecendo porque aí é que você tem um fortalecimento. E quando a gente teve agora o Congresso Brasileiro de Agroecologia aqui em Brasília, que a gente viu a quantidade de trabalhos inscritos, 5000 participantes, a gente vê o resultado de como a PLANAPO foi importante. Porque o salto não só quantitativo, mas qualitativo do congresso, a diversidade de temas discutidos com participação de diferentes setores e grupos de pessoas, agricultores, estudantes, professores, técnicos, sociedade em geral. Então eu acho que o congresso mostrou muito isso, mostrou essa capacidade da temática de agroecologia ocupar um espaço maior. Agora, logicamente, a gente não vai ter a mesma condição que teve pra fazer o Congresso que vai ter pra fazer o ENA de Minas Gerais, agora, de Belo Horizonte. Porque agora os cortes orçamentários que aconteceram nos órgãos públicos com essa nova LOA é brutal né. Então de fato é um grande desmonte mesmo, porque você tá cortando os recursos. Então eu vejo agora que a luta é essa: como ter dinheiro pra continuar com editais de núcleos, como é que a gente garante dinheiro do BNDES e da FBB pra continuar tendo o ECOFORTE. Alguns desses a gente vai ter que fazer um esforço monstro pra não deixar parar, mas certamente vai ser um ano duro. Aí, de novo, vem a questão: quanto mais difícil for o ano, mais importante é o trabalho da base, mais importante é a gente ter uma base de resistência pra conseguir, vamos dizer assim, numa chance de nas eleições a gente ter uma mudança de quadros um pouco mais favorável, a gente ter uma base que consiga vir e já alavancar e já arrancar, pra você não ter que pensar assim “vamos ter que começar tudo do zero de novo!”. Se a gente mantém as redes articuladas, se a gente mantém o trabalho, é mais fácil da gente dar uma continuidade, da gente dar uma nova arrancada, sem ter que começar de novo, né. Você ia me perguntar alguma coisa e eu te cortei.

JÉSSICA – Na verdade eu ia perguntar: nesse processo de construção do ECOFORTE, ele foi participativo? As redes tiveram também espaço nesse momento de diálogo de construção da política? Elas conseguiram trazer algumas características que elas mesmas consideravam fundamentais na construção do PLANAPO e do Programa ECOFORTE, por exemplo?

ROGÉRIO - como eu te falei, na construção da PLANAPO a gente teve coisas concretas. A ANA entregou uma proposta, com diretrizes, com ações, com iniciativas, tudo. Ela mandou uma proposta concreta, grande, consistente e tal. Logicamente como eu te falei, muito dessas coisas não puderam ser incorporadas porque estavam além do que a negociação dentro do governo permitia. Mas de toda maneira, no PLANAPO, sem dúvida nenhuma, houve uma participação o tempo todo. Ele foi construído em conjunto... Logicamente como é um plano de governo, a palavra final é do governo. Então a sociedade nunca vai dizer que tá concordando com aquele plano, se cortou pontos que eram considerados importantes. Por exemplo, o PLANAPO I, de cara o governo cortou, a Casa Civil cortou que tivesse o eixo terra/território. Então era um ponto, porque a reforma agrária era um ponto-chave dos movimentos sociais e ficou de fora, foi retirado. O governo falou “não, se tivesse terra/ território nem adianta continuar a discussão que não vai”. Então essa era uma decisão do Palácio. Então a sociedade entendeu que era melhor ter um plano sem terra/ território do que não ter um plano. Tinha

coisas que não tinha espaço pra negociar, mas várias outras coisas teve espaço pra negociar, pra ser colocado dentro da visão da sociedade. E o ECOFORTE, o que eu te falei... O ECOFORTE, foram dois momentos, um momento foi o de construção política, de viabilizar isso. Porque aí tinha que se convencer o BNDES e a Fundação BB de entrar nesse jogo. Então aí foi muito mais um papel... Que aí eu digo claramente que o Gilberto Carvalho foi chave nessa história, o Gilberto e a equipe dele, foram fundamentais nesse processo. E aí a gente teve uma discussão inicial falando um pouco de como seria, eu participei dessas reuniões lá no Palácio quando se estava construindo essa primeira ideia, esse primeiro, vamos dizer assim, arcabouço do que deveria ser. Mas depois quando definiu “vamos ter o ECOFORTE” e como ele vai atuar, como ia ser o edital, o que ia contar pontos, como ia fazer a pontuação, aí já foi com a participação da sociedade. Os representantes da sociedade indicaram pessoas, aí foram várias reuniões de trabalho junto com a Fundação Banco do Brasil e BNDES, pra gente chegar nos pontos que criavam o que seria o edital. Porque a chave era o edital! O edital é que iria definir quem teria acesso ou não aos recursos. Então o fato político de criar o programa, a sociedade não tinha porque ser contra, porque uma das grandes demandas da sociedade, quando se começou a se discutir a criação de uma política era criar algo como era o PDA. PDA era um programa antigo que Ministério do Meio Ambiente tinha, que era assim, também com recurso a fundo perdido, como se chamava na época, que ia pra redes locais, pra grupos de produtores, de extrativistas. Era um projeto com muita flexibilidade na forma de usar o dinheiro. Eram outros tempos! Isso é coisa lá do início dos anos 90. Mas a sociedade que tinha experimentado o PDA, dizia assim: “a gente quer algo tipo PDA!”. Aí quando se falou pela primeira vez, “não, a gente tá vendo a possibilidade de criar algo pelo BNDES”, aí foi uma... “mas o BNDES é banco! Nós nunca vamos acessar, as entidades não vão ter acesso!”, ninguém acreditava que pudesse fazer alguma coisa via BNDES. Diziam “não, nós queremos algo que não seja bancarizado”, e tal. Mas como esse recurso é um recurso do fundo social, não é um empréstimo do BNDES, é um dinheiro que o banco não gosta de falar em doação, ele fala “é um dinheiro não reembolsável”. Mas você não reembolsa o dinheiro, mas você tem que mostrar o resultado desse dinheiro, da aplicação desse dinheiro no social. Porque, afinal de contas, o BNDES tem um fundo social pra isso, pra fazer o seu lado social. Então tem que ter algo que seja visível o resultado da aplicação desse dinheiro. E aí, então, o edital tinha esse objetivo de como criar algo, mas que ao mesmo tempo que era bem... Vamos dizer assim, uma certa disponibilidade de usar um pouco de criatividade e imaginação, mas ele tem que ter coisas concretas que pudessem ser aferidas, pudessem ser verificadas. E aí se criou essa história de criar as unidades de referência, porque seria uma maneira de você dizer: “olha, aquela rede, se você for lá, você vai ver isso”, tem alguma coisa concreta... E uma outra coisa, que era exigência do banco, que essas atividades, por mais que elas não fossem necessariamente uma atividade econômica, mas ela tinha que fomentar o desenvolvimento econômico daquela comunidade, daquele grupo. Ela tinha que tá melhorando a possibilidade daquela comunidade de se viabilizar sem necessidade de amparo do governo. Você não pode dizer assim: “vai ser um projeto que o dia que o dinheiro acabar, acabou!”. A ideia é: tem que ser um dinheiro aplicado de tal maneira que ele crie algo na região, que independente de ter dinheiro, a região já vai ter mudado, você vai ter outra característica. E outra coisa que tava muito clara também na negociação, tanto é que quem assinou o ECOFORTE foram as duas, a Fundação BB e o BNDES, mas por outro lado, vários ministérios assinaram como contraparte. Por quê? Porque a combinação era de que nos territórios de atuação dessas redes, os ministérios parceiros – não só ministérios, porque a EMBRAPA também era parceira – esses órgãos parceiros teriam que direcionar ações suas pra ajudar que esse desenvolvimento regional acontecesse, esse desenvolvimento territorial. Então a ideia era algo assim, eles até brincavam de chamar as zonas quentes. Então se aqui tem uma zona quente porque tem PAA, aqui tem PNAE, aqui tem uma ação de reforma agrária, então ali era uma ação que, chegando o dinheiro do ECOFORTE, ele vai ajudar a fazer com que esse conjunto de ações de políticas públicas

deem resultado. Então o ECOFORTE seria uma forma de complementar o esforço das políticas públicas. Então tinham alguns pré-requisitos desse tipo que apareceram na pontuação e tanto é que se você olhar a avaliação do ECOFORTE I que está sendo feita, ainda não está finalizada, mas, já tem uma boa parte dela finalizada, você vai ver que nas avaliações que o banco cobra é um pouco isso: o que esse recurso... o que que essas redes do ECOFORTE conseguiram proporcionar em termos de mudanças locais. Por exemplo: o que uma rede dessas conseguiu fazer em termos de uma mudança numa legislação do estado ou do município, no aumento das contas governamentais naquela região, o que se transformou em melhoria da alimentação escolar, em uma maior participação de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar? Então assim, um pouco de indicadores que são indicadores concretos. Não ficar só assim no “A rede se organizou melhor”. Mas o que é uma rede se organizar melhor? Como é que eu avalio o resultado de uma rede que está mais organizada? Aí se busca identificar quais seriam esses pontos. Podem ser pontos concretos, tipo: se criou uma cooperativa que hoje tem não sei quantos agricultores participando e com isso melhoraram sua renda, melhoraram sua viabilidade de comercialização, pode ser uma coisa assim. Mas também pode ser em ganhos desse tipo: por conta dessa organização, se criou uma política municipal e essa política municipal está fazendo com que tenha mais compra pra alimentação escolar, fazendo com que tenha assistência técnica do município aos agricultores que trabalham com agroecologia. Então, assim, são várias coisas que podem, de alguma maneira, indicar o sucesso desse apoio à rede.

JÉSSICA - Entendi. Essa, inclusive, era uma das minhas perguntas: como é que você caracterizaria uma rede fortalecida? O que seria uma rede agroecológica fortalecida e o que seria importante para o fortalecimento dela? Que tipo de apoio se pode dar para de fato fortalecer uma rede?

ROGÉRIO – Então, olha só, logicamente a gente tem redes e redes. A gente tem que considerar assim, por exemplo: a gente tem redes do ECOFORTE que foram redes que não eram pré-existentes, eram grupos que se juntaram, porque como você tinha que fazer uma pontuação, quanto mais agricultores participando... Tinha uma série de coisas que contavam ponto. Então o que houve em alguns casos? O pessoal juntou, e isso é um fato importante, juntou grupos e transformou esses grupos numa rede, mas não era uma rede tradicionalmente já existente. E em outros lugares não, a rede criada era uma rede já existente, ela já existia, já tinha uma identidade, já existia, vamos dizer assim, uma maneira de funcionar. Então logicamente que o processo não era igual pra todos. E aí, conseqüentemente, o resultado da rede, depois que acabou o dinheiro e acabou o período de execução daquela coisa, você vai ver ter redes que você vai dizer assim: “essas redes que avançaram mais”. Agora, o que que a gente consideraria desse lado que você fala, do que que é o mensurável? Um pouco é isso, por exemplo, qual é a capacidade que essa rede tem hoje, de continuar organizada? Você vai pegar algumas redes do ECOFORTE que hoje têm uma dificuldade enorme de se encontrar. Por que? Ah, porque as reuniões eram viáveis porque tinha dinheiro público pra viabilizar os encontros. Esse é o problema! Porque, por exemplo, uma coisa é você pegar uma rede do DF que tá todo mundo num raio de 80 km. Agora você pega uma rede na Amazônia, que você tem grupos de produtores que estão a 7 dias de barco do outro, se você não tem dinheiro por trás pra viabilizar os encontros, os deslocamentos, a alimentação, essas coisas todas, você meio que torna impossível que aquela rede continue trabalhando articulada. Então não dá pra fazer uma avaliação só e também não dá pra dizer que aquela que continua organizada, esse dinheiro foi mais importante do que a que não continuou organizada. Por isso, assim, eu acho que a gente tem que tomar muito cuidado na avaliação, porque às vezes, por exemplo, aquela rede não se mantém com aquela estrutura toda, mas os grupos isoladamente estão fortalecidos e melhoraram. Por que? Por conhecer, esse todo, conhecer o que os outros fazem, melhoraram a sua viabilidade, melhoraram a sua forma de agir, de atuar. Então eu acho que é uma avaliação que tem que ser uma avaliação com muita sensibilidade desse processo. Pra gente não correr o risco de entrar numa coisa muito física, que pro banco é fundamental, a gente entende, o

banco só enxerga assim... E aí não é nem uma questão das pessoas que estão à frente do ECOFORTE no banco, é as pessoas que estão por trás e que garantem se a gente vai ter mais ou menos dinheiro, porque esses que estão à frente que vão convencer os que estão acima, que decidem se vai ter dinheiro ou não. E aí o argumento que ele tem que usar pra cima não é, muitas vezes, o argumento que o convenceu. Ele, ao visitar o assentamento tal e ver aquilo diz ‘puxa vida é fantástico’, mas como eu digo isso pro cara que esta lá no banco, dentro da sede, e que não tem a menor sensibilidade pra isso? Então a gente entende um pouco...

JÉSSICA: Eu ia comentar que é um pouco dos desafios que a gente tem com os NEAS hoje em dia também. Que a gente vê o resultado lá, mas tem que sintetizar isso em números...

ROGÉRIO: ...pra garantir o dinheiro. Isso, é a mesma coisa. Então o desafio é porque tem, a gente poderia dizer assim: a gente tem resultados materiais e imateriais. Então como que a gente faz com que esse imaterial mostre seu valor, mostre a sua importância, é mais difícil, bem mais difícil. Mas eu acho que de uma certa maneira a gente tem um problema seriíssimo, dentro da PLANAPO, a gente viu isso muito claramente, dentro dos órgãos públicos que compõem a CIAPO, muito claramente: a dificuldade que temos pra lidar com dados, indicadores, sistematizar dados, monitorar dados. Isso sempre foi o calcanhar de Aquiles de todo o andamento. A vida inteira, a parte de monitoramento, de avaliação, de relatórios, prestação de contas, sempre é o mais difícil, sempre. Então esse ainda é um ponto muito mal resolvido dentro das políticas públicas em geral e dentro do PLANAPO não tenho nem dúvida que é um grande desafio: como a gente vai melhorar essa avaliação. Mas eu acho que a gente tem algumas coisas que dão um certo ânimo de achar que deu resultado, tanto é que, a princípio, a gente conseguiu que o BNDES e a Fundação se mantivessem mesmo depois do golpe e tudo mais, eles mantiveram uma proposta de dar continuidade ao ECOFORTE. Talvez a gente tenha dificuldades em montante de recursos, e tal, de viabilizar recursos mais significativos, mas de toda maneira, não dá pra desprezar...vamos dizer assim, de uma certa maneira, que exista uma continuidade. É a mesma coisa com os NEAS, se a gente conseguir continuar tendo editais, mesmo que para atender um número... Por exemplo, ano passado, nesse último edital, o recurso dava pra mais ou menos 100 projetos, mas tinham 450 projetos inscritos. Então, é claro que o dinheiro está muito aquém da demanda, isso ficou muito claro na resposta da sociedade ao edital. Por outro lado isso é bom, porque temos argumentos pra mostrar pros órgãos e pro CNPq, “olha aqui, é uma temática que, se a gente tivesse dinheiro, nós poderíamos hoje estar com 450 núcleos funcionando. Olha que grande avanço que a gente estaria tendo na discussão da temática de agroecologia! Então ele nos deixa com um pouco mais de argumento pra negociar. Mas no caso da rede ECOFORTE a gente vai ver aí, né. Porque a gente teve aí essa chamada agora. Eu não sei exatamente quantos projetos, como eu saí do governo, eu me aposentei, eu não sei se teve alguma reunião da Comissão Coordenadora, da Comissão Gestora do ECOFORTE, não sei se teve alguma.

JÉSSICA: Não.

ROGÉRIO: Não teve, né? Então, porque eu imagino que Fundação BB já tenha um número de quantos projetos foram apresentados, porque o prazo já acabou. E aí vai entrar na questão de avaliar a qualidade desses projetos, não sei se esses projetos... eu não sei se estão melhores ou piores do que o anterior. Até porque ele tem uma característica diferente um pouco do que foi o outro. E outra coisa, quanto mais burocracia no projeto, mais entidades ficam meio desanimadas pra apresentar uma proposta, porque tiveram pessoas que se desgastaram muito na gestão do projeto anterior. Aí essas pessoas muitas vezes dizem: “não, eu não quero mais tocar. Se mais alguém da rede...” Porque você queira ou não queira, por mais que seja uma rede, alguma entidade tem que assumir as rédeas, e é essa entidade que presta contas, é essa entidade que fazer relatórios. Eu vi algumas redes que tiveram dificuldades porque nenhuma entidade queria ser a cabeça. “Não, eu fui do outro, não quero mais não! O que eu gastei do meu tempo pra poder fazer...” Então, eu não sei, a gente tem que conversar com a

Fundação Banco do Brasil pra saber qual foi o resultado dessa chamada. Espero que tenha tido uma demanda grande! Porque do mesmo modo que os NEAS, acho que isso ajuda a defender o projeto se a gente mostra que existe demanda. A pior coisa que tem é você fazer um edital, e um edital dar vazio, dar meia dúzia de gatos pingados, porque dá a impressão de que não precisa mais fazer, que não tem demanda pra isso. Aí você dá um argumento pra parar com aquele projeto, né.

JÉSSICA - Pensando nisso também, o que você apontaria como sugestões de melhora pra segunda edição do ECOFORTE?

ROGÉRIO - tem coisas que são do ponto de vista do próprio edital, da burocracia e tudo, que é um pouco mais complicado, porque entra coisas que eles dizem que são regras... Porque a gente tinha uma posição da Fundação BB antes e depois que tiveram aqueles problemas lá atrás, que destituiu toda a direção, todo mundo, caíram os diretores todos, não sei o que... O pessoal começou a ter muito mais exigências burocráticas do que era pra ser lá no início e isso pras entidades é um problema, principalmente pras redes de agricultores com menos apoio, com menos esclarecimento, é muito mais difícil. Então você acaba dificultando a participação de redes menores. A gente tem que tomar cuidado pra não acontecer no ECOFORTE o que acontece, por exemplo, com as chamadas universais do CNPq no campo científico. A reclamação de toda universidade menor é de que o dinheiro vai quase todo pras famosas, então uma UNICAMP da vida, pega o dinheiro dos projetos que apresenta porque eles têm um currículo e as faculdades novas não conseguem nunca aprovar projeto porque não tem currículo, só que nunca vão ter porque se nunca dá chance deles aprovarem um projeto, nunca vão ter. Então temos que tomar cuidado pra não trazer pra dentro do ECOFORTE, por exemplo, uma regra dessas, pois aí as mesmas entidades pegam sempre, porque já têm currículo e uma imagem boa, “Ah, não, aquela entidade aplicou bem o dinheiro!”. Então a gente tem que tomar cuidado pra não ter uma avaliação muito influenciada por essa capacidade já demonstrada. Mas ela de repente demonstrou exatamente por isso, porque é uma entidade mais estruturada, que já tem mais apoio... Então, esse, pra mim, é um dos grandes desafios, é como fazer pra que as menores, as menos organizadas, não acabem sendo totalmente desmontadas, porque senão a gente vai ficar fortalecendo os que já são fortes. Então a gente tem que ter meios pra fortalecer os mais fracos e que muitas vezes não vão ter as melhores pontuações. Então a pontuação não pode... Tomar cuidado para que a pontuação não seja algo que venha a ser excludente. Porque, por exemplo, ter uma rede com mil agricultores no sul do Brasil é mais fácil, porque você tem uma rede ECOVIDA que tem 4.000 membros e elas têm toda uma estrutura montada. Agora se você pegar uma rede de mil agricultores na Amazônia, pelas distâncias, é muito mais difícil! Então se eu tiver um apoio... Às vezes uma rede de 100 na Amazônia pode ser mais significativo do que eu estar apoiando uma rede de 1.000 sul. É por isso que a gente fez no ECOFORTE I aquela seleção que a princípio as regiões concorriam entre si, cada região concorria dentro, então todos da região concorriam no norte... Nordeste, Centro-Oeste... E aí tinham três escolhidos de cada região e depois que tivesse esses três de cada região é que concorreriam entre todos, porque era uma maneira de fazer uma competição mais leal, pra exatamente não estar concorrendo todas as redes do sul com as redes do norte e do nordeste, por exemplo, que estivessem menos organizadas. Então esse foi um dos caminhos que a gente encontrou pra dar um pouco mais de possibilidade de uma concorrência leal, fazendo uma concorrência diferenciada, meio que tratando os desiguais de forma desigual, e não como se fala aí de fazer todo mundo igual.

JÉSSICA - eu tenho mais três perguntas. A primeira delas é: de uma forma geral, você acha que a primeira edição da ECOFORTE, de fato, contribuiu para o fortalecimento das redes?

ROGÉRIO - Ah, eu não tenho dúvida disso! Eu acho que se a gente não tivesse tido a ECOFORTE no PLANAPO I, nós não tínhamos chegado nem perto dos avanços que se chegou e, principalmente, na construção da resiliência às crises. Eu acho que esse, pra mim, é o ponto mais forte. Mais importante até do que dizer assim, ‘essas redes ajudaram a que as outras iniciativas do PLANAPO se

materializassem também’, não. Não consigo nem fazer muito essa avaliação de quanto que as redes do ECOFORTE contribuíram pras outras iniciativas, mas na capacidade de arranjo local e resiliência, a falta de apoio das políticas públicas, eu acho que ela foi fundamental. Ela foi e continua sendo, está sendo fundamental, pras essas negociações, pra essas discussões e até pra continuidade de algumas políticas públicas. Porque, por exemplo, se você tem grupos de resistência que tão forçando prefeituras nas compras governamentais; você tem grupos de resistência que estão brigando pela PAA; você tem grupos de resistência que tão brigando dentro da criação de políticas estaduais e municipais fazendo articulação com o legislativo local... Então eu acho isso são resultados claros e fundamentais do apoio às redes, ter viabilizado que essas redes se sentissem mais seguras, e tal. E, lógico, teve algumas que tiveram avanços no campo da comercialização, da industrialização, que aí também tem outras formas de avaliar isso, medir isso. Se eu pego uma rede como a COPABASE, tem uma cooperativa que...Você pode perguntar quantos daqueles produtores passaram a conseguir ofertar muito mais produtos a partir de que eles tiveram um apoio pra montar sistemas agroflorestais, que aumentou a capacidade de fornecimento de frutas pra polpa de fruta que a indústria deles faz. Muito! Você vai pegar o produtor que antes entregava tantas caixas de frutas, hoje está entregando 3, 4, 5 vezes mais... Diversificou frutas, aumentou a capacidade de ter frutas em diferentes épocas do ano. Então tem umas que você consegue ver claramente um lado material de viabilidade econômica dos agricultores e tudo. Mas outras, eu acho que é muito mais no campo do empoderamento político, do empoderamento da sua autogestão. Então teve esse papel, que não dá pra não reconhecer o papel do ECOFORTE nisso.

JÉSSICA - você acha que existem territórios que deveriam ser priorizados na questão do fortalecimento das redes?

ROGÉRIO - essa foi outra discussão grande. Porque, por exemplo, a gente vinha de um histórico, principalmente no MDA, da história dos territórios da cidadania, de que a prioridade deveria ser daqueles territórios em que você tinha uma população mais carente, mais necessitada... Por outro lado, na discussão com a própria sociedade civil havia um receio, que se você filtrasse pra aí, você tinha menos chance de sucesso na aplicação dos recursos. E se você não tivesse sucesso, você tinha menos chances de convencer da importância da continuidade. Então, que não se deveria fazer um recorte tanto por aí, seria mais interessante que a gente conseguisse ter dentro das redes, grupos de pessoas que estão nesses territórios, mas não fechar pra que esse recurso fosse só pra esse tipo de território. Porque aí seria uma maneira de dizer assim, “olha, eu tenho um território em São Paulo, que está dentro do território de cidadania de uma determinada região, mas eu tenho, em compensação, em São Paulo, locais que já tem uma organização, tem uma rede atuante”. Então, de repente, o que a gente precisa é trazer esse grupo que está nessa situação e incorporar dentro dessa rede pra que esses outros atores aqui já mais organizados e com mais capacidade de fazer a coisa acontecer, ajude a esse grupo. Eu to citando um exemplo de São Paulo por causa da ANC, que tem na região de Campinas um trabalho e eles botaram dentro da rede uns assentamentos que tão numa distância enorme de Campinas, mas eles botaram esses grupos e tá fazendo um papel importante ter essas pessoas aqui mobilizadas, o que elas tão conseguindo levar pro outro lado, o que estão conseguindo trazer pra esses outros que estão em uma região de conflito, numa região de briga com os grandes plantadores de cana. Então aqueles agricultores lá sozinhos talvez não iam ter forças pra fazer as coisas acontecerem, mas como eles têm o apoio de gente e de grupos e organizações que já estão mais estruturadas, já estão mais politizadas, já sabem melhor os caminhos de embate por onde passa, às vezes é mais produtivo do que se você tivesse feito um recorte em que só quem ia ter dinheiro seria o grupo lá que está na situação de conflito. Então, eu acho que tem que ter um meio termo, tem que valorizar na pontuação você ter esses grupos, e isso foi colocado no edital, contar pontos e essas coisas dentro da valorização, pra ser uma forma de estímulo pra também de novo você não se cair na história da elite, né, das ONGs de elite ou das redes de elite, que têm capacidade e então vão pegar tudo. Eu acho que a sabedoria é

fazer um misto na pontuação de que você contar com esses grupos dentro da rede conte pontos, mas que não seja exclusivo pra esses grupos. Porque aí eu acho que a chance de muita coisa não dar certo por falta de cabeças e lideranças que entendem um pouco esse caminho... Porque queira ou não queira você está lidando com dinheiro público. Então se você não fizer uma boa gestão, a chance de isso depois ser usado como argumento... Porque as prestações de contas são complicadas, por mais que tenha-se tentado desburocratizar, é burocracia, fazer os relatórios é complicado. Então se você tem uma comunidade em que a maioria é analfabeto, ou semianalfabeto, e você dizer que tem que fazer aquele monte de relatório é uma sacanagem. Eu acho que a sabedoria é como juntar um pouco isso. Não fazer o recorte fechado. E outra coisa, é isso também, mesmo se a gente não considerasse os territórios da cidadania, mas se considerasse, por exemplo, o outro lado, territórios que você já tem a coisa mais organizada e que qualquer dinheirinho que entre dá uma arrancada enorme. Porque essa é a outra tentação. “Ah, vamos pegar o pessoal lá da Semente da Paixão lá da Paraíba, eles já tem uma baita de uma organização, vamos jogar dinheiro lá, porque ali a gente sabe que vai dar certo!”. É a história que eu falei do dinheiro da pesquisa pras grandes universidades. Então se você selecionar redes que já são históricas e já são consolidadas, Rede ECOVIDA no sul, ali você diz “ah, ali se botar dinheiro, vai acontecer, não tem falha, não tem dúvida!”. Mas e aí? A gente vai mudar o panorama do país, vai mudar o quadro das regiões? Então, assim, eu acho que a gente não pode ir nem pra um lado e nem pro outro. Não pode cair pras redes que a gente sabe que são fortes, mais organizadas, que a gente sabe que vai dar resultado, nem ir só para aquelas que estão na pindaíba total. A grande sacada é se a gente consegue fazer com que essas redes incorporem as duas situações, incorporem pessoas que estão num ritmo e no outro.

JÉSSICA - por último, já que você se aposentou – você era do governo, qual é a instituição que você faz parte hoje?

ROGÉRIO - hoje eu estou na vice-presidência da região Centro-Oeste da ABA, que é a Associação Brasileira de Agroecologia, nessa gestão que começou agora em Janeiro. E na questão local eu faço parte da Associação de Agricultura Ecológica, voltei a atuar como produtor na minha chácara que eu tenho há 30 anos, eu venho mantendo ela... E agora estou tendo tempo pra retomar os trabalhos da chácara, e também pra ter uma participação mais local, porque como eu tava envolvido no ministério e na política nacional, o meu tempo era muito mais dedicado à questão nacional, aos grandes temas nacionais e eu tinha muito pouco tempo pra me dedicar às questões locais. Então um dos compromissos que eu fiz comigo mesmo e com o pessoal daqui é que agora eu dedicaria uma parte do meu tempo pra uma construção local, de fortalecimento do trabalho aqui da região. Não só do DF, mas do DF e entorno, assim, de uma área que, de uma certa maneira, faz parte dessa rede local. A gente tem uma coincidência que a gente tem aqui na região do DF e entorno, a gente tem várias redes do ECOFORTE. Inclusive com sombreamento, assim... Sobrepõem municípios. Tem municípios hoje que estão em mais de uma rede ECOFORTE e um dos desafios que eu acho que a gente tem é, vamos dizer assim, de como fortalecer um trabalho cooperativo entre as redes e aí otimizar um pouco esse trabalho. E é uma das coisas que eu tô me propondo a tentar ajudar a fazer. Agora, logicamente, pela ABA, por tá na diretoria da ABA, um dos principais desafios pra mim e que eu fiz com o resto da diretoria e com o presidente, com o Romier – que é o presidente atual da ABA – quando me convidaram era trabalhar muito com o fortalecimento dos NEAs, dos núcleos. Otimizar a articulação, o potencial que a gente sempre esperou desses núcleos, porque esses núcleos, a princípio, são o público direto da ABA, né, da Associação Brasileira de Agroecologia, já que ela é uma entidade científica, uma entidade que se propõe a fortalecer o campo da ciência na área da Agroecologia e tudo mais. Então pela ABA eu tenho um pouco um papel, que não deixa de ser nacional e também regional. Acaba que por eu ser o vice-presidente aqui do Centro-Oeste, mas estar sediado em Brasília e conhecer muito o funcionamento do governo, eu acabo sendo útil pra ABA pras articulações nacionais

também, porque precisa ter alguém aqui. Então eu tenho feito muito pontes com o Congresso, com os órgãos do governo, com o próprio Ministério Público, eu tenho ajudado um pouco nessas articulações pra aí a ABA e a ANA, que a ABA faz parte da ANA, então a gente acaba fazendo parte da ANA também. Então, é um pouco isso aí.

JÉSSICA – Muito obrigada pela entrevista!

Entrevista UNICAFES 11/2017

Jessica: É... Bom, não sei se vocês preferem fazer individualmente ou cada um responde.. É porque, pra mim, é importante fazer com as instituições, então a UNICAFES, a FASE...

UNICAFES: Um levanta depois a Cidinha assume.

Jéssica: Beleza.

UNICAFES: aqui é Generos.

Jéssica: Há quanto tempo você tá na UNICAFES, Generosa?

UNICAFES: Desde a fundação da UNICAFES.

Jéssica: Isso faz quantos anos?

UNICAFES: 2005.

Jéssica: 2005... E a sua... Ela faz parte do... Ela foi beneficiada nesse último edital do ECOFORTE? Esse último não, na primeira edição do ECOFORTE?

UNICAFES: Não.

Jéssica: Não?

UNICAFES: Não.

Jéssica: E vocês tão ligadas de alguma forma ao ECOFORTE?

UNICAFES: A gente tá ligado porque assim, por exemplo, é... Por exemplo, na Rede Nordeste, por exemplo, a gente tem cooperativas nossas que fazem parte da Rede Nordeste, então indiretamente tá beneficiada também pelo, né... que fazem parte da feira, que fazem parte das coisas aí, né. Então, é também faz parte. Lá na... na... no... na Paraíba também tem cooperativas nossas que estão na, na articulação é... é... da... da, na articulação da agroecologia e que faz parte da UNICAFES, que é filiada a UNICAFES. Então indiretamente você, as nossas cooperativas acabam sendo beneficiadas, né.

Jéssica: Entendi... É.. Como é que você classifica a importância das redes de Agroecologia pra agricultura familiar e pro desenvolvimento rural?

UNICAFES: Então, eu acho que quando você trabalha em Rede você tem mais condição de ser visto, de ver a sua volta o que tá acontecendo, que é a experiência da troca com os outros, de conhecimento, de saberes, né. Então a rede te proporciona isso. E na questão da comercialização, a comunicação é muito mais rápida, através da Rede.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Né, da troca. Agora mesmo eu tava no interior ali do Rio conversando com o pessoal. ((Eles disseram:)) Não, mais aí nós pegamos os produtos do fulano de tal lá, da... da...da associação tal, né. Então quer dizer isso facilita, né. A Rede tem essa, essa capacidade de comunicar.

Jéssica: Entendi. E pro... Especificamente pro desenvolvimento rural, assim, qual importância naquele território pro desenvolvimento?

UNICAFES: Então, a.., a importância de Rede é exatamente essa porque ela...

Jéssica: da articulação.

UNICAFES: ... da articulação, da Rede, de trabalhar em Rede porque consegue dialogar enquanto território, né. Você consegue se ver enquanto território e não enquanto é... município isolado ou enquanto empreendimento isolado, né. Então ela dá essa... essa cara e ... e essa estrutura de territorialidade. Acho que eu vejo dessa forma!

Jéssica: Hum, hum. E qual importância das Redes no âmbito da política nacional de agroecologia, na... no PLANAPO e na PNAPO?

UNICAFES: Eu que acho que assim... Eu acho que assim, a importância que.. Você falou? Repete, desculpa porque eu prestei atenção nele.

Jéssica: A importância das Redes de agroecologia tanto no âmbito da política nacional quanto especificamente no plano nacional de agroecologia.

UNICAFES: Hum, hum. Então porque as Redes, por exemplo... A gente que tá na ANA, por exemplo, a gente consegue, é... é ter um mundo de informação. A gente consegue fazer coisas juntos, né. A gente consegue enfrentar as questões das políticas públicas, né. A gente consegue fazer sugestão junto, consegue fazer reivindicação conjunta. Então a Rede tem esse papel, né... de representação política que a ANA hoje em dia cumpre esse papel com a gente, né.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Então pra nós, do ponto de vista da... das políticas públicas, é muito mais fácil você fazer a reivindicação de forma conjunta do que você fazer a reivindicação de forma individual. E a Rede, por exemplo, hoje a Rede de agroecologia ela vai desde o sindicato, da associação, né, da ONG, da universidade, do centro de pesquisa e daquele agricultor que tá individual lá sozinho, ele também, tá naquela rede.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Então ele vai desde as experiências é... Dialoga com as institucionalidades e dialoga com a pessoa individual.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: É uma coisa que é... uma experiência que não exclui. Não é porque eu quero ser um agricultor lá individual, sozinho, desenvolvendo uma experiência, que eu não posso tá na Rede de articulação de agroecologia. Ela não me obriga estar em uma entidade...

Jéssica: Num empreendimento.

UNICAFES: ... ou num empreendimento, né. Mas também valoriza essa questão desse empreendimento.

Jéssica: Entendi. E... Vocês participaram... A UNICAFES participou da construção do PLANAPO? Como foi? Vocês tiveram alguma participação na concepção do próprio ECOFORTE também, por exemplo, ou não?

UNICAFES: Então a UNICAFES...

(pausa – interferências externas)

UNICAFES: Então onde é que nós paramos?

Jéssica: ((risos)) Se vocês participaram da construção do ECOFORTE, do PLANAPO?

UNICAFES: A nossa participação do, da construção do ECOFORTE foi é... é... é... ainda antes do... do... do... do PLANAPO, né da gente entra no PLANAPO.

(pausa – interferências externas)

UNICAFES: Antes da gente participar do PLANAPO propriamente dito, né, a gente já tinha um diálogo com a Fundação Banco do Brasil, que sempre apoiou e tal. Então nós fomos chamados pra discutir, né, o ECOFORTE naquela época.

(pausa – interferências externas)

Jéssica: Aí você disse que vocês já dialogavam a FBB.

UNICAFES: É, já dialogavam.

Jéssica: E vocês foram convidados...

UNICAFES: É a gente já dialogava com a Fundação Banco do Brasil e, naquela época Gilberto Carvalho, né...

Jéssica: Secretário geral.

UNICAFES: ... foi super importante! Secretário geral... Convocou todo mundo que a gente conhecia e tal e a gente foi pra essa primeira discussão lá na possibilidade de um projeto voltado pra... pras Redes. Ainda não se tinha direito o que era, mas a ideia era fazer um edital saindo a partir da... da Fundação e do BNDES, né.

Jéssica: Hum, hum. E quem mais participou desse, desse encontro?

UNICAFES: Eu lembro que tinha Capina.

Jéssica: Hum.

UNICAFES: ... que tinha AS-PTA, que tinha UNICAFES, que tinha FETRAF, que tinha CONTAG, que tava o Ronaldo lá. Tinha alguém do movimento indígena e do movimento negro. Tinha bastante gente! Foi um Seminário de um dia inteiro lá na Fundação Banco do Brasil, esse primeiro Seminário!

Jéssica: E foi voltado mais pra agroecologia, esse Seminário em específico?

UNICAFES: É, já com essa, com essa compreensão.

Jéssica: esse foco nas Redes?

UNICAFES: Foco nas Redes, “o quê que a gente vai fazer”, e tal. Mas quem ajuda mesmo, dá essa cara de “não, o edital tem que sair pra Rede”, é a CNAPO. É a CNAPO que teve esse papel mais incisivo de... Porque a grande dificuldade que a gente tem das outras chamadas é exatamente essa, né, de trabalhar com as Redes. As... as chamadas querem trabalhar com o individual...

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: ...com o empreendimento individual, né. E o ECOFORTE não. O ECOFORTE acredita que é possível, né, reconhecer um trabalho em Rede.

Jéssica: Sim...

UNICAFES: Aposta nisso.

Jéssica: Bom. E... Na sua visão, assim, como é que... O que caracteriza uma Rede fortalecida?

UNICAFES: Uma Rede fortalecida é quando você vê os empreendimentos... os participantes dos empreendimentos mudando sua vida e dialogando, fazendo coisas conjuntas. Aí você vê a Rede tá fortalecida, tá funcionando. Por exemplo: uma feira bem sucedida é uma Rede fortalecida. Porque na feira ali tem várias experiências, né, que vem, que dialoga, que pensa junto como é que ela vai funcionar, que pensa no regulamento dela, que pensa tudo isso... Então isso eu considero uma Rede fortalecida, né. Eu acho que o ECOFORTE tem essa característica de investir, né. Às vezes o empreendimento tá precisando só de um empurrãozinho, que é um caminhãozinho pra poder botar os produtos dele lá e pegar o do vizinho, mais do outro, e do outro, né.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Tá faltando só isso. Bota só isso. Entendeu?

Jéssica: Então pensando nisso, o que você, na experiência que você teve assim... Quais são os principais instrumentos que podem ser financiados pra fortalecer uma Rede, por exemplo?

UNICAFES: É, eu acho que os equipamentos de transporte é superimportante, os equipamentos de beneficiamento da produção, também é superimportante. E agora: tem que ter o custeio. Pra que? Pra fazer o diálogo. Porque não adianta você falar “eu vou te dar um caderno pra você escrever a estrutura”, como se fosse a sua estrutura de caderno, mas eu não te dou condições de você pegar um transpor... um ônibus e ir lá encontrar com o outro. Eu não vou garantir, por exemplo... Às vezes é preciso você garantir o que? A alimentação e hospedagem daquelas pessoas pra passar dois, três dias lá discutindo a estrutura, como ela vai funcionar e tal. Então isso é custeio.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Então tem que ter custeio! Tem que ter assistência técnica, tem que ter alguém que acompanhe, tem que ter esse suporte técnico.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Aí você consegue. Porque não adianta você achar que, né, entrega... Porque, assim... Assim, em governos... Os governos anteriores já fizeram. Vai lá e constrói uma mega indústria, mas não dá a capacitação pros agricultores de como movimentar aquilo. A agroindústria tá pra cima da capacidade dos agricultores e aí quando você é... É como se você tivesse um quilo de arroz e uma panela de cinco quilos. Você consegue cozinhar um quilo de arroz dentro de uma panela de cinco quilos? Não, o arroz vai ficar perdido ali e você não vai conseguir fazer. Vai dar... Vai te dar um trabalho desnecessário, então você vai desistir daquilo. É o que acontece! Os governos anteriores fizeram muito isso, né. Lá...O BNDES mesmo tem essa visão: “não vamos dá um caminhão”. Às vezes não precisa de um caminhão, ele precisa de um Fiorinozinho, um negócio pequeno.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Porque o grupo dele é um grupo pequeno, porque um caminhão quebra, o caminhão dá trabalho e o caminhão, o caminhão dá, né....

Jéssica: ...são custos também...

UNICAFES: ...não entra no ... não chega lá na roça. Então pra você... Eu vi mesmo agora, subindo pra Paraíba do Sul, o caminhão tem que parar lá embaixo e o pessoal tem que levar os produtos na carroça pra botar no caminhão. Entendeu? Porque o caminhão não consegue chegar na roça. Se ele tivesse uma Pick-upzinha pequena, potente pra roça...

Jéssica: Chegava lá...

UNICAFES: Resolveria com muito mais rapidez e tal. Mas essa compreensão de que basta dar um mega equipamento pros agricultores resolve a vida deles, é um equívoco, né.

Jéssica: Sim.

UNICAFES: E o ECOFORTE não. O ECOFORTE tem essa característica que você pode pedir uma coisa média, mas você pode pedir também uma coisa pequena, né. A gente tá construindo lá a proposta do ECOFORTE e aí as pessoas querem: “não, o empreendimento precisa de que?”, “Não, a gente precisa de uma embaladora, só isso! O resto a gente já tem, a... a coisa de banana a gente já tem.” Onde faz a banana onde beneficia e tudo já tem. Mas precisa pro produto sair agora a vácuo, bonitinho, embaladinho, melhor embalado do que elas fazem embalando na mão, dobrando e colando durex pra segurar.

Jéssica: sim.

UNICAFES: Entendeu! Se ela tivesse uma maquininha que ela bota ele e já sai lá do outro lado, ele sai embaladinho. E não é tão caro, né! Vai custar aí dez mil reais. Pronto! Resolveu a vida sem você precisar uma coisa mega.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Então é nesse sentido que eu acho que o ECOFORTE tem o papel importante. E, assim, aquele empreendimento que recebe ele não tá recebendo o benefício sozinho. Ele tá recebendo um benefício pra todo mundo que tá naquela região, naquela Rede ali.

Jéssica: E como você vê essa questão das unidades de referências, assim? Elas foram realmente uma demanda da sociedade, quando vocês estavam construindo o programa? Ou como vocês veem essa questão? Era realmente isso que vocês desejavam?

UNICAFES: A gente, a gente tem... tem um pouco dessa questão das unidade de referência, mas eu acho fechado demais você fechar em uma unidade de referência.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Entende. Porque tem umas que ainda não são referência e tão começando, né. Tem aquelas que já estão lá na frente. Aí não, “essa aqui tá começando e não pode ser unidade”... Pode ser que o empreendimento que tem dez anos não andou tanto como um que começou. Entendeu?

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Então...

(pausa – interferências externas)

UNICAFES: Então assim, eu acho que as unidades de referência são importantes, mas não dá pra fechar só nas unidades de referência, sabe.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Porque às vezes você vai, pro... vai, vai deixar de beneficiar uma comunidade importante que tem um outro tipo de dinâmica, mas que ainda não tem essa unidade de referência.

Jéssica: E que territórios você acha que deveriam ser priorizados pra... pro fortalecimento das Redes?

UNICAFES: Você me pegou, me apertou sem me abraçar ((risos)).

Jéssica: Todo mundo fala isso!

UNICAFES: Apertou sem abraçar... Eu acho que o... os territórios das comunidades indígenas.

(pausa – interferências externas)

Jéssica: Os territórios das comunidades indígenas...

UNICAFES: É... Eu acho que precisa... E aí tá, por exemplo... O território das comunidades indígenas são os territórios que mais têm dificuldade de receber esse apoio porque a... a lógica deles...

Jéssica: É diferente.

UNICAFES: ...não se encaixa na lógica do BNDES e da Fundação. O que pra eles é referência, pro técnico que lê projeto não é. E aí? Eles vão continuar sem apoio. Por isso que eu falo não dá pra fechar, por que você corre um grande risco de excluir quem de fato precisa do edital. Quem de fato precisa desse... do ECOFORTE.

Jéssica: Hum, hum. Então, assim, de uma forma geral, você acha que nessa primeira edição o ECOFORTE foi capaz de fortalecer as Redes? E se você também sugeriria alguma coisa pra melhorar. O quê que ele não conseguiu ainda realizar, mas que ele ainda pode melhorar?

UNICAFES: Eu, eu não tô... A gente ainda... A gente vai experimentar no concreto o ECOFORTE agora, com a nossa região lá do sudeste. Do Rio de Janeiro, especificamente, a gente vai experimentar agora a construção em Rede do projeto, né. Mas, assim, da experiência que eu tenho ouvido as pessoas falarem... A gente na reunião da ANA, a gente tem dialogado bastante, as experiências têm sido muito ricas, né, muito interessante. Experiência do pessoal que tá executando.

Jéssica: Hum, hum.

UNICAFES: Agora que poderia é... melhorar, eu acho que essa coisa do engessamento dessa visão que a Fundação tem de que pra você investir só se for em equipamento físico, né. O palpável na cabeça deles... isso poderia ser menos... menos radical, sabe?

Jéssica: Hum.

UNICAFES: Isso ajudaria muito mais a participação das organizações, a parte da cultura, a parte de outros... outros conhecimentos que não tá no carro, no computador, no, no... né.

Jéssica: Hum, hum. Tá no, na convivência.

UNICAFES: Tá na convivência.

Jéssica: Era isso, brigada.

UNICAFES: Tá bom! Agora a Cidinha vai assumir.

Jessica: Valeu!

Entrevista FASE 11/2017

Jéssica: Hum. É Cida, Aparecida?

FASE: Fátima, Aparecida de Fátima.

Jéssica: Além da... Você participa da ANA há quanto tempo já?

FASE: Desde que a ANA é ANA também.

Jéssica e FASE: ((risos))

FASE: ANA fez quinze anos.

Jéssica: Quinze anos.

FASE: Mas eu trabalho na Fase.

Jéssica: Na Fase?

FASE: Hum, hum. Você sabe o quê que é Fase?

Jéssica: Não.

FASE: Fase é uma ONG. É a ONG mais antiga do Brasil que trabalha com educação popular, direitos humanos. Ela fez cinquenta e seis anos.

Jéssica: Hum.

FASE: Tem a sede no Rio de Janeiro e tem seis programas regionais. Um dos programas, desses programas regionais, é uma regional em Mato Grosso, onde eu atuo há dez anos.

Jéssica: Sim, e... é.

FASE: Lá em Mato Grosso.

Jéssica: É ligado a agroecologia também?

FASE: Sim, sim nós trabalhamos agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais.

Jéssica: Hum, hum. E qual a relação da sua – no caso aí ficou difícil é a Fase e a ANA. Qual a relação que você tem com o ECOFORTE?

FASE: Então.

Jéssica: ...com as Redes de agroecologia?

FASE: Nós... Apresentamos um projeto pra o ECOFORTE pela... A Fase foi a âncora, mas a Rede chama-se GIAS que é um Grupo de Intercâmbio em Agroecologia do estado do Mato Grosso. Nós somos da coordenação desde a criação dessa Rede.

Jéssica: Hum hum.

FASE: É uma Rede que integra ONGs e movimentos... que têm um foco, um trabalho na agroecologia. E esse grupo existe há dezesseis anos, então ele é mais velho que a ANA inclusive. E nós fizemos o projeto com o primeiro edital do ECOFORTE.

Jéssica: E vocês foram contemplados no primeiro?

FASE: Fomos, o nosso projeto foi um dos mais completos. Viu! Com muito orgulho!

Jéssica: Ainda não sabia não.

FASE: Você pega o ranking lá!

Jéssica: ((risos))

FASE: Centro-oeste: como a gente disputou pelo Centro-oeste, tinha vários projetos. Tinha pessoal aqui do Goiás, de que a gente nem nunca ouviu falar, que participou. E aí nós tentamos fogo... Nós tínhamos indígenas, quilombolas, todos aqueles que pontuavam, nossa Rede é bastante heterogênea...

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Por isso que eu falo, entendeu?

Jéssica: Tem mais ou menos quantos... Porque não é só uma Rede de empreendimentos, né? Têm ONGs, tem... Mas quantos empreendimentos teriam na Rede hoje?

FASE: Então na época nós colocamos, aderiu a Rede trinta.

Jéssica: Trinta.

FASE: A gente nem chama de empreendimento, isso é coisa da economia solidária...

Jéssica: É que eu...

FASE: A gente chama... fala mais em organizações de base. Na época foram trinta.

(pausa – interferências externas)

Jéssica: É... Trinta organizações, então, aderiram na época que vocês apresentaram o projeto...

FASE: Ah há.

Jéssica: E qual importância que você vê das Redes de agroecologia pra agricultura familiar e pro desenvolvimento rural?

FASE: Ah, eu acho fundamental! Por mim, a gente... Quando a gente vai fazer discussão nesses ambientes de agricultura familiar que não tem agroecologia você, você percebe a diferença do que é... De quem já tem aí um trânsito, já tem um histórico na discussão da agroecologia. Porque a relação com a terra é outra, a relação com as pessoas é outra, né.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Então, é uma agricultura... São agricultores mais empoderados do ponto de vista do conhecimento, das relações, das políticas públicas. Então eu acho que trabalhar com o público... E não é só eu que comento, as pessoas que vão fazer pesquisa com os... com os agricultores que são ligados às Associações, que são ligados à Rede de agroecologia, sabe que é um outro nível de compreensão, né. Eu acho que a discussão da agroecologia leva muita informação pros agricultores e as agricultoras.

Jéssica: Hum, hum. E, e isso contribui de que forma pro desenvolvimento rural, assim? O desenvolvimento territorial?

FASE: Ah, acho que contribui em todos os aspectos, né, tanto de fortalecimento político. A questão da produção, da relação com os consumidores. Então eu acho que faz com que haja um engajamento, um envolvimento da sociedade em geral, né.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Que contribui pro desenvolvimento da comunidade... do assentamento.

Jéssica: É, e qual importância das Redes de agroecologia no âmbito da Política Nacional de Agroecologia, e especificamente do PLANAPO.

FASE: Importância da?

Jéssica: Das Redes...

FASE: Das Redes.

Jéssica: ... Redes de agroecologia.

FASE: É, eu acho que... Quando se pensou o plano – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, PLANAPO – já se imaginava que a discussão se daria nas Redes, a importância de... Por exemplo: pra desenvolver o plano, as ações de formação todos necessariamente precisariam passar por dentro das Redes né? Porque não se faz agroecologia isolada, não se faz agroecologia sozinho. Então...

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Mesmo que seja pra uma participação do poder público, mas as redes são fundamentais pra você executar um plano, né.

Jéssica: Hum, sim.

FASE: Que são ações... A maioria das ações são ações coletivas. Então, isso... as Redes contribuem pra juntar as pessoas e fazer discussão.

Jéssica: Você tava no... no início, do surgimento do ECOFORTE?

FASE: Sim.

Jéssica: Como é que foi esse processo?

FASE: No início foi um pouco conturbado, assim. Não, a gente sabia que tava sendo alocado. Foi discutido na ST Conheci...ção, (ST) Produção, que seria... Tava se trabalhando na possibilidade de alocar recursos que viesse da Fundação e do BNDES. Mas, assim, não era uma coisa discutida como participação efetiva nossa, da sociedade civil. De dizer assim, não: “Ah, essas pessoas estão lá pra ajudar pensar o formato”. Quando nós ficamos sabendo, de uma das plenárias, foi de que... o programa tava pronto, né, que ia ser lançado o edital. Não tem... não teria os recursos que estavam pensados inicialmente, que eu lembro que era de setenta e cinco milhões, mas só ia ter vinte e cinco milhões

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Isso foi um choque pra nós porque na época a gente imaginou que pra atender todas as Redes de agroecologia no âmbito da ANA, isso não... esse recurso não seria o suficiente. Tanto que não foi, mesmo.

Jéssica: Hum, é não atendeu nem todas as selecionadas, né.

FASE: Exatamente!

Jéssica: Mas a...

FASE: A partir desse momento começou a haver uma preocupação da Fundação de trazer a discussão. Claro que a gente não conseguiu influenciar muita coisa porque o formato é aquele. Nós ficamos super assustados com aquela coisa de ter que apresentar três orçamentos, pra fazer... pra apresentar proposta; de ter que ser documentos todos com fotocópia autenticada, umas coisas assim, que era só quem tinha dinheiro no momento que conseguia participar, né pra uma Associação...

Jéssica: Hum, hum.

FASE: ... fosse então uma Rede pequena... só de documento e de..

Jéssica: E que isso continua, né.

FASE: É, agora tem que fazer cópia simples, não é? Depois dá uma olhada. Eu tenho quase certeza. Quem tá cuidando disso é a outra colega lá. Mas aí a gente começou a perceber também que a Fundação é uma coisa longe de nós, da maioria das organizações.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Porque quem trabalhava no projeto da Fundação já sabia disso. De como que lidar com eles. E o formato dessa coisa que a UNICAFES estava falando agora dos equipamentos. Isso também eu acho um absurdo, de um recurso que vem do BNDES só pode colocar equipamento! Ué, tem Associação que não tem equipamento, não é?

Jéssica: É e como é que vai tocar.

FASE: E aí ela não vai ser beneficiada com o projeto? Só numa atividade que vai fazer de formação, que vai ser com várias outras pessoas? Mas tem que ter lá, uns cinquenta por cento eu acho, né, de equipamento.

Jéssica: Hum, hum. Cinquenta por cento

FASE: Veja se pode a Associação só tá começando, por exemplo, ela ainda tem... Ah, as mulheres vão lá produzir o trabalho do pequi. Mas o grupo ainda está se consolidando e tal entra um equipamento que pode ... pode até acabar com o grupo que começa a não saber gestão.

Jéssica: Disputa.

FASE: Disputa. Isso mesmo.

Jéssica: Mas quando o ECOFORTE surgiu... antes do ECOFORTE, assim, na...

(pausa – interrupções externas)

Jéssica: Na formação do PLANAPO já existia essa pressão pra uma política voltada especificamente pras Redes, né? Qual era a expectativa nesse momento? Assim, qual tipo de apoio seria necessário pras Redes e que não foi contemplado nesse formato específico?

FASE: Meus Deus, pergunta um pouco difícil. Mas assim, o que eu posso dizer é que... Vou dizer o que foi, né, pra nós. O fato de, de a Rede poder ter recurso pra se encontrar, pra fazer a discussão política da Rede, a coordenação das Redes poder se encontrar, ter recursos pra fazer eventos de agroecologia. Nós fizemos evento de agroecologia com quatrocentas pessoas. Fizemos um encontro de mulheres da agroecologia com trezentos e cinquenta mulheres, coisa que nós nunca tínhamos feito. Por quê? O recurso possibilita isso. Você colocou lá, você tem recurso, pra, né... Você colocou lá você tem.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Do folder ao ônibus, né. Trazer as pessoas. Então isso é... Ajuda a fortalecer as Redes e o que nós queríamos, porque... Às vezes tem uma Rede que é mais forte, no Sul por exemplo. Não sei se já ouviu fala na Rede Ecovida.

Jéssica: Sim.

FASE: O poder aquisitivo das pessoas que participam da Rede ele é maior do que quem tá na Rede lá no Centro-Oeste, por exemplo, no Mato Grosso. Então se for pra um agricultor que participa da Rede Ecovida, por exemplo, participar de uma reunião, ele já, às vezes, tá num nível de... financeiro que ele mesmo banca, que ele tem interesse de ir pra reunião da Rede...

Jéssica: Hum, hum.

FASE: ...porque a Rede já tá comercializando, tem uma infraestrutura tal. Então aquilo pra ele é um investimento.

Jéssica: Sim.

FASE: Os agricultores, acho que até poderiam pensar assim, lá em Mato Grosso. Mas se ele for pra pagar uma passagem pra uma pessoa vir lá do Norte de Mato Grosso pra participa de uma reunião se a gente faz em Cuiabá pra juntar pessoa das cinco regiões do estado, é trezentos reais. Só pra vir às vezes, entendeu? Então como essa questão de ter recurso pras Redes inicialmente era... A gente pensava em fortalecer politicamente as Rede.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Porque a partir do momento que as pessoas se reúnem mais, discutem mais... Aí é a questão da formação. Porque muitos diziam assim: “Ah, essa Rede de agroecologia é, quem mais participa é quem tá mais próximo, é quem tá aqui”. Aí, com recurso pras Redes, é possível você fazer com que várias pessoas de diferentes regiões participem, e você também tem uma interlocução com outras Redes.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Quer dizer um intercâmbio, como nós já fizemos. Fomos pra Montes Claros, pra conhecer a experiência lá de Monte Claro. Então, fortalece a Rede nesse aspecto, de saber que têm outras Redes, de que os agricultores de lá pode tá tendo os mesmos problemas ou buscando as soluções parecidas, tal. Nesse aspecto foi fundamental a gente ter pensado é... que um projeto da Fundação ter apoiado esses projetos de fortalecimento das Redes.

Jéssica: Hum, hum. Então como que você caracterizaria, de uma forma geral, uma Rede fortalecida? O quê que é uma Rede fortalecida?

FASE: Ah, é uma Rede que consegue ter... ter discussão, ter a decisão coletiva, ter transparência na execução do... dos seus vários projetos, ter participação de diferentes categorias, como é o caso de lá... Nós temos indígenas, temos os quilombolas, temos agricultores, temos agricultores tradicionais, tem assentado, tem técnicos.

Jéssica: E todos participam ativamente?

FASE: Ah sim, participam. Quando começou a ter recurso sim, porque aí dava pra você trazer os indígenas, quilombolas, porque antes não dava.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Às vezes... A Fase às vezes trazia com recurso próprio. Mas aí você tinha que falar “olha, nós vamos pagar essa vez, mas da próxima a gente já não tem recurso”, né.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: E aí não é uma participação efetiva,

Jéssica: Hum, hum. Você falou um pouco, do que que poderia ser financiado... Então precisa de recurso pras Redes poderem se encontrar, fazer intercâmbio, etc. O que mais você caracterizaria que seria importante de financiar em prol do fortalecimento das Redes?

FASE: Eu acho que, que equipamentos dentro de... de um projeto que for bem pensado, mais consolidado, de uma Rede, é tranquilo. Eu acho que tem que ter também. Não dá pra financiar só atividade de formação, né, de capacitação. Agora eu acho que esse percentual ele acaba sendo uma atribuição arbitrária, né. Olha, coloca um percentual... Talvez cinquenta por cento seja alto. Porque nós não vamos fazer os cálculos agora, por exemplo, nós queria fazer um programa, dar continuidade a um programa de formação em agroecologia que a gente chama de: “Agroecologia pé no chão”. Aí nós começamos a fazer o orçamento, aí a gente pensou: não, essa parte prática aqui, por exemplo, como montar um biodigestor. Então vamos aqui a gente vai comprar os equipamentos. Aí começamos a pensar: “Não, essa é a parte que vai trabalhar a questão de gênero”. “Ah, mas era importante a gente ter uma etapa inicial de conversar com cada mulher e depois do curso voltar e conversar pra ver o quê que o curso mudou, o quê que ela poderia dizer. O quê que poderia mudar no curso, o quê que ela gostou mais”. Eu sei que só no meio daquela avaliação todo mundo fala que gostou, pra te agradar pá, pá pá, né.

Jéssica: ((risos))

FASE: Ah nós vamos ver o dinheiro que tava pra Fundação que eles acham que é grande, não dava pra fazer metade que a gente tava querendo. Porque era tipo, dividindo assim dava trinta mil pra cada organização da Rede.

Jéssica: Ixi!

FASE: Aí nós ficamos pensando... Olha aí! Porque é um custo diferente, não é só pra pagar alimentação, a hospedagem e o transporte das pessoas. Um curso que aí precisa... vamos fazer um vídeo com o processo, aí no outro curso já vamos mostrar o vídeo. É umas coisas... Aí, “Ah, não tem!”. É uma coisa que é diferente, mas que com o recurso não dá pra implementar. Então tem que fazer aquela coisa mesmo de juntar todo mundo numa sala, no mínimo, no máximo conseguir levar numa experiência, né, assim pra ver.

Jéssica: E limita um pouco, né.

FASE: Limita, então, essa coisa engessada. Engessa com cinquenta por cento, é complicado isso.

Jéssica: Hum, hum. Entendi.

FASE: A ideia é quem sai dessa... desclassifica, perde ponto, sei lá.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Mas de colocar pessoa, técnico também. Nós íamos colocar uma pessoa, mas até desistimos porque o valor agora tá baixíssimo, esse de quinhentos mil aí. Puxa vida, vai começar... pra quem tinha um milhão duzentos e cinquenta de repente cai pra quinhentos mil.

Jéssica: É... só pra sobreviver mesmo.

FASE: Aí, já não pode nem colocar uma pessoa. Aí tem que colocar pessoa que já tá trabalhando, igual nós já temos... Aí você tem que fazer isso fazer outras coisas, né. Não é só pra dedicar pro ECOFORTE.

Jéssica: E... Que territórios que você acha que deveriam ser priorizados pro fortalecimento das Redes?

FASE: Não vou fazer só porque vou puxar lá pro meu, pro pessoal do Centro-oeste. Porque é chato isso. Porque eu acho que, por exemplo, o Nordeste é um... que as Redes são fortalecidas, são mais forte no Nordeste. Entendeu?

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Acho devido aos estados são mais próximos... Aí, eu queria dizer assim: eu achei bom eu ter ficado nas mesmas condições de todas as regiões. O número de projeto por região.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Tem muita gente que achou ruim, eu achei que não, eu achei que foi justo. Porque, por exemplo: eu sou de uma região, Centro-Oeste, a nossa região aqui, que o pessoal acha que é uma região rica.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Né!? Eu sou de Mato Grosso, a Rede trabalha em Mato Grosso pessoal aí pessoal: “Ah, lá em Mato Grosso só tem agronegócio!” Por isso mesmo que tem que dar visibilidade pra quem tá fazendo agroecologia naqueles territórios, porque tá cercado do agronegócio! É ali que a gente peita os caras. Entendeu?

Jéssica: Sei.

FASE: A mesma coisa é a Amazônia, no Norte, eu acho que tem... É outro território que deveria ser priorizado.

(pausa – interrupções externas)

FASE: Nesse aspecto eu acho que foi legal. Pontuar as regiões, priorizar três projetos de cada região. E é isso que eu to te falando. O norte, os povos... Pô, quer mais que pratica agroecologia do que o povo da Amazônia?

Jéssica: Hum, hum.

FASE: E aí, eles vão ter as mesmas condições que o pessoal do Sul? Que – igual eu te falei né?

Jéssica: Sim.

FASE: Eu acho que deveria priorizar esses territórios que... onde há essas dificuldades. No Centro-Oeste, não exis... Só o Estado de Mato Grosso tem uma Rede de agroecologia, fora o DF que tem uma Rede de agroecologia. Mas que é articulada com a ANA, só no Mato Grosso.

Jéssica: Poxa.

FASE: Aí é isso que eu tô falando pra você, é umas Redes estranha aqui em Goiás pessoal ganhou e tal... Mas a rede assim, fechada, com poucas organizações. Faz um trabalho bonito bom, bom, mas assim... A capilaridade disso é pequena. Mas sem articulação que eu acho que, aí... Nesse mesmo momento passa a ser Rede, no... no aspecto assim, “ah, a Rede”... Tudo bem, acho que uma Rede no município é uma Rede, não tô discutindo isso, mas... Mas o que a gente pensou do projeto era de fortalecer Redes que tinham uma articulação maior, que não é só pra trabalhar com produto. Tipo “Ah, o pequi do cerrado, ou os produtos do cerrado”. É pra trabalhar pra divulgar as experiências de agroecologia, pra fortalece no âmbito do Estado...

Jéssica: Sim... E nesse aspecto então como você caracterizaria o ECOFORTE no sentido de fortalecer as Redes? O que quê foi positivo, o quê que eles já alcançaram o que quê ainda tá fraco, ainda deveria melhorar, assim?

FASE: Então acho que ele possibilitou fortalecer as articulações, na medida em que... igual eu te falei: você consegue fazer evento, consegue fazer formação. Agora... é... a forma de gestão do projeto da Fundação pra quem não tinha experiência de trabalhar com a Fundação, nós... Nós começamos a aprender a trabalhar com a Fundação nos últimos seis meses do projeto. Porque como eles não fizeram o aditivo... Prometeram que ia fazer, aí veio golpe e não conseguiu mais aditivar.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Nós tivemos que, ó, correr... Executar um monte de atividade já no final. Porque, a forma deles trabalharem... Tem lá: adiantamento do recurso, tem reembolso lá, que eles chamam e pagamento direto. Então tem... Pra você comprar um equipamento, você tá no Mato Grosso e você tem que comprar um equipamento em São Paulo, você tem que confiar que vão entrega, porque o pagamento a Fundação faz direto. Você diz onde é, manda os dados...

Jéssica: Nossa!

FASE: É.

Jéssica: Não sabia disso não.

FASE: Hum, hum. E aí nós queríamos compra um carro, tinha um carro. O cara falou assim: “Não, aí a Fundação ia paga direto só que tinha que mandar a nota fiscal”. Os vendedores de carro disseram assim: “a gente não dá nota fiscal só depois que receber”. Olha a situação! Aí depois, lá pro final nós

fomos entender que nós podíamos ir fazendo as coisas e pedindo pra eles reembolsar. Aí nós ficamos com aquela palhaçada de pedir adiantamento, aí ficava fazendo as atividades que tava prevista ali, aí se você não conseguia fazer naqueles três meses a Fundação já bloqueava. Olha! A gestão... então eu acho que faltou... Atrapalhou isso, porque a capacitação que fizeram... Isso porque a gente pediu! Eles queriam que a gente fizesse, fizesse sem

Jéssica: (capacitação).

FASE: Sem uma capacitação mínima. Nós que pedimos. A ANA pagou acho que alimentação e hospedagem... Ou eles pagaram a hospedagem, porque não tinham diária... Pagaram a hospedagem, nós pagamos a passagem aérea e a ANA acho que pagou a alimentação, uma cosia assim. Pra pode ter essa capacitação. Agora você imagina! Várias Redes que nunca tinham trabalhado com a Fundação, ia ficar pedindo orientação por telefone! Então se eles tivessem se preocupado fazer essa gest... fazer uma capacitação pra gestão, teria sido melhor. Nós que tivemos bastante dificuldade assim, com a questão da gestão.

Jéssica: E vocês tiveram dificuldade de tirar dúvidas com eles?

FASE: Tive algumas, tivemos. Até hoje, você acredita que nós terminamos o projeto em abril e até hoje nós não conseguimos finalizar? O sistema deles começou a dar problema assim, de incoerência nos dados você (tem) que inserir uma nota, a nota não aparece, mas numa relação de pagamento aparece...

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Uma confusão!

Jéssica: Entendi.

FASE: E eles são super rígidos, dizem assim: “Não, o prazo era esse, não tem aditivo, era quarenta meses e não tem choro nem vela!”

Jéssica: E acabou...

FASE: Acabou.

Jéssica: Durou então de 2014, saiu o edital... Vocês foram contratados quando?

FASE: Quarenta meses, vinte quatro meses. Eu assinei o contrato em 05 de dezembro de... 2014?

Jéssica: Hum

FASE: É, que a Dilma tava aí. É isso mesmo, 2014.

Jéssica: E finalizou agora em abril.

FASE: Nós fomos iniciar em abril do outro ano, de 2015, e finalizamos em abril de 2017, os vinte e quatro meses. E eles tavam querendo que contasse os vinte quatro meses a partir do momento que assinou o contrato. Ficou dezembro, janeiro, fevereiro, março, quase ...quase quatro meses que assinou o contrato parados, porque eles não disseram que era pra começar, não falaram nada. E depois queria terminar com... Olha!

Jéssica: Falta de comunicação.

FASE: Não eles tavam querendo sacanear mesmo depois que mudou o pessoal lá.

Jéssica: E o.

FASE: Esses caras... O povo fica p... Você viu a menina falando hoje que esse cara que está lá na SDR odeia falar em colegiado. E às vezes leva uma pessoa lá pra uma Fundação... Que não sei porque cargas d'água vai parar numa Fundação, porque já sabe o quê que Fundação faz, né?

Jéssica: Hum, hum.

FASE: E com ódio tão grande de movimento, de indígena, de quilombola... Que acha que tem que acabar logo isso, quanto mais cedo melhor.

Jéssica: E você tá na... vocês tão fazendo monitoramento né, do...

FASE: Sim.

Jéssica: ... do ECOFORTE. Vocês fizeram só um? Quantos seminários vocês fizeram até agora? Tá sendo em formato de seminários nas regiões? Como é que vocês tão fazendo o monitoramento?

FASE: A sistematização você tá falando?

Jéssica: É!

FASE: Então, a ... a Sara Pimenta que tá sendo a pessoa, a consultora, né, que a ANA contratou pra fazer essa sistematização. Aí nós já fizemos, ela participou de vários eventos da Rede que já estavam programados. Agora que acabou o projeto, a gente continuou com a festa de sementes, aproveito pra conversa sobre a questão semente lá. Foi com a gente entrevistar agricultores que participou... que era daquelas unidades de referência que eles trabalham.

Jéssica: Hum, hum.

FASE: Fomos... Ela passou dez dias, a gente levando ela tanto pras atividade quanto pra entrevista.

Jéssica: Ah, então vocês contrataram uma consultoria?

FASE: É! A ANA, a ANA. Cada região... Cada Rede tem uma pessoa.

Jéssica: Entendi. E vocês vão fazer algum outro? Porque você teve um seminário agora foi no Rio Grande do Norte, né? Ou foi Pernambuco?

FASE: Foi em Recife.

Jéssica: É foi esse.

FASE: Foi em Recife. Teve o primeiro seminário em Campina, depois foi... Esse foi de capacitação dos consultores pra entenderem o quê que é, pra trabalhar o roteiro – roteiro enorme!

Jéssica: Hum, hum. E vai ter outro momento nacional ou regional?

FASE: Vai ter uma publicação do ENA, no IV ENA no final de maio, início de junho, lá em Belo Horizonte.

Jéssica: Ah, tá então foi só esse seminário de formação.

FASE: É,

Jéssica: E aí os consultores que vão nas regiões

FASE: vão pra campo... Eles também vão pra campo, trabalhar com dados secundários, entrevista... E aí vai ter uma publicação, que vai ser lançada no ENA.

Jéssica: Ah tá entendi. Eu pensei que iam ser seminários de avaliação.

FASE: Ih, eu acho que não vai ser mais não.

Jéssica: Consultorias mesmo. Mas era isso, obrigada!

FASE: Espero que eu tenha contribuído.

Jéssica: Com certeza!